

GARY CRAMPTON

Do
PEDOBATISMO
Ao
CREDOBATISMO



Uma Crítica aos Padrões de Westminster
Sobre a Doutrina do Batismo







O Estandarte de Cristo

Editora

Conselho editorial: Pr. Fernando Angelim
Pr. Jorge Rodríguez
Pr. Josué Meninel
Pr. Marcus Paixão

Editor: William Teixeira

■

Título Original

From Paedobaptism To Credobaptism
A Study of the Westminster Standards

Por W. Gary Crampton

■

Copyright © 2010 W. Gary Crampton. Todos os direitos reservados.

■

Copyright © 2024 Editora O Estandarte de Cristo
Francisco Morato, SP, Brasil

■

Publicado por RBPA

Owensboro, KY 42303. United States

■

1ª edição em português: 2024

■

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Editora
O Estandarte de Cristo. Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

■

Salvo indicação em contrário e leves modificações, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Nova Almeida
Atualizada© | NAA

Copyright © 2017 Sociedade Bíblica do Brasil.

■

Tradução: William Teixeira

Revisão: Edson Sales

Adaptação da capa: William Teixeira

Diagramação: William Teixeira e Kaiky Reis



Visite: OEstandarteDeCristo.com



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C889d

Crampton, W. Gary.

Do Pedobatismo ao Credobatismo [livro eletrônico] : Uma Crítica aos Padrões de Westminster Sobre a Doutrina do Batismo / W. Gary Crampton; tradutor William Teixeira. – Francisco Morato, SP: O Estandarte de Cristo, 2024

.

Formato: Mobi

Requisitos de sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

Título original: Título original: *From Paedobaptism To Credobaptism*

ISBN 978-65-00-90585-4

1. Pedobatismo. 2. Credobatismo. 3. Westminster. I. Teixeira, William. II. Título.

CDD 234.12

Conheça outros Livros Publicados pela
Editora O Estandarte de Cristo



Nesta monografia, o Dr. Crampton analisa o batismo infantil com base na definição de batismo cristão declarada na Confissão de Westminster 28.1. Ele abraça essa definição com elogios superlativos: “Na opinião deste autor, esta é uma definição tão bíblica do batismo nas águas quanto alguém poderia esperar encontrar”. Sua preocupação é que essa definição não seja compatível com a recomendação do batismo infantil em 28.4: “O problema é que tal definição é incompatível com o batismo infantil”.

O Dr. Crampton produziu uma análise bíblica e histórica que demonstram uma cuidadosa erudição cristã. Embora ele escreva em um tom acadêmico, para o Dr. Crampton essa crítica não é apenas um exercício acadêmico. Sua postura graciosa, até mesmo simpática, surge de sua própria intensa luta de consciência com a qual ele agonizou por muitos anos. Ele trata aqueles que lutam como ele lutou com bondade e gentileza, as quais ele aprendeu a partir de seu próprio sofrimento. Minha oração é que Deus faça muito bem através deste fruto de seu sofrimento pessoal e estudo diligente.

Greg Nichols, Pastor
Grace Immanuel Reformed Baptist Church em Grand Rapids

Grand Rapids, MI

Seguindo a definição de batismo da Confissão de Westminster, Gary Crampton apresenta um argumento convincente para o credobatismo *versus* o pedobatismo. Ele desenvolve sua obra enquanto examina cada frase dessa definição e então conclui que nem as Escrituras, nem os pais apostólicos, nem os pais da igreja e nem muitos pedobatistas modernos apoiam a definição dos Padrões de Westminster em favor do batismo infantil.

Seu trabalho é minucioso em sua pesquisa, amplo em sua análise, contundente em sua argumentação irênica e uma leitura muito agradável para todos. Ele revela a própria luta do Dr. Crampton com as Escrituras, com a teologia histórica e com suas próprias convicções pessoais como ex-pedobatista para se tornar um batista convicto e bíblico.

Recomendo muito esta obra para aqueles que estão estudando o tema pedobatismo *versus* credobatismo. Para aquela pessoa que está estudando o assunto com o coração aberto, este livro deverá fazê-la considerar tornar-se batista. Que o Senhor use este livro para levantar mais igrejas batistas reformadas!

Fred A. Malone, Ph.D.

Pastor, First Baptist Church, Clinton, LA

Autor de *The Baptism of Disciples Alone*

Recomendo fervorosamente esse tratamento conciso do ensino bíblico sobre o batismo dos crentes. O Dr. Crampton chegou às suas convicções após um estudo minucioso do ensino bíblico e dos argumentos teológicos apresentados de ambos os lados deste debate.

Campton está convencido de que a definição básica de batismo encontrada na Confissão de Westminster está correta, mas ele mostra que a inclusão de crianças não é consistente com essa mesma definição. Ele demonstra que os apologistas pedobatistas exibem consideráveis variações entre si, justificando a conclusão de que “o batismo infantil tem sido uma prática em busca de uma teologia”.

Sua abordagem das questões é completa e apresentada de maneira lúcida. Ele está ciente de como o debate foi travado ao longo dos séculos. Seus argumentos são coesos, mas sempre pacíficos. Este livro deve ter uma ampla circulação.

Robert W. Oliver, Ph.D.

Pastor aposentado da Old Baptist Church em Bradford on Avon, Reino Unido

Palestrante, London Theological Seminary

Professor adjunto de História da Igreja, Westminster Theological Seminary e palestrante
no John Owen Centre

Autor de *History of the English Calvinistic Baptists 1771-1892*.

Um homem de convicção é algo raro. Com muita frequência, somos tentados pelo conforto de nossas circunstâncias de vida e recusamos a considerar o custo de buscar e defender a verdade.

Neste livro, o Dr. Gary Crampton explica sua busca e assume sua posição em defesa da doutrina bíblica do batismo de crentes. Após um processo de duas décadas, depois de contemplação em oração e exame da Palavra de Deus, tomos teológicos e todo o material pertinente, ele publicou esta defesa de suas convicções.

Este é um livro envolvente. Ele oferece evidências de uma busca incansável pela verdade, impulsionada por uma premissa inquietante: o Dr. Crampton não encontrou base para o batismo infantil nas Escrituras Sagradas. Para seu crédito, essa realidade o levou a examinar todos os aspectos da doutrina e concluir que suas antigas crenças e práticas não estavam alinhadas com o padrão da verdade. Isso deve servir como um desafio útil aos nossos queridos amigos pedobatistas. Apelo a eles para estudarem, contemplarem e examinarem este livro. Oh, que mais homens sigam esse exemplo!

James M. Renihan, Ph.D.

Decano, Professor de Teologia Histórica
Instituto de Estudos batistas reformados

Autor de “Edificação e Beleza: A Ecclesiologia Prática dos Batistas Particulares Ingleses, 1675-1705”

Esta obra é um exercício de humildade. Nunca é fácil mudar crenças profundamente enraizadas sem dor particular e alguma angústia da alma, a menos que se esteja mais comprometido com a verdade do que com o prestígio pessoal.

O Dr. Crampton conhece o sistema de doutrina e prática ensinado nos Padrões de Westminster. Portanto, é como “alguém de dentro” que ele questionou inicialmente a autoconsistência do ensino a respeito do batismo cristão e do batismo infantil encontrados neles. Ele convocou muitas testemunhas para apresentar uma apologia forte, ponderada e pacífica, para uma conclusão provocativa. Ele fez isso sem rancor e destruiu facilmente os espantalhos. Acredite ou não no pedobatismo, este é um livro que você deve ler. Ele “endireita a verdade...”, como John Tombes diria.

Michael T. Renihan,

Pastor da Heritage Baptist Church, Worcester, MA
Professor adjunto, Worcester State College, História e Ciência Política
Ph.D., Wycliffe Hall, Universidade de Oxford e Universidade de Coventry
Autor de “*Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*”.

Alguém que argumenta que os Padrões de Westminster são contraditórios em

seus ensinamentos sobre o batismo é um homem corajoso. Gary Crampton é um desses homens corajosos. Ele observa em seu segundo capítulo: “A definição de batismo dada pelos Padrões, que é profundamente bíblica, não permite o batismo infantil. Este é o argumento desta monografia. Uma análise bíblica da definição de batismo da Assembleia de Westminster confirmará esse argumento”.

Na minha opinião, Crampton não é apenas corajoso, mas está certo. Historicamente falando, nos Padrões de Westminster há uma compreensão evangélica do cristianismo e vestígios de uma compreensão sacramentalista. Que muitos considerem seriamente se Crampton está correto ao pensar que o pedobatismo dos Padrões de Westminster é um desses vestígios.

Samuel E. Waldron,

Pastor da Heritage Baptist Church, Owensboro, KY

Decano Acadêmico e Professor Residente de Teologia Sistemática e
Histórica, Midwest Center for Theological Studies, Owensboro, KY

Ph.D., Southern Baptist Theological Seminary, Louisville, KY

Autor de “Uma Exposição Moderna da Confissão de Fé Batista de 1689”.

Sumário

[Agradecimentos](#)

[1 • Um Problema com a Doutrina do Batismo Infantil nos Padrões de Westminster](#)

[2 • A Definição de Batismo](#)

[3 • O Batismo é um Sacramento do Novo Testamento, Instituído por Jesus Cristo](#)

[4 • Circuncisão e Batismo](#)

[5 • Panorama do Batismo nas Águas no Novo Testamento: Os Evangelhos](#)

[6 • Panorama do Batismo nas Águas no Novo Testamento: Atos e Epístolas](#)

[7 • O Suposto Fundamento do Novo Testamento para o Batismo Infantil](#)

[8 • Não Apenas para Admissão Solene da Pessoa Batizada na Igreja Visível](#)

[9 • Mas Também para Ser para Ela um Sinal e Selo do Pacto da Graça](#)

[10 • De Sua União com Cristo, da Regeneração... Deve Continuar em sua Igreja Até o Fim Do Mundo](#)

[Conclusão](#)

Agradecimentos

Sou grato a várias pessoas que me ajudaram no processo de escrita deste livro. Agradeço ao pastor William Ein-wechter por revisar o manuscrito e fazer diversos comentários e sugestões úteis. Agradeço a Richard Barcellos e à sua editora, a Reformed Baptist Academic Press, pelo trabalho final de edição e por estarem dispostos a publicar meu livro.

Agradeço ao pastor Michael Brackett pelo exemplo pastoral e pelo incentivo para “tornar público” meu material escrito sobre o assunto desta monografia.

Agradeço a Ann, minha esposa e fiel companheira, que tem sido “uma só carne” comigo por quarenta e três anos, por seu apoio contínuo em meu ministério. Finalmente, agradeço à nossa (de minha esposa e minha) amada família da igreja, a Reformed Baptist Church de Richmond, VA. Este livro é dedicado aos membros e amigos desta igreja.

W.G. Crampton, Th.D., Ph.D.

1

Um Problema com a Doutrina do Batismo Infantil nos Padrões de Westminster

O presente autor concorda com B.B. Warfield que os Padrões de Westminster, compostos pela Confissão de Fé e pelos Catecismos Maior e Breve, “são a declaração mais rica, precisa e bem guardada já escrita de tudo o que compõem a religião evangélica e de tudo o que deve ser protegido para que a religião evangélica seja preservada no mundo”.^[1] Richard Baxter também estava correto ao afirmar: “Segundo eu sou capaz de julgar, o mundo cristão, desde os dias dos apóstolos, nunca teve um sínodo mais excelente do que este [a Assembleia de Westminster]”.^[2]

Como ministro do evangelho, o autor acredita que os Padrões de Westminster fornecem o melhor resumo do sistema de doutrina ensinado nas Escrituras Sagradas.^[3] Nesse sentido, os Padrões são considerados um padrão subordinado à Palavra de Deus inspirada, infalível e inerrante. Somente a Bíblia tem um monopólio sistemático sobre a verdade.

Os Padrões, assim como todas as confissões e credos, devem ser avaliados à luz das Escrituras. Deve-se aderir ao princípio bereano de Atos 17:11, onde somos exortados a “examinar as Escrituras todos os dias para ver se as coisas são, de fato, assim” (Atos 17:11). Como afirmado na Confissão de Westminster (31:4) e levando em conta o quão valiosos são as confissões e os credos (e eles realmente são muito valiosos), o fato é que “todos os sínodos ou concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais ou particulares, podem errar; e muitos erraram”. Portanto, a própria Confissão (1.10) diz:

O Juiz supremo, pelo qual todas as controvérsias da Religião devem ser determinadas, e todos os decretos de conselhos, opiniões de escritores antigos, doutrinas de homens e espíritos particulares devem ser examinados, e em cuja sentença devemos nos firmar, não pode ser outro senão o Espírito falando na Escritura.

Como ensinado na Pergunta 3, do Catecismo Maior: “As Escrituras Sagradas, o Antigo e o Novo Testamento, são a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática”.

Foi durante um estudo minucioso dos dois sacramentos do Novo Testamento, o batismo e a ceia do Senhor, que encontrei um problema com a doutrina do batismo infantil. O problema é triplo: em primeiro lugar, não há exemplos de batismo infantil na Bíblia; em segundo lugar, o batismo e a ceia do Senhor estão interligados; e em terceiro lugar, há diferenças múltiplas entre os pedobatistas quanto ao motivo pelo qual os bebês devem ser batizados.

Ausência de Exemplos de Batismo Infantil na Bíblia

Não há um único exemplo de batismo infantil em toda a Escritura. Isso é reconhecido por teólogos pedobatistas. John Murray admitiu que “não há um mandamento expresso para batizar crianças e nem qualquer registro no Novo Testamento de um caso claro de batismo infantil”.^[4] Thomas Boston afirmou que “não há exemplo de batismo registrado nas Escrituras, onde alguém foi batizado, a menos que parecesse ter uma participação salvífica em Cristo”.^[5] Peter Toon afirmou: “Lamentavelmente não há um ensinamento claro nas Escrituras sobre se as crianças e bebês devem ser batizados ou não”.^[6]

Conforme afirmou Louis Berkhof:

Pode-se dizer desde o início que não há um mandamento explícito na Bíblia para batizar crianças e que não há um único exemplo em que nos seja dito claramente que crianças foram batizadas... o Novo Testamento não contém nenhuma evidência direta para a prática do batismo infantil.^[7]

No entanto, isso não ocorre com o batismo de discípulos. Há um mandamento explícito no Novo Testamento para batizar aqueles que professam a fé em Cristo e em cada exemplo de batismo que encontramos no Novo Testamento, onde é possível identificar os sujeitos do batismo, eles são sempre aqueles que professaram fé em Cristo.

Mas se de fato é o caso que não há “um mandamento expresso para batizar crianças” e se não há “evidência direta para a prática do batismo infantil”, então fazê-lo é uma violação da doutrina reformada do princípio regulador do culto.^[8] Isso é o que a Confissão de Westminster (21.1) defende:

A luz da natureza mostra que existe um Deus, que tem senhorio e soberania sobre tudo; que ele é bom e faz bem a todos; e, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido com todo o coração, e com toda a alma e com toda a força. Mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado por sua própria vontade revelada, de forma que ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível ou qualquer outro modo não prescrito nas Sagradas Escrituras.

Como a Confissão (21.5) continua a ensinar, “a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo; são todas as partes do ordinário culto religioso a Deus”. Parece, então, que de acordo com os ensinamentos dos próprios teólogos de Westminster, sem “um mandamento expresso para batizar crianças” e sem “nenhuma evidência direta para a prática” da doutrina, temos um problema se tornarmos o batismo infantil parte do “ordinário culto religioso a Deus”.

Ora, os pedobatistas afirmam (e corretamente), juntamente com a Confissão (1.6), que:

Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória, a salvação do homem, fé e vida, ou é expressamente declarado na Escritura, ou por boa e necessária consequência pode ser deduzido a partir da Escritura.

Mas a questão é, pode ser deduzido da Escritura “por boa e necessária consequência” que os bebês devem ser batizados? Uma “consequência necessária” exige evidência convincente e tal certeza não é encontrada neste caso. Em última análise, o argumento para o batismo infantil é um argumento do silêncio, e um argumento do silêncio é uma falácia lógica e uma violação do princípio regulador do culto. Como Henry Danvers escreveu:

Se o batismo infantil fosse uma designação ou ordenança de Jesus Cristo, haveria algum preceito, mandamento ou exemplo na Escritura para autorizá-lo. Porém, na medida em que a Escritura é totalmente silenciosa a esse respeito, não sendo possível encontrar uma única sílaba em todo o Novo Testamento sobre tal prática, pode-se concluir que ela não é uma ordenança de Jesus Cristo. Pois onde

a Escritura não tem língua, não devemos ter ouvidos; de acordo com o conhecido axioma: “Praticar qualquer coisa no culto de Deus, como uma ordenança dele, sem que ele a tenha instituído, deve ser considerado como culto segundo a vontade humana e idolatria”.^[9]

O Batismo e a Ceia do Senhor Andam Juntos

A Escritura ensina que os dois sacramentos do Novo Testamento andam juntos,^[10] ou seja, ambos são destinados apenas às pessoas que fizeram uma profissão crível de fé em Jesus Cristo. No entanto, os Padrões da Assembleia de Westminster, conforme afirmado na Pergunta 177 do Catecismo Maior, ensinam exatamente o oposto:

Os sacramentos do batismo e da ceia do Senhor diferem, sendo que o batismo deve ser administrado... também para as crianças, enquanto a ceia do Senhor deve ser administrada... apenas àqueles que têm idade e habilidade de examinar a si mesmos.

Múltiplas Diferenças Entre os Pedobatistas Quanto ao Motivo Pelo Qual as Crianças Devem Ser Batizadas

É manifestamente verdade que a maioria dos estudiosos bíblicos ao longo dos anos tem defendido a prática do pedobatismo e que a Escritura adverte contra “remover os marcos antigos que os pais estabeleceram” (Provérbios 22:28; 23:10). Uma grande cautela é exigida quando alguém difere de um grupo tão respeitável de teólogos. No entanto, o ensino da Escritura sobre o batismo parece claro. Como é possível que outros vejam o que esses teólogos não viram? Como eles poderiam ter cometido tal erro?

Não obstante, um estudo adicional revelou que há múltiplas diferenças entre os pedobatistas quanto ao motivo pelo qual as crianças devem ser batizadas.^[11] A defesa da prática parece ser uma “Torre de Babel teológica, uma verdadeira confusão de línguas”.^[12] Berkhof dificilmente poderia estar mais correto quando escreveu que “os teólogos reformados não concordaram todos no passado e nem mesmo agora são todos unânimes em sua representação do fundamento do batismo infantil”.^[13] John Tombes concordou:

Os defensores do batismo infantil discordam entre si quanto ao fundamento sobre o qual podem construir o batismo infantil. Cipriano e outros dos antigos o fundamentam a partir da universalidade da graça divina e da necessidade do batismo para a salvação. Agostinho, Bernardo e outros alegam a fé da igreja como a razão para batizar crianças. Ainda outros, entre os quais está o Catecismo da Liturgia Inglesa, colocam como razão do batismo infantil a promessa dos padrinhos, em lugar da fé e do arrependimento do bebê batizado. Os luteranos, a fé do bebê; outros, a santidade de uma nação crente; outros, a fé de um dos pais que é membro da aliança e de uma igreja reunida. Essa diferença entre os defensores do batismo infantil merecidamente lança dúvida sobre a própria coisa.^[14]

J. M. Pendleton tinha a mesma preocupação:

Quão contraditório! Quão antagônico! Parece que as crianças são batizadas para que possam ser salvas — para que possam ser regeneradas — porque têm fé — porque seus pais são crentes — porque estão corrompidas pelo pecado original — porque são santas — porque devem ser acrescentadas à igreja — porque estão na igreja em virtude de seu nascimento — por causa de sua “união pessoal” com Cristo, em consequência de ele ter assumido a natureza humana.^[15]

B.B. Warfield concordou que havia falta de consenso dentro do campo pedobatista sobre porque as crianças devem ser batizadas e confessou que “nem todos argumentamos da mesma maneira ou de forma correta” sobre esse assunto. Contudo, ele continuou argumentando: “Porém, isso não é uma prova do firme estabelecimento dessa prática em nossos corações?”.^[16] Essa é uma afirmação surpreendente. Tais argumentos mistos para a prática do batismo infantil não são um sinal de sua base bíblica, mas sim uma razão para questionar sua validade. O que

pensaríamos se alguém dissesse: “Bem, diferimos quanto aos motivos pelos quais acreditamos em Jesus Cristo, mas pelo menos todos acreditamos”? Fazer essa pergunta é respondê-la. Toda a defesa do pedobatismo parece ser uma “Torre de Babel teológica, uma verdadeira confusão de línguas”.

Estudos adicionais tornaram evidente que a vasta maioria dos pedobatistas sustentava essa doutrina devido à sua crença na regeneração batismal (veja abaixo), um ensinamento rejeitado pela Escritura. A maioria dos pedobatistas que negavam a regeneração batismal mantinha as doutrinas igualmente (embora não tão seriamente) errôneas da regeneração presumida e/ou eleição presumida. Parecia que os teólogos pedobatistas estavam tropeçando neles mesmos ao tentar explicar uma doutrina que a Bíblia não endossa. Eles estavam, para usar as palavras de Martyn Lloyd-Jones, colocando a “carruagem teológica na frente dos cavalos”. Em vez de verem o batismo como ocorrendo antes da evidência de conversão estar presente,

A doutrina do Novo Testamento ensina que as pessoas a serem batizadas são aquelas que já deram evidências de regeneração; são os crentes que são batizados no Novo Testamento. Assim, não é o ato do batismo que os torna crentes, mas porque são crentes, ou porque presume-se que são assim [pela profissão de fé], é que são batizados... Os casos apresentados no próprio Novo Testamento mostram claramente que, longe de conferir vida e união, o batismo é mais destinado a selar um evento precedente ou é dado como uma atestação ou selo de um fato consumado. Essa é a ordem, não o contrário.^[17]

Como mencionado, a única coisa que pode comprovar a veracidade de qualquer estudo acerca de uma doutrina ou uma prática é a Escritura Sagrada. Somente a Bíblia é a Palavra de Deus. A verdade não é determinada por “contar cabeças”. Depois de todo o estudo e análise, permanece o fato de que “é mais importante obedecer a Deus do que aos homens” (Atos 5:29). George Muller percebeu há anos que o batismo infantil não tinha respaldo nas Escrituras. Ele descobriu, que a tradição era um fator importante na prática dessa crença errônea. Muller expressou a opinião deste autor, quando escreveu:

É minha convicção firme que de todas as verdades reveladas nas Escrituras Sagradas nenhuma é mais clara do que a verdade em relação ao batismo... e que a verdade é obscurecida unicamente porque os inquiridores não estão dispostos a deixar a Bíblia responder à essa pergunta.^[18]

A Definição de Batismo

Na época em que a Assembleia de Westminster estava reunida (1643-1649), o anglicano credobatista John Tombes escreveu uma obra intitulada, “*An Exercitation About Infant Baptism; Presented in Certain Papers, to the Chairman of a Committee of the Assembly*” [Uma investigação sobre o batismo infantil; como declarado em certos documentos ao presidente de um Comitê da Assembleia], na qual apresentou argumentos contra o batismo infantil. Tombes desafiou seus leitores a considerar o testemunho das Escrituras sobre essa doutrina. Ele disse: “Aquilo que não tem testemunho nas Escrituras é duvidoso. Essa doutrina do batismo infantil não tem testemunho nas Escrituras; portanto, ela é duvidosa”.^[19]

Deve ser permitido que as Escrituras falem por si mesmas. Os Padrões de Westminster serão analisados (com respeito), como um contraste, à luz das Escrituras, visando corrigir os erros encontrados na doutrina do batismo infantil contida neles. Veremos, como ensina o Catecismo Batista de 1693,^[20] na resposta da pergunta 102, que “os bebês, mesmo que sejam filhos de crentes professos, não devem ser batizados, pois não existe nenhum mandamento e nem exemplo nas Escrituras Sagradas, ou correta inferência a partir delas, para o seu batismo”.

Definição de Batismo na Confissão de Fé de Westminster

A Confissão de Fé de Westminster (28.1) diz:

O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não apenas para admissão solene da pessoa batizada na igreja visível, mas também para ser para ela um sinal e selo do Pacto da Graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e da sua consagração a Deus, através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida; pela própria nomeação de Cristo, este sacramento deve continuar em sua igreja até o fim do mundo.

Esta é uma definição tão bíblica de batismo nas águas quanto alguém poderia esperar encontrar. O problema é que tal definição é incompatível com o batismo infantil. Pode-se usar a definição da Confissão ao falar de uma pessoa regenerada, que fez uma profissão de fé crível, que está em união com Cristo e que vive de acordo com sua profissão. Até mesmo o Catecismo Maior (P. 165) afirma que os “batizados” são admitidos na igreja visível “e entram em um comprometimento público, professando pertencer inteira e unicamente ao Senhor”. Mas não se pode aplicar razoavelmente essa definição a um bebê, que não é capaz de “entrar em um comprometimento público, professando pertencer inteira e unicamente ao Senhor”.

Os batistas reformados, por exemplo, concordam completamente com a definição dada pelos teólogos de Westminster. Na Confissão Batista de Londres de 1689 (29:1), lê-se:

O batismo é uma ordenança do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, sendo para a pessoa batizada um símbolo de sua comunhão com ele, em sua morte e ressurreição; de sua união com ele; da remissão dos pecados e da sua consagração a Deus, através de Jesus Cristo, para viver e andar em novidade de vida.

A redação na Confissão Batista é um pouco diferente daquela da Confissão de Westminster, mas o significado é essencialmente o mesmo. O que é descrito em ambos os casos é o batismo de crentes, discípulos ou dos que confessam a fé (credobatismo).^[21] O batismo nas águas simboliza não apenas as bênçãos do evangelho, mas a resposta salvífica ao evangelho pela pessoa batizada (Atos 2:38; 8:36-37; Gálatas 3:27; 1 Pedro 3:21; Hebreus 10:22-23). Oscar Brooks afirmou corretamente: “Onde quer que as pessoas sejam batizadas na igreja primitiva, como registrado no Novo Testamento, é em resposta à proclamação da Palavra de Deus; o participante ouviu, creu, então ele é batizado”.^[22]

Portanto, quando a Confissão de Westminster (28.4) continua dizendo que “não somente aqueles que efetivamente professam a fé e a obediência a Cristo, mas também os filhos de um ou de ambos os pais crentes devem ser batizados”, ela contradiz sua própria definição de batismo. As seções 28.1 e 28.4 da Confissão não são coerentes entre si.^[23]

Paul Jewett também reconheceu o problema:

Que qualquer pessoa pegue a obra “*Creeds of Christendom*” [Credos do cristianismo], de Philip Schaff e dê uma olhada nos credos protestantes clássicos [incluindo os Padrões de Westminster] e ela descobrirá declarações paradoxais quanto à doutrina do batismo. De acordo com essas declarações, os pedobatistas afirmam que confessam sua fé no batismo e, no entanto, o administram aos bebês sem que eles façam qualquer confissão. Eles se dedicam no batismo para serem do Senhor, contudo, o administram aos bebês que não se dedicam a nada; eles confessam que o batismo é um sacramento de fé e de arrependimento, contudo, o concedem àqueles que não têm nem um nem outro; eles chamam o batismo de sinal de profissão de fé cristã, contudo, o administram àqueles que não fazem nenhuma profissão de fé cristã. E esse feixe de contradições é amarrado pelas cordas das palavras “mas”, “contudos”, “emboras” e “não apenas”.^[24]

William Cunningham, um teólogo pedobatista, escreveu:

É impossível negar que a descrição geral dada pelo Breve Catecismo [e pelos Padrões de Westminster em geral] acerca do que é um sacramento ensina, por meio de uma implicação clara, que os sacramentos são destinados apenas para os crentes, enquanto nenhum protestante, exceto alguns dos luteranos, já chegou ao ponto de declarar que os bebês são capazes de exercer fé... Sua importância geral, como implicando uma restrição virtual dessas ordenanças aos crentes é clara demais para ser mal-entendida ou para que explicações se façam necessárias.^[25]

Cunningham então prosseguiu dizendo que a definição dada em 28.1 da Confissão de Westminster “evidentemente se aplica apenas a adultos crentes”. A declaração na Confissão, segundo ele, “assume claramente que cada indivíduo batizado não apenas deve ter as qualificações preliminares necessárias, mas também deve estar preparado para participar, de maneira inteligente e consciente, do compromisso pessoal com as obrigações práticas”.^[26]

Ao perceber o problema, Cunningham (de maneira equivocada) tentou resolvê-lo afirmando que o batismo de adultos tem um significado diferente do batismo de bebês. Somente o batismo de adultos, afirmou ele, “incorpora e traz a ideia completa da ordenança”.^[27] Essa também foi a solução de James Bannerman, que reconheceu igualmente o dilema apresentado nos Padrões. Ele escreveu:

O tipo adequado e verdadeiro de batismo, como sacramento na igreja de Cristo, é o batismo de adultos, e não o batismo de bebês... É muito óbvio que o batismo de adultos é a regra, e o batismo de bebês é o caso excepcional... E é um erro... tornar o batismo aplicável no mesmo sentido e na mesma extensão a bebês e a adultos.^[28]

Tanto Cunningham como Bannerman dicotomizaram o significado do batismo nas águas e, ao fazê-lo, diferiram do ensino dos teólogos de Westminster, que afirmam que sua definição é

útil para o batismo tanto de adultos quanto de bebês. Além disso, em Efésios 4:5, o apóstolo Paulo nega a dicotomia apresentada por Cunningham e Bannerman. O apóstolo Paulo diz que há “um só Senhor, uma só fé, um só batismo”.

Uma Prática em Busca de uma Teologia

A definição de batismo dada pelos Padrões, que é profundamente bíblica, não permite o batismo infantil. Este é o argumento desta monografia. Uma análise bíblica da definição de batismo da Assembleia de Westminster confirmará esse argumento. O leitor verá que “desde os tempos mais antigos, o batismo infantil tem sido uma prática em busca de uma teologia; e em muitos lugares, ainda é assim até hoje”.^[29]

3

O Batismo é um Sacramento do Novo Testamento, Instituído por Jesus Cristo

O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não apenas para admissão solene da pessoa batizada na igreja visível, mas também para ser para ela um sinal e selo do Pacto da Graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e da sua consagração a Deus, através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida; pela própria nomeação de Cristo, este sacramento deve continuar em sua igreja até o fim do mundo (Confissão de Fé de Westminster 28.1).

O Batismo é um Sacramento

A palavra “sacramento” vem do latim *sacramentum*, que significa “algo sagrado”.^[30] A Vulgata Latina usava essa palavra para traduzir a palavra “mistério”. Não há nada de errado com o uso da palavra “sacramento” desde que se entenda seu significado. O termo “sacramento” não deve ser associado ao sacramentalismo supersticioso da Igreja Católica Romana. É por isso que a Confissão Batista de Londres de 1689 usa a palavra “ordenança” em vez de sacramento; enquanto o Catecismo Ortodoxo (Perguntas 65-68) não hesita em usar o termo “sacramento”. Por outro lado, se usarmos a palavra como uma maneira reverente de nos referirmos às duas ordenanças do Novo Testamento instituídas por Jesus Cristo — o batismo e a ceia do Senhor — então isso é permitido.

O que é um sacramento? O Breve Catecismo de Westminster (P. 92) responde: “Um sacramento é uma santa ordenança, instituída por Cristo, na qual, por sinais sensíveis, Cristo e as bênçãos da Nova Aliança são representadas, seladas e aplicadas aos crentes”. O Catecismo diz que o sacramento deve ser aplicado aos “crentes”. Como Cunningham concluiu e sendo esse o caso, a pergunta que surge imediatamente é a seguinte: Por que então deveríamos batizar bebês que nunca professaram fé?^[31]

A Confissão (27.1) diz que “os sacramentos são santos sinais e selos do Pacto da Graça... para representar a Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele”. Mas é apropriado dizer que quando batizam bebês, eles o fazem para confirmar o interesse deles em Cristo? Fazer a pergunta é respondê-la: Claro que não. Aqui novamente, parece haver contradições nos Padrões de Westminster. Se os sacramentos são dados para confirmar o interesse em Cristo, então os bebês não devem ser batizados. Citaremos Cunningham novamente:

A Confissão (27.1) estabelece como o primeiro e principal fim ou objetivo dos sacramentos, dos dois

sacramentos, “representar a Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele”, esta última cláusula implica que aquelas pessoas para quem os sacramentos foram destinados já adquiriram previamente uma participação pessoal em Cristo, o que só poderia acontecer por meio de sua união com ele mediante a fé.^[32]

Do Novo Testamento, Instituído por Jesus Cristo

A Confissão afirma corretamente que o batismo nas águas é um sacramento do Novo Testamento. Portanto, deve ser estudado a partir de uma perspectiva neotestamentária. Essa também é o enfoque adequado para o estudo da ceia do Senhor, visto que ela é um sacramento da Nova Aliança. Mesmo que Êxodo 12 ensine que as crianças israelitas do Antigo Testamento participavam da ordenança da Páscoa^[33] (que prefigurava a ordenança do Novo Testamento da ceia do Senhor), sabemos pelo ensino do Novo Testamento que a participação na ceia do Senhor é mais restritiva. Em primeiro lugar, não há mandamento positivo ou direto do Novo Testamento para incluir bebês ou crianças pequenas nesta festa pactual. E em segundo lugar, em 1 Coríntios 11:27-32, há o claro mandamento bíblico de que uma pessoa precisa examinar a si mesma antes de participar do sacramento, para que não coma e beba de maneira indigna e, assim, traga julgamento sobre si mesma.

Se as regras do Novo Testamento são suficientes para determinar os participantes do sacramento da ceia do Senhor na Nova Aliança, por que não seriam também suficientes para determinar os destinatários do sacramento do batismo? Isso não significa que não devemos desprezar o ensino do Antigo Testamento sobre o assunto. No entanto, é um princípio hermenêutico comum, como afirmado na Confissão (1.9), que “quando houver uma questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer Escritura... esse pode ser investigado e conhecido por meio de outros textos que o expressem mais claramente”. Além disso, o dito de Agostinho também é um princípio hermenêutico válido, que enquanto “o Novo está no Antigo velado; o Antigo está no Novo revelado”.^[34]

Ambos os Testamentos são igualmente a Palavra de Deus. No entanto, o Novo Testamento nos oferece uma compreensão maior dos ensinamentos do Antigo Testamento e nos revela o evangelho de forma mais completa do que o Antigo.^[35] Portanto, deve ser dado maior peso à revelação do Novo Testamento, pois ela “fala mais claramente”. Uma vez que Jesus Cristo ordenou o batismo como sacramento do Novo Testamento, o Novo Testamento deve determinar os sujeitos apropriados dessa ordenança.

Entretanto, essa não é a prática dos pedobatistas. B.B. Warfield, por exemplo, escreveu: “É verdade que não há mandamento expresso para batizar bebês no Novo Testamento, não há nenhum registro expresso do batismo de bebês e nem qualquer passagem que o implique de forma tão rigorosa que devamos inferir a partir deles que os bebês foram batizados”. Isso por si só deveria tornar altamente suspeita a prática do batismo infantil, especialmente porque (como veremos) o Novo Testamento ordena o batismo de crentes que confessam sua fé. Ele registra o batismo desses crentes confessos e, assim, implica de forma rigorosa que os crentes são aqueles que devem receber a ordenança do batismo. Apesar disso, Warfield continuou dizendo ousadamente que “a justificativa para o batismo infantil não deve ser procurada no Novo Testamento, mas no Antigo Testamento”.^[36]

Louis Berkhof tinha a mesma opinião. Ele disse: “Deve ser observado que todas essas declarações [sobre o batismo infantil] se baseiam no mandamento de Deus de circuncidar as crianças da aliança, porque, em última análise, esse mandamento é o fundamento do batismo infantil”. João Calvino também recorreu ao Antigo Testamento para apoiar o batismo infantil.

Ele disse: “Já que o Senhor, imediatamente após a aliança feita com Abraão, ordenou que ela fosse selada nas crianças por um meio de sacramento externo, como pode ser dito que os cristãos não devem atestar isso nos dias de hoje e selá-lo a seus filhos [no batismo]?” ^[37]

Warfield, Berkhof e Calvino parecem concordar que não há evidências suficientes para apoiar o batismo infantil no Novo Testamento. Diante disso, eles ensinam que devemos retroceder ao Antigo Testamento e começar com a circuncisão. Os teólogos de Westminster compartilham dessa opinião quando citam Gênesis 17 como a primeira referência para apoiar a declaração da Confissão em 28.4, “mas também os filhos de um ou ambos os pais crentes devem ser batizados”. Em seguida, no “Diretório para o Culto Público de Deus”, na seção, “Da Administração dos Sacramentos”, os teólogos afirmam:

A promessa é feita aos crentes e à sua descendência; e que a descendência e a posteridade dos fiéis, nascidas dentro da igreja, por direito de nascimento, têm participação na aliança, direito ao selo dela e aos privilégios exteriores da igreja, sob o evangelho [no tempo do Novo Testamento], assim como os filhos de Abraão o tinham no tempo do Antigo Testamento. ^[38]

É difícil conciliar essas afirmações com o ensino de João 1:12-13, que diz: “Mas, a todos quantos o receberam [Jesus Cristo], deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no seu nome, os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus”. Esses versículos ensinam claramente que aqueles que têm “participação na aliança, direito ao selo dela e aos privilégios exteriores da igreja” no tempo do Novo Testamento são aqueles que “não nasceram do sangue... mas de Deus”.

4

Circuncisão e Batismo

É verdade que na Bíblia a circuncisão e o batismo estão claramente associados. A Confissão de Westminster (27.5) está correta ao dizer que “os sacramentos do Antigo Testamento [a circuncisão e a Páscoa], a respeito das coisas espirituais significadas e representadas por eles, eram em substância, os mesmos do Novo Testamento [o batismo e a ceia do Senhor]”.^[39]

No entanto, devemos evitar forçar essa associação para que não sejam feitas conclusões falsas a partir dela. A circuncisão, por exemplo, era uma ordenança do Antigo Testamento para Israel, que tinha aspectos nacionais e espirituais. O aspecto nacional desapareceu com o término da nação judaica em 70 d.C. E quanto ao seu aspecto espiritual, ela fazia parte da lei cerimonial, que, como afirma a Confissão (19.3), era para Israel “como uma igreja em menoridade... todas essas leis cerimoniais estão agora revogadas sob o Novo Testamento”.

A Circuncisão Não é Nada

O Novo Testamento enfatiza fortemente o fato de que a circuncisão, em termos de significado teológico e pactual, desapareceu.^[40] Paulo escreve: “A circuncisão, em si, não é nada; a incircuncisão também nada é, mas o que vale é guardar os mandamentos de Deus” (1 Coríntios 7:19). Aos Gálatas, ele diz:

Eu, Paulo, lhes digo que, se vocês se deixarem circuncidar, Cristo não terá valor nenhum para vocês... Porque, em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão têm valor algum, mas a fé que atua pelo amor... Mas, irmãos, se ainda prego a circuncisão, por que continuo sendo perseguido? (Gálatas 5:2, 6, 11).

E novamente: “Pois nem a circuncisão é coisa alguma, nem a incircuncisão, mas o ser nova criatura” (6:15). Além disso, a reunião do concílio em Atos 15 deixa claro que a circuncisão, como rito teológico e pactual, foi abolida.

A Circuncisão Não Foi Substituída pelo Batismo nas Águas

Também é digno de nota que, em nenhum lugar do Novo Testamento, a circuncisão desapareceu porque foi substituída pelo batismo nas águas. Esse não é o argumento de João Batista e nem é o argumento de Jesus. Também não é o argumento de Paulo nem do sínodo em Jerusalém (Atos 15). Na verdade, se houve um momento em que esse ponto poderia ter sido enfaticamente destacado, parece que teria sido durante esse sínodo; no entanto, não há uma palavra sequer mencionada sobre o batismo.^[41]

E se o batismo substituiu a circuncisão de forma direta, por que Paulo não refutou os judaizantes que insistiam que a circuncisão era necessária para os convertidos gentios simplesmente mencionando o fato de que eles foram batizados? O fato de que os membros circuncidados da comunidade da Antiga Aliança precisavam ser batizados para se juntarem à comunidade do Novo Testamento reforça ainda mais esse ponto (Mateus 3:1-12; João 3:22ss.;

4:1-2; Atos 2:22-41).

Se o batismo nas águas simplesmente substitui a circuncisão, por que esses membros circuncidados da comunidade “da aliança” precisariam ser batizados? Além disso, o fato de Paulo encorajar os cristãos judeus a circuncidar seus filhos (Atos 21:17-25) indica fortemente que essas crianças não deveriam ser batizadas também. Se o batismo infantil substituiu a circuncisão infantil, por que as crianças deveriam ser circuncidadas?^[42] Na comunidade da Nova Aliança do primeiro século, dois ritos (circuncisão e batismo) estavam sendo praticados simultaneamente.

A circuncisão era um rito para a nação de Israel sob a administração do Antigo Testamento. Ela se destinava aos descendentes físicos e masculinos de Abraão e não tem lugar na igreja da Nova Aliança.^[43] Porém, em nenhuma passagem das Escrituras é dito que o simples fato de alguém pertencer à descendência física de Abraão lhe dá direito ao batismo nas águas. O batismo, então, não deve ser fundamentado em uma ordenança do Antigo Testamento, que Jesus e seus apóstolos aboliram.^[44]

Como foi dito por William Einwechter:

A circuncisão e a identificação com a nação de Israel deixaram de ser uma necessidade para o crente do Novo Testamento (Gálatas 2:3-5; 5:1-6; 6:15). A igreja de Cristo não está limitada à Palestina e aos judeus, mas deve expandir-se por todo o mundo e abranger todas as nações (Mateus 28:19-20; Salmos 2:6-9). O Israel do Antigo Testamento era um tipo da igreja do Novo Testamento, e o reino de Israel na Palestina prefigurava o reino mundial do Messias (Romanos 4:11-13; Gálatas 6:16). Portanto, segue-se definitivamente que as leis do Antigo Testamento relacionadas à separação de Israel das nações e à sua vida na terra de Canaã também foram abolidas, pois eram “ordenanças típicas” designadas apenas até “o tempo da reforma” [Hebreus 9:10] em Cristo e o estabelecimento da ordem do Novo Testamento nele.^[45]

Dessa forma, afirmar que as crianças de pais crentes na era da Nova Aliança devem ser batizadas porque os meninos em Israel foram circuncidados é ser culpado de inserir o Antigo Testamento no Novo Testamento. Não apenas os meninos foram circuncidados, mas também os servos, simplesmente porque eram servos domésticos.^[46] Gênesis 17 não exige uma profissão de fé antes da circuncisão dos 318 membros adultos da casa de Abraão (v. 27).^[47] Tudo isso aconteceu baseado na fé de Abraão. Jewett expressou isso da seguinte maneira:

Sugerir que todos os homens da casa de Abraão (Gênesis 14:14 indica que havia várias centenas deles) individualmente se voluntariaram para uma “profissão pessoal de fé” antes de receber a circuncisão, como fizeram os convertidos cristãos no Novo Testamento que receberam o batismo, é se entregar a uma injustificada reconstrução da história.^[48]

Jewett está correto. A circuncisão não era restrita àqueles que faziam uma profissão genuína de fé. Ela foi dada a todos os homens que viviam entre o povo de Israel. No tempo de Josué, toda a nação de Israel foi circuncidada em um único dia, sem qualquer preocupação com a fé pessoal (Josué 5:2-9). De fato, como Einwechter escreveu:

Mesmo nos períodos mais sombrios da história de Israel, quando a descrença, a maldade e a infidelidade factual predominavam, nenhum dos profetas jamais questionou o direito de Israel à circuncisão para si ou para seus filhos. O Israel apóstata ainda tinha o direito de circuncidar seus filhos.^[49]

Portanto, presumir que a fé e o arrependimento eram necessários para que as pessoas se juntassem a Israel como nação é inverter o erro mencionado acima. É ler o Novo Testamento no Antigo. Os homens da casa de Abraão foram circuncidados simplesmente porque estavam em sua casa. Os meninos deveriam ser circuncidados, independentemente da fé de seus pais, no

oitavo dia (Gênesis 17:12). Até Ismael foi circuncidado aos treze anos (vv. 23-25) mesmo depois que Deus disse a Abraão que o menino não era regenerado (vv. 18-21; compare com Gálatas 4:21-31).

Mas quem sugeriria que servos incrédulos ou outros membros incrédulos da família agora devem ser batizados simplesmente porque pertencem à família de um cristão? Ou quem batizaria uma criança de uma família onde nem o pai nem a mãe são crentes?^[50] Quem insistiria que o batismo de uma criança deve ser no oitavo dia? Ou quem optaria por batizar um menino não crente de treze anos? Além disso, Gálatas 4:21-31 nos diz que na comunidade da Nova Aliança não deveria haver Ismaéis, mas apenas Isaque, “filhos da promessa”. Essa passagem, então, aponta claramente que no Antigo Testamento havia dois aspectos da aliança de Deus com Abraão, o aspecto nacional (ou físico) e o espiritual. Mas na Nova Aliança, o primeiro desapareceu e o último permanece.^[51]

Por que Batizar Mulheres na Nova Aliança?

Além disso, se a circuncisão e o batismo são idênticos, e apenas os homens foram circuncidados na Antiga Aliança, por que devemos batizar mulheres na Nova Aliança? Alguém pode citar Gálatas 3:28 como resposta: “Assim sendo, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vocês são um em Cristo Jesus”. O problema é que o foco do argumento de Paulo nesse versículo não é tanto quem deve ser batizado, mas que sob a Nova Aliança a graça salvífica de Deus transcende todas as barreiras raciais, de gênero e sociais.

A Nova Aliança não é tão restritiva quanto a Antiga Aliança. Na verdade, se Gálatas 3:28 for citado para provar que mesmo que as mulheres não fossem circuncidadas no sistema do Antigo Testamento, elas deveriam ser batizadas no Novo, então o argumento se autodestruiria. Porque, no mesmo versículo, Paulo fala de gregos e escravos, ambos os quais deveriam ser circuncidados na era da Antiga Aliança para que fossem corretamente integrados na comunidade judaica (Gênesis 17:23-27; Êxodo 12:43-49) sem qualquer indicação de que uma profissão de fé era necessária para fazer parte de Israel. Será, então, que deveria ser permitido às mulheres receber o batismo e entrar na igreja da Nova Aliança sem uma profissão de fé? Fazer a pergunta é respondê-la: É claro que isso não deveria ser permitido.

Tanto a Circuncisão Quanto o Batismo Foram Praticados no Novo Testamento

Outra dificuldade envolvida em equiparar a circuncisão e o batismo é que no primeiro século ambos foram praticados ao mesmo tempo na comunidade pactual. Como foi observado anteriormente em Atos 21:15-25, por exemplo, judeus convertidos e (presumivelmente) batizados continuaram a praticar a circuncisão infantil. Se o batismo e a circuncisão fossem uma coisa só, então não apenas a circuncisão seria desnecessária, mas também seria confusa e contraditória. Todas essas são questões pertinentes que precisam ser adequadamente explicadas se for insistido que a circuncisão e o batismo são idênticos. Se isso não puder ser feito, então o argumento para o batismo infantil a partir da circuncisão é inválido.

A Nova Aliança Não é “Como” o Pacto que Deus Fez com os Pais

A verdade é que na era da Antiga Aliança, judeus incrédulos, por direito (*de jure*), faziam parte da nação de Israel. Mas na comunidade da Nova Aliança é diferente. Como o autor de Hebreus, citando Jeremias 31:31-34, escreve, a Nova Aliança não é “como a aliança” que Deus fez com os pais do Antigo Testamento (8:9). Na Nova Aliança, todos “me conhecerão, desde o

menor até o maior” (8:11). Na era do Novo Testamento, diz Jesus, “todos serão ensinados por Deus” (João 6:45; compare isso com Isaías 54:13). Conforme declarado por John Owen, é a “igreja dos eleitos”, que consiste tanto de “judeus como de gentios, com quem esta [Nova] Aliança é feita e estabelecida, e a quem a graça é comunicada de fato”:

Pois todos aqueles com quem essa [Nova] Aliança é feita terão realmente a lei de Deus escrita em seus corações e seus pecados perdoados, de acordo com a promessa dela, assim como o povo antigo foi levado à terra de Canaã em virtude do pacto feito com Abraão. Esses são o verdadeiro Israel e Judá, prevalecendo com Deus e confessando o seu nome.^[52]

A inclusão de crianças na comunidade do Novo Testamento é, assim, profeticamente revogada pelo Antigo Testamento e corroborada pelo Novo. A comunidade da Nova Aliança deve consistir em crentes, aqueles que têm a lei de Deus escrita em seus corações (Hebreus 8:10). “Porque todos me conhecerão, desde o menor até o maior deles. (Hebreus 8:11)”.^[53]

Isso é confirmado em Ezequiel, onde é profetizado que, em distinção da Antiga Aliança, Deus dará aos membros da comunidade da Nova Aliança corações regenerados e os fará andar em seus estatutos (Ezequiel 36:25-27). Como diz o profeta: “Assim diz o Soberano Senhor: Nenhum estrangeiro que se encontra no meio dos filhos de Israel, incircunciso de coração ou incircunciso de carne, entrará no meu [Nova Aliança] santuário” (Ezequiel 44:9).^[54] Isso também é corroborado em Lucas 22:20 e Marcos 14:24.

A Nova Aliança é para aqueles por quem Cristo derramou seu sangue, ou seja, os eleitos. Os membros da igreja do Novo Testamento são verdadeiros crentes, aqueles que “conhecem o Senhor” e são eles que devem receber o sacramento do Novo Testamento, o batismo.^[55]

O apóstolo Paulo diz a mesma coisa em Romanos 9-11, onde argumenta que embora “todo Israel [hebraico]” esteja em um relacionamento pactual com Deus, contudo, há um verdadeiro Israel espiritual dentro do Israel mais amplo. Ele diz: “Pois nem todos os descendentes de Israel são Israel” (9:6). O apóstolo escreve que até mesmo os gentios participarão do verdadeiro Israel, pois são “enxertados” entre o verdadeiro povo de Deus (11:11-32).

Isso não significa que as pessoas sob a administração da Antiga Aliança não conheciam o Senhor. Claramente, havia muitos que conheciam. Havia inúmeras pessoas cujos pecados foram perdoados (Salmos 32:1-2), que tinham a lei de Deus escrita em seus corações (Salmos 40:8; 119:11; Isaías 51:7) e que haviam professado uma fé salvífica no Messias que viria (João 8:56; Hebreus 11:24-26).^[56] No entanto, a grande maioria da comunidade da Antiga Aliança não possuía tal fé (1 Coríntios 10:1-11) e a membresia nessa comunidade não era restrita àqueles que “conhecem o Senhor”. A Antiga Aliança era uma aliança quebrável, enquanto a Nova Aliança não pode ser quebrada (Jeremias 31:31-34; Hebreus 8:8-12).

Isso também não significa que todos que professam a crença em Cristo no tempo da Nova Aliança são genuinamente convertidos. Esse não é o caso (veja Atos 8:9-24). Mas como comunidade, o povo do Novo Testamento de Deus é um corpo de crentes professos. Na Antiga Aliança, os não crentes faziam parte de Israel *de jure*; na Nova Aliança, os não crentes podem existir na igreja, mas apenas *de facto*.^[57] Isso é ensinado em 1 João 2:19, onde o apóstolo escreve: “Eles saíram do nosso meio [a verdadeira igreja], mas não eram dos nossos. Porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco. Mas eles se foram para que ficasse manifesto que nenhum deles é dos nossos”. Os membros da igreja que apostataram e saíram da verdadeira igreja eram apenas membros *de facto* da igreja de Cristo. Eles eram participantes da igreja visível, mas não da igreja invisível.^[58] João disse que eles nunca foram verdadeiros

membros da comunidade pactual do Novo Testamento.

A Circuncisão era uma Marca Nacional para Todos os Israelitas do Sexo Masculino

Como mencionado, a circuncisão era uma marca nacional para todos os israelitas do sexo masculino. Era parte do pacto abraâmico que, entre outras coisas, lhes dava o direito à sua herança da terra de Canaã (Gênesis 17:8; 15:18; Êxodo 6:2-4; Atos 7:5).^[59] O fato de o sinal pactual ser administrado no órgão sexual masculino mostra que o *status* pactual “na terra” passava de geração para geração apenas devido ao nascimento físico. Isso é sugerido ainda pela estipulação de que um homem que sofresse danos em seus órgãos sexuais não poderia se juntar à congregação de Israel (Deuteronômio 23:1). O sinal do pacto era para os homens porque, sob circunstâncias normais, apenas os filhos recebiam uma herança.^[60] Eles recebiam essa herança em Canaã simplesmente porque nasciam israelitas.^[61] Tanto era assim que “legalmente, as famílias israelitas não podiam perder permanentemente ou dispor de sua herança imobiliária”.^[62]

A Importância Espiritual da Circuncisão

Mas a circuncisão, em seu aspecto cerimonial, também era uma marca espiritual. Paulo escreve que para Abraão, e somente para ele,^[63] a circuncisão significava a salvação já recebida:

E ele [Abraão] recebeu o sinal da circuncisão, selo da justiça da fé que teve, estando ainda incircunciso, para que fosse pai de todos os que creem... que também andam nas pegadas da fé que teve, estando ainda incircunciso (Romanos 4:9-12).

A circuncisão não significava a mesma coisa para sua descendência masculina. Ismael, por exemplo, foi circuncidado no mesmo dia que Abraão (Gênesis 17:23-27), mas esse rito não foi para ele “um selo da justiça da fé” que ele tinha (17:18-21). Pelo contrário, para a descendência masculina de Abraão, a circuncisão apresentava a mensagem do evangelho, ou seja, a necessidade de um coração circuncidado (Deuteronômio 10:16). A grande maioria dos israelitas não tinha esse tipo de coração (Jeremias 4:4; Atos 7:51; 1 Coríntios 10:1-11), embora permanecessem membros da comunidade da Antiga Aliança. Assim, a necessidade de um chamado para ser circuncidado no coração foi revelada.

O Batismo Não é um Selo

Significativamente, no Novo Testamento, o batismo nunca é chamado de “selo”. O selo no Novo Testamento é o Espírito Santo (2 Coríntios 1:22; Efésios 1:13-14; 4:30), o qual Abraão tinha (Gálatas 3:14) e sua descendência necessitava — o batismo no Espírito (1 Coríntios 12:13). Aqueles que não possuem esse batismo no Espírito Santo, diz Paulo, não pertencem a Cristo (Romanos 8:9). Portanto, tais pessoas não devem ser batizadas nas águas, já que o batismo nas águas simboliza o batismo no Espírito Santo (1 Coríntios 12:13).^[64]

A Promessa da Nova Aliança de Corações Circuncidados

No entanto, no tempo da Nova Aliança, Deus prometeu que ele circuncidaria os corações de seu povo (Deuteronômio 30:6;^[65] Ezequiel 37:25-27). De acordo com Paulo, o batismo nas águas significa um coração já circuncidado; ele é um sinal da resposta salvífica ao evangelho por parte da pessoa batizada:

Nele também vocês foram circuncidados, não com uma circuncisão feita por mãos humanas, mas pela remoção do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo, tendo sido sepultados juntamente com ele no batismo, no qual vocês também foram ressuscitados por meio da fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos. E quando vocês estavam mortos nos seus pecados e na incircuncisão da carne, ele

lhes deu vida juntamente com Cristo, perdoadando todos os nossos pecados (Colossenses 2:11-13)

Esses colossenses já haviam recebido a circuncisão cristã, “pela circuncisão de Cristo”; eles possuíam um novo coração; e eram o verdadeiro “Israel de Deus” (Gálatas 6:16). O apóstolo destaca que eles haviam sido salvos “mediante a fé”, e a salvação deles foi simbolizada em seu batismo nas águas (subsequentemente ao ato de fé). De acordo com Donald Guthrie:

A necessidade de fé no ato batismal é destacada em Colossenses 2:12: “tendo sido sepultados juntamente com ele no batismo, no qual vocês também foram ressuscitados por meio da fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos”. Sem o exercício da fé, então, não haveria validade no ato batismal. ^[66]

George Eldon Ladd disse: “Sem fé o batismo não tem significado”. ^[67]

Como comentado acima, o ensinamento do apóstolo em Colossenses 2:11-13 está de acordo com o que Ezequiel profetizou sobre a Nova Aliança. Usando o simbolismo do templo (40–48), Ezequiel predisse a restauração da igreja de Deus com a vinda de Cristo e a era do Novo Testamento. Ezequiel declarou: “Assim diz o Senhor Deus: Nenhum estrangeiro que se encontra no meio dos filhos de Israel, incircunciso de coração ou incircunciso de carne, entrará no meu santuário [a igreja]” (44:9). Paulo está declarando que o dia profetizado por Ezequiel chegou — o dia em que a circuncisão do coração, simbolizada pelo batismo nas águas, é necessária para entrar na igreja de Deus. Ao contrário dos tempos do Antigo Testamento, no Novo Testamento a circuncisão que é meramente externa não é circuncisão de modo algum (Romanos 2:25-29). Na Nova Aliança, é o aspecto espiritual da circuncisão que está em primeiro plano, não o nacional.

Embora Romanos 6:2-4 e Gálatas 3:27 não se refiram à circuncisão, eles apoiam fortemente o ensinamento de Colossenses 2:11-13, de que o batismo nas águas é para aqueles que têm um novo coração em Cristo. Em Romanos 6:2-4, Paulo ensina que aqueles que foram batizados foram “batizados na sua morte [de Cristo]”; eles foram “sepultados com ele na morte pelo batismo”. E em Gálatas 3:27 lemos que “porque todos vocês que foram batizados em Cristo de Cristo se revestiram”. O que poderia ser mais claro? O batismo é para aqueles que “se revestiram de Cristo”. Deve ser evidente que a linguagem usada pelo apóstolo para descrever a bênção associada e prometida no batismo tem a ver apenas com crentes confessos; isso não pode razoavelmente ser aplicada a bebês.

O Batismo Substitui a Circuncisão

Há, então, uma analogia entre circuncisão e batismo, mas não uma identidade exata. O batismo substitui a circuncisão, mas não ocupa o lugar da circuncisão em todos os aspectos. A circuncisão feita por mãos, que era o traço distintivo do povo de Deus do Antigo Testamento, passou. O que é importante agora não é uma circuncisão da carne, mas “ser uma nova criatura” (Gálatas 6:15). O traço distintivo do povo de Deus da Nova Aliança é um coração circuncidado. ^[68] Paulo escreve em Filipenses 3:3: “Porque nós é que somos a circuncisão, nós, que adoramos a Deus no Espírito e nos gloriamos em Cristo Jesus, em vez de confiarmos na carne”.

Paulo está dizendo que os crentes são “a circuncisão”, não os crentes e seus filhos. Sam Waldron afirma corretamente: “O batismo, portanto, professa o que a circuncisão exigia. A circuncisão realmente exigia um novo coração, mas não professava um novo coração. O batismo professa esse novo coração”. ^[69]

Lidando com a tipologia da circuncisão, Leonhard Goppelt escreveu:

A igreja cristã é a verdadeira circuncisão (Filipenses 3:3). Paulo não simplesmente afirma, como fizeram os profetas, que a circuncisão feita na carne não tem valor sem a circuncisão do coração, sem a entrega que corresponde ao sinal (1 Coríntios 7:19; Romanos 2:25-28; cf. Jeremias 4:4; 9:25; Ezequiel 16:30), mas ele anuncia a verdadeira circuncisão pela qual os profetas ansiavam. Isso não é meramente um símbolo externo de pertencimento ao povo de Deus e da obrigação de ser obediente (Gálatas 5:3; Romanos 4:11; Efésios 2:11). Essa é a nova criação pela qual somos incorporados ao povo de Deus, à nova humanidade, e pela qual somos feitos um povo novo (Colossenses 2:11; Gálatas 6:5; Efésios 2:11, 15) que serve a Deus em Espírito e verdade (Gálatas 6:5; Filipenses 3:3). Essa circuncisão feita por Cristo (Colossenses 2:11) é realizada no batismo (Colossenses 2:12). O batismo é o banho em água pelo qual os profetas ansiavam, que purificaria os corações e os renovaria no Espírito Santo (Ezequiel 36:25ss). A ideia de que a igreja deve ter um substituto para a circuncisão não é uma conclusão extraída do Antigo Testamento. Na verdade, aconteceu o contrário: A nova criação que Cristo trouxe no batismo torna a circuncisão uma sombra da realidade futura (cf. Colossenses 2:16ss.). O que os profetas ansiavam está totalmente presente. O Antigo passou, incluindo a circuncisão, e a consumação começou.

[70]

A Natureza Tipológica de Israel como Nação Pactual de Deus

Ao estudar o assunto do batismo infantil, deve-se ter muito cuidado para não perder a natureza tipológica de Israel como nação pactual de Deus. Jonathan Edwards explicou isso da seguinte maneira:

Aquela nação [Israel] era uma nação típica. Naquela época, havia literalmente uma terra, que era um tipo do céu, o verdadeiro lugar da habitação de Deus; uma cidade externa, que era um tipo da cidade espiritual de Deus; e um templo externo de Deus, que era um tipo de seu templo espiritual. Havia também um povo externo e uma família de Deus, por geração carnal, que era um tipo de sua descendência espiritual. E o pacto pelo qual eles foram feitos povo de Deus, era um tipo do Pacto da Graça e às vezes é representado como uma aliança de casamento. Deus, de acordo com a natureza daquela dispensação, mostrou grande respeito por coisas externas e carnis naqueles dias na qualidade de tipos de coisas espirituais. Quanto respeito Deus demonstrou então por qualificações externas para privilégios e serviços, isso é evidente pelo fato de que nos livros de Moisés há dez vezes mais palavras sobre tais qualificações nas instituições da Páscoa e dos serviços do tabernáculo do que sobre qualquer qualificação moral. Tais qualificações típicas eram tão enfatizadas que, mesmo pela lei de Moisés, a congregação do Senhor, ou igreja de adoradores visíveis de Deus, e o número daqueles que fizeram uma profissão pública da verdadeira religião e eram santos visíveis, não eram os mesmos. Algumas pessoas pertenciam ao último grupo, mas não pertenciam ao primeiro.

[71]

Edwards expressou isso muito bem. Israel era uma nação tipológica e a terra de Canaã era um tipo do Canaã celestial. Isso é detalhado em Hebreus 11:13-16:

Todos estes morreram na fé. Não obtiveram as promessas, mas viram-nas de longe e se alegraram com elas, confessando que eram estrangeiros e peregrinos na terra. Porque os que falam desse modo manifestam estar procurando uma pátria. E, se, na verdade, se lembrassem daquela de onde saíram, teriam oportunidade de voltar. Mas, agora, desejam uma pátria superior, isto é, celestial. Por isso, Deus não se envergonha deles, de ser chamado o seu Deus, porque lhes preparou uma cidade.

Outra maneira como a tipologia do Antigo Testamento reflete a diferença ou descontinuidade entre a Antiga Aliança e a Nova Aliança é vista na doutrina da “adoção”. Paulo lida com esse assunto em Romanos 9:4, onde se refere ao povo do Antigo Testamento como “israelitas, de quem é a adoção”, ao mesmo tempo que o apóstolo fala da adoção deles com tristeza por sua condição de perdição (Romanos 9:1-3). A Bíblia muitas vezes se refere a Israel como filho de Deus (Êxodo 4:22-23; Isaías 45:9-11; Jeremias 31:9; Malaquias 2:10), a nação que Deus havia redimido da terra do Egito (Êxodo 14). No entanto, essa redenção para a filiação era tipológica; não era uma redenção do pecado, mas da escravidão no Egito (Êxodo 20:1-2). O “êxodo” redentor do “filho” de Deus da terra do Egito era típico do maior “êxodo” cumprido na obra de Cristo na cruz, onde ele redimiou seu povo de seu pecado (Lucas 9:31). [72] A “adoção” da Nova Aliança possui um significado salvífico. Um filho adotado de Deus na Nova Aliança é um

filho que clama “Aba, Pai”, como “coerdeiro” com Cristo (Romanos 8:15-17; Gálatas 4:4-7). Aqui vemos “uma clara distinção entre a filiação típica do Antigo Testamento e a filiação real, substancial e antitípica conferida pela Nova Aliança”.^[73]

Os Filhos de Membros Crentes da Igreja Têm Direito a Privilégios da Nova Aliança?

Dado isso, afirmar que os filhos de membros crentes da igreja de Jesus Cristo têm direito a privilégios da Nova Aliança, assim como as pessoas sob a Antiga Aliança tinham um direito de herança em Canaã, é praticamente afirmar que eles têm um direito de herança no céu. Tal afirmação, contradiz João 1:13 (“os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus”), de uma maneira quase física, isso faz dos “filhos da aliança” os filhos eleitos de Deus.

Infelizmente, essa é exatamente a alegação de alguns pedobatistas. Calvino, por exemplo, falava do “direito de hereditariedade” dos filhos dos crentes de serem “participantes da mesma adoção” que seus pais.^[74] Em um momento, ele chega a dizer que “a salvação dos infantes está incluída na promessa na qual Deus declara aos crentes que ele será um Deus para eles e para a sua descendência”.^[75]

Segundo Abraham Kuyper, é uma deturpação do calvinismo bíblico negar as seguintes coisas:

1. Que os filhos dos crentes devem ser considerados como receptores da graça eficaz e pessoas nas quais a obra da graça eficaz já começou.

2. Que, ao morrerem antes de atingirem a idade da razão, os filhos dos crentes devem ser considerados salvos.

Claro que os calvinistas nunca afirmaram que essas coisas eram necessariamente assim. Assim como nunca se permitiram pronunciar julgamento oficial sobre o estado interior de um adulto, deixando o julgamento para Deus; eles também nunca usurparam o direito de declarar a presença ou ausência de vida espiritual em bebês. Eles apenas afirmaram como Deus gostaria que considerássemos tais bebês e essa consideração, baseada na Palavra divina, tornava imperativo considerar seus filhos pequenos como eleitos e salvos, e tratá-los de acordo com isso.^[76]

Charles Hodge afirmou que “quando um homem se torna cristão, deve ser considerado que seus filhos também se tornaram cristãos”.^[77] John Murray escreveu: “As crianças batizadas devem ser recebidas como filhos de Deus e tratadas de acordo com isso”.^[78] Da mesma forma, o Catecismo de Heidelberg (P. 74) ensina que bebês, assim como adultos, devem ser batizados porque “assim como os adultos, eles pertencem à aliança e à igreja de Deus. Através do sangue de Cristo lhes são prometidos, da mesma forma que aos adultos, a redenção do pecado e o Espírito Santo, que opera a fé”. Os Cânones de Dort (I:17) afirmam o seguinte:

Os filhos de crentes são santos, não por natureza, mas em virtude do Pacto da Graça, no qual estão incluídos com seus pais. Por isso, os pais que temem a Deus não devem ter dúvida da eleição e salvação de seus filhos, que Deus chama desta vida ainda na infância.

No Catecismo Anglicano, no momento da confirmação, pergunta-se à criança: “Quem lhe deu seu nome?”, e a criança deve responder: “Meus padrinhos e madrinhas no meu batismo; onde fui feito membro de Cristo, filho de Deus e herdeiro do reino dos céus”. Os Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra afirmam que “as pessoas que recebem o batismo [incluindo bebês] devidamente, são enxertadas na Igreja, recebem as promessas da remissão dos pecados, a adoção como filhas de Deus pelo Espírito Santo e são visivelmente marcadas e seladas”. E a Segunda

Confissão Helvética (20) declara: “Por que aqueles [os assim chamados ‘filhos da aliança’] que são propriedade de Deus e estão na sua igreja não devem ser consagrados pelo santo batismo?”.^[79]

E Quanto a Atos 2:38-39?

Contudo, onde no Novo Testamento são dados aos filhos de pais crentes promessas semelhantes?^[80] O texto frequentemente citado é Atos 2:38-39, que diz:

E Pedro lhes disse: “Arrependam-se, e cada um de vocês seja batizado em nome de Jesus Cristo para o perdão dos seus pecados, e vocês receberão o dom do Espírito Santo. Pois a promessa é para vocês, para os seus filhos e para todos os que estão longe, tantos quantos o Senhor nosso Deus chamar para si”.

Se, de fato, for verdade, como Calvino afirmou, que “a salvação dos infantes está incluída na promessa na qual Deus declara aos crentes que ele será um Deus para eles e para a sua descendência”,^[81] então nenhum filho de um crente jamais se perderia, porque Deus não pode mentir (Tito 1:2; Hebreus 6:18). Contudo, Atos 2:38-39 não fala sobre uma promessa à descendência infantil dos cristãos simplesmente por serem seus descendentes. De fato, não há um único bebê batizado em toda a extensão de Atos 2.

Em primeiro lugar, é óbvio que a exortação de Pedro não é dirigida aos crentes (embora possa ter havido alguns crentes presentes [v. 5]), mas sim aos judeus incrédulos (vv. 22-23, 37-38). Como John Tombes afirmou: “Aqueles a quem [Pedro] então falou não eram crentes na época e, portanto, as palavras de Atos 2:39 [‘Porque a promessa é para vocês e para os seus filhos’], não podem ser entendidas como uma promessa aos crentes e seus filhos como tais”.^[82]

Em segundo lugar, a promessa é o dom do Espírito Santo para todos que se arrependem e professam fé em Cristo por meio do batismo nas águas (vv. 33, 38). Essa é a mesma promessa da qual Jesus falou em Atos 1:4-8: O Espírito Santo que veio em cumprimento à profecia de Joel citada por Pedro em Atos 2:16-21. No versículo 38, o verbo “arrepender” (*metanoeo*) é um aoristo, um imperativo ativo, na segunda pessoa do plural, e é a principal coisa que foi ordenada. Ele é seguido pelo verbo “ser batizado” (*baptizo*), que é um aoristo, imperativo passivo, na terceira pessoa do singular, e depende do fato de que o arrependimento tenha ocorrido. Somente aqueles que se arrependem devem receber o sacramento do batismo nas águas.^[83] Isso é exatamente o que se encontra no ministério de João Batista (que será estudado a seguir) e a mesma coisa é confirmada por Paulo em Gálatas 3:14, 26-29 e Efésios 1:13.^[84]

Em terceiro lugar, a promessa é feita não apenas aos judeus, mas também aos gentios: a “todos os que estão longe, tantos quantos o Senhor nosso Deus chamar para si” (v. 39).

Em outras palavras, há três classes de pessoas mencionadas no trecho de Atos 2: os judeus daquela geração, a descendência física deles e os gentios. A promessa do Espírito é dada a todas essas três classes. No entanto, é uma promessa condicional — a condição é o arrependimento e uma profissão de fé exterior por meio do batismo. Como Waldron escreveu, “a promessa é dada apenas àqueles que, sendo chamados pelo Senhor nosso Deus, recebem o arrependimento e o perdão”.^[85] Como Dagg apontou, isso é ainda mais estabelecido pela cláusula limitante, “para todos aqueles que o Senhor, nosso Deus, chamar”.^[86] Finalmente, Lucas deixa claro quem deve receber o batismo nas águas quando, no versículo 41, ele escreve: “Aqueles, pois, que de bom grado receberam a sua palavra foram batizados”. O batismo é apenas para aqueles que “de bom grado recebem” a Palavra de Deus, não para eles e seus filhos.

Os comentários de Marshall sobre Atos 2:39 (“a promessa é para vocês e para seus

filhos”) são pertinentes:

Essa expressão por vezes foi interpretada como uma justificativa para o batismo infantil, mas isso é algo muito forçado. Se a mantivermos em seu contexto, observamos que a profecia no versículo 17 tem em vista crianças que são suficientemente crescidas para profetizar e que o versículo 38 fala sobre receber o perdão e o Espírito; em nenhum desses casos, os bebês estão claramente envolvidos. O ponto da expressão é mais declarar a misericórdia ilimitada de Deus, que abrange os ouvintes e as gerações subsequentes de seus descendentes e, além disso, todos os que estão longe. [\[87\]](#)

Em outras palavras, a promessa do Espírito é para todos os eleitos de Deus — judeus e gentios. Os eleitos de Deus são aqueles que se arrependem de seus pecados e confiam em Jesus Cristo. É a descendência espiritual de Abraão, não sua descendência física, que herdará a salvação (Romanos 9:6ss; Gálatas 3:29). Albert Barnes fez o seguinte comentário sobre Atos 2:39:

“Para os seus filhos”. Em Joel, para seus filhos e filhas, que, no entanto, seriam suficientemente velhos para profetizar. Promessas semelhantes ocorrem em Isaías 44:3: “Derramarei meu Espírito sobre a tua semente e minha bênção sobre a tua descendência” e 59:21: “Meu Espírito que está sobre ti, e as palavras que coloquei em tua boca, não se afastarão da tua boca, nem da boca da tua semente, nem da boca da semente da tua semente, diz o SENHOR, de agora em diante e para sempre”. Nessas e em outras passagens semelhantes, a descendência ou posteridade deles é intencionada. Essas passagens não se referem apenas a crianças como crianças e não deve ser citado como aplicável exclusivamente a bebês. [\[88\]](#)

O Pacto Abraâmico Não é Feito com Crentes e sua Descendência Física

Além disso, a Bíblia não ensina que o pacto abraâmico foi feito com “crentes” e sua descendência física. A promessa de Deus a Abraão “para ser o seu Deus e o Deus da sua descendência” (Gênesis 17:7) dizia principalmente respeito à descendência natural que herdaria a terra de Canaã (Gênesis 17:8; Levítico 26:42; Neemias 9:7-8, 23-25, 36-37; Atos 7:5) e nenhum teste de fé era exigido dos pais. Essa é a razão pela qual a mesma promessa foi feita a Isaque (Gênesis 26:24) e a Jacó (Gênesis 28:13), assim como a Abraão. O Salmo 105:7-11 torna isso muito evidente:

Ele é o Senhor, nosso Deus; os seus juízos permeiam toda a terra. Lembra-se perpetuamente da sua aliança, da palavra que empenhou para mil gerações; da aliança que fez com Abraão e do juramento que fez a Isaque; o qual confirmou a Jacó por decreto e a Israel por aliança perpétua, dizendo: “Eu lhe darei a terra de Canaã como porção da sua herança”.

Essa promessa à descendência física não é repetida no Novo Testamento (ou seja, relacionada à descendência dos crentes), simplesmente porque, na Nova Aliança, não é para a descendência física, mas para a descendência espiritual que a promessa é feita. Ela é feita a Cristo (Gálatas 3:16), não como um indivíduo, mas como o representante de seu povo eleito (Gálatas 3:29); eles são a descendência espiritual de Jesus (Isaías 53:10-11; Hebreus 2:13). Como Jesus ensina em Marcos 3:31-35, os membros de sua família não são aqueles que têm laços de sangue com Abraão (ou mesmo com Cristo), mas aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a praticam em suas vidas.

Além disso, se a promessa abraâmica para a descendência física ainda fosse válida, então ainda incluiria a terra de Canaã. Mas, de acordo com Paulo, são os descendentes espirituais de Abraão que são os herdeiros, não de Canaã, mas do mundo (Romanos 4:13). Na verdade, o princípio “você e a sua descendência [física]” é abolido no texto de Hebreus 8 citado acima, “porque todos me conhecerão desde o menor até o maior deles”. Esse texto é crucial para entendermos a diferença entre as comunidades do Antigo e do Novo Testamento. A profissão de

fé em Jesus Cristo como Salvador e Senhor^[89] é necessária para participar da comunidade da Nova Aliança. Isso não era o caso no tempo da Antiga Aliança. O Novo Testamento enfatiza que a “aliança da promessa” abraâmica ainda é vinculativa no tempo da Nova Aliança. Mas é vinculativa em seu significado espiritual. Romanos 4 e 9, e Gálatas 3 deixam claro que apenas os crentes são a descendência de Abraão. O descendente de Abraão que recebe a promessa, diz Paulo, é aquele que tem a fé de Abraão. Enquanto sob a administração da Antiga Aliança todos os israelitas eram filhos de Abraão, sob a nova Aliança, “os que têm fé é que são filhos de Abraão... De modo que os que têm fé são abençoados com o crente Abraão” (Gálatas 3:7, 9). Essa “promessa” que Deus deu a Abraão é “garantida para toda a descendência [espiritual]” (Romanos 4:16).

Charles Spurgeon, em um sermão sobre a “Consagração a Deus Ilustrada pela Circuncisão de Abraão”, pregou:

Muitas vezes é dito que o sacramento do batismo é análogo ao sacramento da circuncisão. Eu não vou contradizer o ponto, embora a afirmação possa ser questionada. Supondo que seja assim, deixe-me instar a cada crente aqui que se certifique de que, em sua própria alma, ele entende o significado espiritual tanto da circuncisão quanto do batismo, e só depois considere os ritos exteriores. Pois a coisa sinalizada é infinitamente mais importante do que o sinal... Mas alguém pode dizer: “Bem, uma dificuldade se apresenta quanto aos seus pontos de vista, pois frequentemente é tirado deste fato que, visto que Abraão deveria circuncidar toda a sua descendência, nós deveríamos batizar todos os nossos filhos”.

Ora, observe o tipo e o interprete não segundo preconceitos, mas segundo a Escritura: No tipo, a descendência de Abraão é circuncidada, disso você pode extrair a inferência de que todas as pessoas que foram tipificadas pela descendência de Abraão deveriam ser batizadas, e eu não discuto essa conclusão, mas pergunto a você, quem são as pessoas que fazem parte da verdadeira descendência de Abraão? Paulo responde em Romanos 9:8: “Isto é, não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa é que são contados como descendência”. Todos os que creem no Senhor Jesus Cristo, quer sejam judeus ou gentios, são a descendência de Abraão. Quer tenham oito dias de graça ou mais, todos os filhos de Abraão têm o direito ao batismo, mas eu nego que os não regenerados, sejam crianças ou adultos, sejam da descendência espiritual de Abraão.

Nós temos esperança de que o Senhor chamará muitas dessas pessoas pela sua graça, mas até agora elas são herdeiras da ira como as outras. Nas ocasiões em que o Espírito de Deus semear a boa semente em seus corações, elas se tornarão parte da descendência crente de Abraão, mas isso não acontecerá enquanto vivem na impiedade e na incredulidade, ou ainda são incapazes de exercerem a fé e o arrependimento.

A pessoa que, segundo o tipo, corresponde à descendência de Abraão é, pela confissão de todos, o crente. E o crente deve, visto que está espiritualmente sepultado com Cristo, afirmar esse fato pelo seu batismo público nas águas, de acordo com os próprio preceito e exemplo do Salvador.^[90]

William Einwechter diz isso da seguinte maneira:

A analogia entre a circuncisão e o batismo é esta: todos os que foram identificados como a descendência de Abraão na administração do Antigo Testamento receberam a circuncisão, e todos aqueles que são identificados como a descendência [espiritual] de Abraão no Novo Testamento recebem o batismo.^[91]

O ponto de Spurgeon e de Einwechter é claro. Todos os membros da comunidade do Novo Testamento devem ser batizados nas águas. Tais pessoas são aquelas que são espiritualmente circuncidadas (Filipenses 3:3), que conhecem o Senhor (Jeremias 31:34) e que são nascidas de Deus (João 1:12-13).

Curiosamente, o estudioso do Novo Testamento William Hendriksen fez os seguintes comentários sobre João 1:12-13: “O judeu foi muito lento em aprender que na nova dispensação não há privilégios especiais baseados em relações físicas”.^[92] Aparentemente, os judeus não são os únicos que foram lentos em aprender esse princípio. Na Nova Aliança, não são os

descendentes físicos que são filhos de Abraão, mas os descendentes espirituais.

5

Panorama do Batismo nas Águas no Novo Testamento: Os Evangelhos

Como visto anteriormente, uma vez que, conforme afirma a Confissão de Westminster, o batismo nas águas é um sacramento do Novo Testamento, os dados do Novo Testamento devem determinar os sujeitos do batismo. É verdade que a hermenêutica bíblica exige que, a menos que um ensinamento do Antigo Testamento seja abolido no Novo, então ele permanece vinculativo. Porém, a circuncisão é revogada pelos autores do Novo Testamento e o batismo infantil é negado pelo ensino do próprio Novo Testamento. Como observado no capítulo 2, não há um único exemplo de batismo infantil encontrado em todo o Novo Testamento.^[93] Um estudo de todas as ocorrências de batismo nas águas no Novo Testamento revela que cada uma delas refere-se ao batismo de crentes, discípulos ou daqueles que confessam sua fé — não há exceções.

É digno de nota que isso também é admitido pela Igreja da Inglaterra. Em um relatório dos Comitês Conjuntos sobre Batismo, Confirmação e Santa Ceia, essa igreja afirma: “Em todo caso registrado de batismo no Novo Testamento, o evangelho foi ouvido e aceito, e a condição de fé (e presumivelmente de arrependimento) foi conscientemente cumprida antes da recepção do sacramento”.

Karl Barth fez uma afirmação semelhante:

Quanto à exegese, o batismo é no Novo Testamento, em todos os casos, a resposta indispensável para uma pergunta inevitável por parte de uma pessoa que veio à fé. O batismo é a resposta à pergunta sobre a certeza divina e a autoridade divina da Palavra que a pessoa já ouviu, que pela fé ela já apreendeu e à qual ela já respondeu afirmativamente.^[94]

Charles Hodge tinha a mesma opinião. Em relação à doutrina apostólica do batismo, ele escreveu: “Em todo caso registrado deles [os apóstolos] administrando o rito, foi sob a condição de uma profissão de fé por parte do destinatário”.^[95] Em outro lugar, ele afirmou:

O batismo era o modo designado de professar a fé em Cristo, de confessar a lealdade a ele como o Filho de Deus e a aquiescência em seu evangelho. Portanto, os que foram batizados são pressupostos serem crentes no que professaram e ser o que declararam ser... O ato de fé implícito e expresso no batismo é receber Cristo como nossa santificação, assim como nossa justiça.^[96]

Esse fato sozinho deveria resolver a questão. Pelo menos deveria nos fazer desconfiar muito do batismo infantil. A razão é que o argumento a favor do batismo infantil se baseia unicamente em um argumento do silêncio, e um argumento do silêncio é uma falácia lógica.^[97] Ou seja, o argumento do silêncio sobre o batismo infantil não assume que os bebês devem ser batizados; assume precisamente o oposto. Quando o autor de Hebreus (7:14) buscou provar que

o sacerdócio de Jesus Cristo era superior ao sacerdócio araônico, ele escreveu: “Pois é evidente que nosso Senhor procedeu de Judá, tribo à qual Moisés nunca falou nada a respeito de sacerdócio”. Segundo o escritor inspirado, o silêncio de Moisés sobre o assunto era um argumento suficiente (por dedução lógica) para resolver o caso. Por que isso não deveria ser também com o batismo infantil? Como o Novo Testamento é silencioso sobre o assunto, não há preceito para isso. E como não há preceito para o batismo infantil, ele não deve ser praticado. Como afirmado por Philip Mauro:

O fato de a Escritura não registrar um único caso de batismo de um bebê é uma evidência da mais alta importância e deve ser aceito como conclusivo por aquele que acredita que os silêncios e as omissões da Escritura são tão relevantes quanto suas declarações.^[98]

Não obstante, é um argumento comum dos pedobatistas que o silêncio sobre o batismo de bebês é um argumento a favor da prática.^[99] Por quê? Porque a inclusão de bebês (do sexo masculino) na comunidade do povo de Deus certamente era o caso no tempo do Antigo Testamento, e a menos que haja um mandamento específico ou exemplo para alterar isso, os bebês devem ser incluídos também na era da Nova Aliança e devem receber o sinal do batismo. Essa visão é expressa por R.C. Sproul. Ele diz:

Como o Novo Testamento não exclui explicitamente os bebês do sinal da aliança (e eles foram incluídos por milhares de anos enquanto o sinal da aliança era a circuncisão), naturalmente se presumiria na igreja primitiva que os bebês deveriam receber o sinal da aliança.^[100]

Em resposta a esse suposto problema, como observado acima, os credobatistas argumentam que a inclusão de bebês na comunidade da Nova Aliança é rescindida pelos escritos proféticos do Antigo Testamento em Jeremias 31:31-34 e confirmada em Hebreus 8:8-12. Além disso, a inclusão de bebês na comunidade da Nova Aliança também é negada pela prática da igreja primitiva, conforme testemunhado por João Batista, Jesus Cristo e o exemplo apostólico (os quais serão estudados abaixo). O “peso do preceito” argumenta contra o batismo infantil.^[101]

O Ministério de João Batista

O ministério de João Batista, que foi endossado por Cristo (Marcos 11:29-33), marcou a transição do Antigo Testamento para o Novo. Ao anunciar a vinda de Cristo, o Messias, João “declara o advento de um tempo novo”.^[102] E na prática do batismo nas águas de João, de acordo com a revelação profética de Isaías 54, Jeremias 31 e Ezequiel 36, a abolição do princípio “vocês e sua descendência” (eticamente falando) torna-se clara.

No Antigo Testamento eram praticadas numerosas lavagens rituais (Êxodo 30:17-21; Levítico 8:1-13; 14-17), mas não havia lavagens ou batismos de arrependimento para o perdão dos pecados, como é caso do batismo de João. O batista batizava pessoas que já eram circuncidadas depois que elas se arrependiam de seus pecados (Mateus 3:1-8) e professavam fé em Cristo (Atos 19:4). Quando os fariseus não se arrependeram e não creram em Cristo, João se recusou a batizá-los (Lucas 7:29-30).

Como Ralph Earle afirmou, “o batismo de João pressupunha o arrependimento”.^[103] Isso é ainda confirmado por Josefo, que escreveu que João Batista ensinava que o arrependimento era essencial para o rito do batismo nas águas, porque para João a pessoa que chegava às águas do batismo devia entender que “a alma estava [para ser] completamente purificada antecipadamente pela retidão”.^[104] E nas palavras de John Piper:

O mais importante que aprendemos [sobre o batismo de João] é que, quando uma pessoa judia recebia o

batismo de João, esse era um ato radical de compromisso individual de pertencer ao verdadeiro povo de Deus, baseado na confissão pessoal e arrependimento, não na identidade corporativa com Israel, por direito de nascimento...

A razão pela qual isso é importante é que os judeus já são o povo escolhido de Deus em um sentido externo e étnico. Isso significa que o chamado radical de João ao arrependimento estava sendo dirigido aos judeus que já faziam parte do povo histórico de Deus. Essas são as pessoas a quem João estava dizendo para se arrependerem e serem batizadas para o perdão de seus pecados. Essas eram as pessoas que faziam parte da aliança de Deus e tinham o sinal da aliança (pelo menos os homens tinham), ou seja, a circuncisão.^[105]

Pertencer à descendência de Abraão ou ser membro da comunidade da Antiga Aliança não eram qualificações para o batismo de João (Mateus 3:9).

O testemunho do Novo Testamento não dá nenhuma indicação de que João batizou bebês. É evidentemente claro que João exigia arrependimento e uma profissão de fé como condições para o batismo nas águas, e “isso estabeleceu o padrão para o restante dos exemplos do Novo Testamento”.^[106] Thomas Boston comentou: “João verdadeiramente batizou com o batismo do arrependimento, não em relação ao arrependimento futuro, mas um arrependimento anterior; pois João batizou apenas aqueles que confessavam seus pecados”.^[107] E Josefo escreveu que João Batista:

Ordenou aos judeus que levassem vidas justas, praticassem a justiça para com seus semelhantes e a piedade para com Deus e, assim fazendo, participassem do batismo. Em sua visão [de João], isso era um pré-requisito necessário para que o batismo fosse algo aceitável a Deus.^[108]

Portanto, como Kingdon apontou:

O batismo de João faz sentido apenas dentro do desenvolvimento da revelação redentiva quando se percebe que seu ministério marcou a transição da Antiga para a Nova dispensação. Assim, Marcos vê seu ministério como “o princípio do Evangelho de Jesus Cristo, o Filho de Deus” (Marcos 1:1). Se no princípio do Evangelho de Cristo o princípio da conexão de nascimento [“você e sua descendência”] foi abandonado, por que ele deveria ser ressuscitado para servir de justificativa para o batismo infantil?^[109]

É verdade que o batismo de João não era precisamente o mesmo que o batismo cristão, mas como precursor, apontava claramente para ele. Nas palavras de João: “Eu, na verdade, batizo vocês com água, mas vem aquele que é mais poderoso do que eu, do qual não sou digno de desamarrar as correias das suas sandálias; ele os batizará com o Espírito Santo e com fogo” (Lucas 3:16).^[110] Para dizer isso com outras palavras: “O batismo nas águas em nome do Senhor Jesus é, portanto, o sinal externo e símbolo do batismo interno com o Espírito Santo do qual João Batista falou”.^[111] Além disso, não há registro de qualquer um dos apóstolos de Jesus, que foram batizados por João, sendo “rebatizados”.

João Batista também batizou o Senhor Jesus Cristo, evidenciando assim que seu batismo foi um precursor do batismo cristão. Nesse batismo, onde nos é dito que isso aconteceu, “porque assim nos convém cumprir toda a justiça” (Mateus 3:15), Jesus se concentrou em seu próprio “batismo” na cruz (Marcos 10:38), se identificou com os pecadores (João 1:29) e deu à sua igreja um exemplo do que o batismo cristão deveria ser. Como Filho de Deus, ele se submeteu à autoridade da igreja (neste caso, João Batista, o arauto designado por Deus). Assim deve acontecer com os filhos adotados de Deus quando professam fé em Cristo (Gálatas 3:26-27, 4:6).

Cristo recebeu o Espírito Santo no momento de seu batismo (Mateus 3:16-17), assim como aqueles que, pela fé, abraçam Cristo como Senhor e Salvador e o manifestam em seu batismo nas águas (1 Coríntios 12:13). Cristo veio espontaneamente, por sua própria vontade,

para receber o rito do batismo, assim como aqueles que, em seu batismo nas águas, fazem um “apelo por uma boa consciência para com Deus” (1 Pedro 3:21).

João 4:1-2 relata: “Quando Jesus soube que os fariseus tinham ouvido dizer que ele fazia e batizava mais discípulos do que João se bem que Jesus mesmo não batizava, e sim os seus discípulos”. O ministério de batismo de Jesus (através de seus discípulos) era obviamente um batismo cristão (o que mais poderia ser?). E aqueles que eram sujeitos ao batismo de Jesus eram discípulos, e “discípulos”, segundo Jesus, são pessoas convertidas (João 8:31-32; 15:8).^[112] Jesus fez discípulos e então os batizou — nessa ordem. A.W. Pink afirmou corretamente:

É importante observar a ordem dos dois verbos [Em João 4:1: “fazia” e “batizava”] aqui, pois eles nos dizem quem, somente, é elegível para o batismo. Quando dois verbos são ligados dessa forma, o primeiro denota a ação, e o segundo mostra como a ação foi realizada... Portanto, o fato de que “batizava” aqui vem depois, e não antes, do verbo “fazia”, prova que primeiramente eles se tornaram discípulos e que foram “batizados” posteriormente. Esse é apenas uma das muitas passagens do Novo Testamento que, de maneira uniforme, ensina que apenas alguém que já é um crente em Cristo está qualificado para o batismo.^[113]

As palavras de Warfield são reveladoras: “Ninguém supõe que Jesus e seus discípulos tinham o hábito de batizar crianças”.^[114] Essa é uma afirmação notável vinda de um pedobatista, porque, de acordo com o argumento pedobatista, tanto João quanto os discípulos de Jesus deveriam ter estado batizando crianças juntamente com os adultos que professavam sua fé. Kingdon comentou apropriadamente: “Se João batizava apenas aqueles que podiam confessar seus pecados e se os discípulos de nosso Senhor seguiram a mesma prática, por que seria difícil acreditar que a igreja apostólica não praticava o batismo infantil?”.^[115]

Mateus 28:19-20

A Grande Comissão de Mateus 28:19-20 precisa ser estudada à luz de João 4. Jesus (por meio de seus discípulos) praticou o batismo das pessoas que confessavam sua fé e, em seguida, deu continuidade a isso na Grande Comissão. É importante que entendamos isso. Em João 4:1-2, é dito que “Jesus fez e batizou mais discípulos do que João”. Então, quando ele comissionou seus apóstolos em Mateus 28:19-20, a ordem foi: “Façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar todas as coisas que tenho ordenado a vocês”. A ordem é a mesma em João 4 e Mateus 28 — fazer discípulos e depois batizá-los. As palavras dificilmente poderiam ser mais claras. Discípulos não são feitos sendo batizados (como no catolicismo romano). Discípulos são feitos pela pregação do evangelho e depois que esses discípulos são feitos, então eles devem ser batizados.

Como apontado por John Gill, a utilização da palavra em Mateus 28:19 exige o “batismo de discípulos”. “Batizando-os [*autous*]” não pode se referir a “todas as nações [*ta ethne*]” porque *ta ethne* é neutro, enquanto *autous* é masculino. Pelo contrário, são “discípulos” (*mathetes*) que devem ser batizados, sendo *mathetes* um substantivo masculino, que é pressuposto e contido no verbo usado no mandamento de Jesus para “fazer discípulos” [*matheteusate*].^[116]

Alguns pedobatistas, como R.L. Dabney, sugeriram que o batismo envolvido na Grande Comissão de Mateus 28:19-20 deve ser aplicado às crianças de pais crentes, pois essas crianças estão sendo “disciplinadas” de acordo com Deuteronômio 6:7. Dabney diz:

O termo “discípulo” é eminentemente apropriado à concepção de uma escola de Cristo, que é uma das concepções bíblicas da igreja... A criança pequena é inscrita ou matriculada nesta escola antes mesmo de começar sua educação religiosa, para que ela possa aprender depois.

Portanto, a criança pode ser batizada conforme as palavras de Cristo na Grande Comissão. ^[117] O problema com esse argumento é que, quando a palavra “discípulo” (*mathetes*) é usada no Novo Testamento, ela se refere a convertidos à fé cristã. De acordo com K.H. Rengstorf, “o uso é desde o início caracterizado pelo fato de que, com poucas exceções, *mathetes* denota os homens que se uniram a Jesus como seu Mestre”. A palavra “*mathetes* sempre implica a existência de um apego pessoal que molda toda a vida daquele que é descrito como *mathetes*”. ^[118] Essa definição está de acordo com o ensino de Jesus Cristo, que disse que um discípulo é uma pessoa que “permanece em minha Palavra”. Ele é alguém que “conhece a verdade” e que a verdade o libertou (João 8:31-32). Está para além de qualquer dúvida séria, escreveu Fred Malone, que “cada uso da palavra ‘discípulo’ no Novo Testamento se refere a um seguidor autoconsciente e voluntário de um professor. Na Grande Comissão, Cristo definiu os sujeitos do batismo e do ensino cristão como discípulos comprometidos”. ^[119] Tal definição dificilmente pode ser aplicada a um bebê. E se a posição batista reformada estiver correta aqui, então os pedobatistas estão privando seus filhos de obedecer ao comando de Cristo referente ao batismo apenas de discípulos.

Isso é ainda mais claramente visto no trecho paralelo de Marcos 16:15-16, que diz: “Vão por todo o mundo e puguem o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado”. Assim como em João 4, Cristo ensina que alguém deve ser batizado após a sua profissão de fé.

Lucas 24:46-47 também é uma passagem paralela: “E disse-lhes: — Assim está escrito que o Cristo tinha de sofrer, ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia e que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações, começando em Jerusalém”. Embora Lucas não mencione o batismo, ele conecta “arrependimento e remissão dos pecados” com a Grande Comissão, apoiando assim a ideia de batismo daqueles que confessam sua fé.

Comentando sobre Mateus 28:19, Calvino disse: “Cristo ordena que aqueles que se submeteram ao evangelho e professaram ser seus discípulos sejam batizados”. ^[120] Além disso, ele admite que em Marcos 16:16 não há “sequer uma sílaba sobre crianças em todo o discurso”. ^[121] O estudioso do Novo Testamento, William Hendriksen, concordou com Calvino. Sobre a Grande Comissão de Mateus 28, ele escreveu:

Os conceitos “batizar” e “ensinar” são simplesmente duas atividades, em coordenação uma com a outra, mas ambas subordinadas a “fazer discípulos”. Em outras palavras, por meio do batismo e do ensino, uma pessoa se torna um discípulo, com o entendimento, é claro, de que esse indivíduo está pronto para o batismo e está disposto a se submeter ao ensino apropriado. ^[122]

Esse também foi o entendimento da Grande Comissão por parte de Jerônimo e Atanásio, nos primeiros anos do cristianismo. Comentando sobre esse assunto, Jerônimo escreveu: “Primeiro eles ensinam todas as nações, depois mergulham aqueles que são ensinados na água; pois não pode ser que o corpo receba o sacramento do batismo, a menos que a alma tenha antes recebido a verdade da fé”. Atanásio disse: “Por isso, o Salvador não simplesmente ordena que se batize; mas primeiro diz, ensine, e depois, batize”. ^[123]

Calvino, Hendriksen, Jerônimo e Atanásio mantiveram que o que Cristo ordenou na Grande Comissão é o batismo de discípulos ou daqueles que confessam a fé. Portanto, quando a Confissão de Westminster diz que o batismo é um sacramento “instituído por Jesus Cristo”, ela está correta. No entanto, ela não está correta quando aplica essa “ordenança” ao batismo infantil. Jesus Cristo praticou e perpetuou o batismo de discípulos ou daqueles que confessavam fé nele, mas não o batismo infantil.

Pendleton observou corretamente que, como o batismo é um sacramento do Novo Testamento ordenado por Jesus Cristo, então:

É evidente que devemos recorrer ao Novo Testamento para aprender quem são os sujeitos apropriados do batismo... e se o batismo foi ordenado por Jesus Cristo, devemos permitir que ele decida quem deve ser batizado”, e não referir o assunto ao Antigo Testamento.^[124]

Ou, para dizer de outra forma, Watson apontou o seguinte:

Se houver algum lugar onde podemos esperar encontrar a intenção do Senhor acerca dos sujeitos apropriados para o batismo, é na sua comissão para batizar em Mateus 28:18-20 e Marcos 16:15-16... E como esta é a única ordem de Cristo para batizar e não diz uma única palavra sobre bebês, o ponto está resolvido de que alguém não deve se tornar discípulo antes que essa comissão tenha algo a ver com eles.^[125]

Richard Baxter disse a mesma coisa. Falando sobre a Grande Comissão dada por Cristo em Mateus 28:19-20, ele escreveu:

Essa não é uma menção ocasional ao batismo, mas é a própria comissão de Cristo a seus discípulos para pregar e batizar, e expressa intencionalmente suas várias obras, em seus vários lugares e ordens. A primeira coisa a ser realizada é fazer discípulos, que são chamados de crentes por Marcos. A segunda coisa a ser feita é batizá-los, à qual é anexada a promessa de sua salvação. A terceira coisa a ser feita é ensiná-los todas as outras coisas, que devem ser aprendidas na escola de Cristo.

Desprezar essa ordem é desprezar todas as regras de ordem, pois onde podemos esperar encontrá-la, se não aqui. Eu confesso que minha consciência está totalmente satisfeita com esse texto, que diz que há um tipo de fé, a saber, a fé salvífica, que deve preceder o batismo, cuja profissão o ministro deve esperar.^[126]

Talvez Alexander Carson tenha dito isso da melhor maneira possível:

Se nossas mentes não fossem influenciadas por preconceitos, essa pesquisa [sobre os sujeitos do batismo] não seria tediosa. Temos a resposta obviamente nas palavras da comissão apostólica: “Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar todas as coisas que tenho ordenado a vocês. E eis que estou com vocês todos os dias até o fim dos tempos. Amém” ...

É bem sabido que a palavra correspondente a ensinar, na primeira instância em que ocorre nessa passagem, significa fazer discípulos ou torná-los estudantes. Fazer discípulos de todas as nações é trazê-los pela fé para a escola de Cristo, onde devem aprender sua vontade. As pessoas, então, às quais essa comissão autoriza a serem batizadas, são aprendizes de Cristo, tendo crido nele para a salvação.

Se isso precisasse de confirmação, tal confirmação pode ser obtida a partir do registro da comissão encontrado em Marcos 16:15-16: “Vão por todo o mundo e preguem o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado”. Aqui, as pessoas que Mateus chama de discípulos, Marcos chama de crentes. De acordo com a comissão, então, apenas os discípulos ou crentes são autorizados a serem batizados... Estou disposto a resolver toda a controvérsia com base nesta passagem. Se não houvesse outra passagem na Palavra de Deus, eu me comprometeria a refutar meus oponentes apenas com as palavras dessa comissão.^[127]

Uma contenda que surge de tempos em tempos é a do argumento “missionário”, que sustenta que a Grande Comissão dada por Jesus Cristo envolvia uma situação missionária, onde as pessoas estavam sendo evangelizadas e depois batizadas. Supostamente, esse era o foco de Cristo quando ele falava sobre o batismo de pessoas que formavam a primeira geração de convertidos. Posteriormente, no entanto, o restante da família (incluindo crianças) também seria batizado.^[128]

O primeiro problema aqui é que tal pensamento resulta em uma clara violação de Deuteronômio 4:2, Provérbios 30:6 e Apocalipse 22:18-19, ao fazer acréscimos à Palavra de

Deus. E o segundo problema é que isso não se alinha com o testemunho do livro de Atos e com o ministério apostólico. Os apóstolos de Cristo claramente entenderam o que seu Mestre quis dizer em sua comissão. Eles saíram pregando o evangelho, e depois que as pessoas fizeram uma profissão de fé, eles as batizaram. Sobre a Grande Comissão de Mateus 28, Spurgeon disse que o texto:

Não diz [explicitamente], primeiramente faça discípulos, depois os batize e ensine a observar todas as coisas..., mas que esse é [implicitamente] seu significado é algo que pode ser defendido pela construção de todo o preceito, pelo que os apóstolos haviam testemunhado e praticado anteriormente, pela prática subsequente deles e por qualquer outra referência ao batismo em seus escritos.^[129]

Podemos acrescentar aqui que se o Senhor da igreja ordena o batismo de pessoas após fazerem uma profissão de sua fé, então a realização de um batismo infantil antes de uma profissão de fé não é uma opção, porque há “um só batismo” (Efésios 4:5).^[130]

6

Panorama do Batismo nas Águas no Novo Testamento: Atos e Epístolas

Atos 2

Em Atos 2:37-41, Pedro batizou aqueles que se arrependeram de seus pecados (v. 37), “quando ouviram isso, ficaram muito comovidos” (v. 41). E aqueles que ele batizou, escreve Lucas, “perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão [a ceia do Senhor] e nas orações” (v. 42). Essa é uma descrição de discípulos e não de crianças. Nas palavras de Fred Malone: “Não há outra possibilidade exegética no texto e no contexto” dessa passagem. Ou seja, “independentemente de sua idade, apenas aqueles que receberam a palavra de Pedro e reivindicaram a promessa de Deus é que foram batizados. Não há menção nessa passagem de crianças sendo batizadas junto com seus pais”.^[131]

Atos 8

Atos 8 trata do ministério de Filipe, o evangelista. Ele foi à “cidade de Samaria... [onde] anunciava Cristo ao povo dali” (v. 5). Quando, porém, deram crédito a Filipe, que os evangelizava a respeito do Reino de Deus e do nome de Jesus Cristo, iam sendo batizados, tanto homens como mulheres” (v. 12). Neste texto, Lucas é muito cuidadoso ao registrar quem foi batizado: “homens e mulheres” que professaram sua crença em Cristo. Por que as crianças não são mencionadas? Não é porque Lucas fosse um historiador descuidado. Em Atos 21:4-5, por exemplo, ele observa que os discípulos vieram cumprimentar Paulo, “com mulheres e crianças”.^[132] Aqui, Lucas cuidadosamente nota que as crianças acompanharam seus pais para cumprimentar Paulo. Mas ele evita cuidadosamente a palavra “crianças” na passagem de Atos 8. Não é razoável assumir que ele não menciona crianças em Atos 8 por que elas não foram batizadas? Como disse William Shirreff:

Aqueles que criam e eram batizados [em Atos 8:12] são declarados terem sido homens e mulheres. Se crianças fossem batizadas, a enumeração estaria incompleta. A omissão não pode ser explicada pela suposição de que o propósito do historiador não exigia a menção de crianças... A omissão não pode ser explicada pela suposição de que ele foi descuidado. A inspiração é, em cada instância, inconsistente com o erro. Que aquela pessoa que deseja saber a verdade considere essas coisas e ela será convencida de que o Espírito Santo dirigiu Lucas a uma enumeração especial, para que, até o fim dos tempos, os homens pudessem aprender tanto pelo seu silêncio em relação às crianças quanto por sua explicitação quanto ao batismo de homens e mulheres.^[133]

Simão, o mágico, foi batizado por Filipe, depois de fazer uma profissão de fé (Atos 8:13).

Aconteceu que sua profissão era falsa (vv. 14-24). No entanto, ele foi batizado com base em sua profissão de fé, como alguém que confessou sua fé.

Atos 8 também registra o batismo do eunuco etíope. Foi depois que Filipe “pregou Jesus a ele” que o eunuco foi batizado (vv. 35-38). As palavras do versículo 37 nesse relato são significativas: “Filipe respondeu: É lícito, se você crê de todo o coração. Então o eunuco disse: Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus”. Após essa confissão, o eunuco foi batizado (v. 38).

Ora, é verdade (infelizmente) que a autenticidade do versículo 37 tem sido contestada (como uma variante textual) por estudiosos modernos do Novo Testamento.^[134] Mas o que é significativo sobre as palavras, como Waldron apontou, é que “sejam ou não originais, elas representam uma tradição muito antiga na igreja cristã que exigia uma confissão de fé para o batismo”.^[135] Além disso, mesmo que a confissão não seja explícita nessa passagem (e o presente escritor acredita que é explícita e que faz parte da Escritura original), não há dúvida de que uma confissão é implicitamente exigida pelo relato.

Atos 9 e 22: O Batismo de Paulo

Lucas registra o batismo de Paulo em Atos 9 e Atos 22. Ele foi batizado após receber o Espírito Santo e se converter (9:17-18), enquanto “invocava o nome do Senhor” (22:16). Carson afirmou adequadamente: “O batismo de Paulo, em Atos 22:16, mostra que o batismo é uma figura aplicável apenas àqueles que são lavados de seus pecados: ‘Sê batizado e lava os teus pecados’”.^[136]

Atos 19

Atos 19:1-7 relata a visita de Paulo a Éfeso e seu encontro com alguns “discípulos” que, embora já tivessem crido em Jesus (vv. 1-2), tinham sido batizados incorretamente “no batismo de João” (v. 3) em vez de em Cristo. Talvez o erro aqui fosse semelhante ao que Paulo encontrou em Corinto, onde alguns diziam “eu sou de Paulo” ou “eu sou de Apolo” ou “eu sou de Cefas” (1 Coríntios 1:12). Talvez fosse porque tinham sido batizados no batismo de João após a morte, sepultamento e ressurreição de Jesus, enquanto os apóstolos haviam recebido o batismo de João antes da obra na cruz de Cristo.

Porém, Paulo corrigiu rapidamente o erro dos efésios e batizou esses discípulos crentes “no nome do Senhor Jesus” (v. 5).^[137]

Batismos de Famílias em Atos

Em Atos 10 e 11, temos o primeiro de um grupo de batismos de famílias. Pedro foi enviado à casa de Cornélio, o qual “era piedoso e temente a Deus com toda a sua casa” (10:2). A Pedro foi dito para pregar “o qual lhe dirá palavras mediante as quais você e toda a sua casa serão salvos” (11:14). Lemos que enquanto ele falava, “o Espírito Santo caiu sobre todos os que ouviam a mensagem” (10:44). E depois de terem recebido o Espírito (10:45), a casa de Cornélio, todos os quais “temiam a Deus” (10:2), arrependeram-se de seus pecados (11:18), falaram em línguas e engrandeceram a Deus, sendo então batizados (10:46-48). Pedro batizou uma casa de crentes — daqueles que ouviram a Palavra, temiam a Deus, arrependeram-se de seus pecados e confiaram em Cristo (11:17-18).

Significativamente, mais tarde no Concílio de Jerusalém, Pedro defendeu o batismo de Cornélio e sua casa (“os gentios”) com base no fato de que haviam recebido o Espírito Santo, que havia “purificado os seus corações pela fé” (Atos 15:7-9). Sobre isso, Gibbs comentou: “Supor que havia bebês nesse grupo e que esses pequeninos receberam o Espírito Santo, falaram

em línguas, engrandeceram a Deus e foram batizados é um tanto forçado para a imaginação e para a credulidade”.^[138]

Atos 16 registra o batismo de Lídia e de sua casa (v. 15). No versículo 14, Lucas diz que “o Senhor abriu o seu coração para atender às coisas faladas por Paulo”. No versículo 40, ele nos diz que a casa de Lídia consistia nos “irmãos”. Lídia e sua casa crente foram batizados. Os comentários de Marshall sobre este trecho são apropriados:

Os defensores do batismo infantil apegam-se ansiosamente a este versículo [Atos 16:15] e a outros semelhantes... e argumentam que a possibilidade... de que essas famílias incluíssem crianças pequenas é alta. Seus oponentes apontam que crianças e bebês em particular nunca são mencionados expressamente. Nesse caso específico, o fato de que Lídia estava envolvida em negócios sugere fortemente que ela era solteira ou viúva, e os membros de sua casa incluíam qualquer criado ou dependente que residisse com ela.^[139]

Os comentários de Jewett também são notáveis:

Nada nessa passagem [Atos 16:13-15] sugere que Lídia era uma mulher casada e que possuía filhos pequenos, pois ela viajou mais de 500 quilômetros de sua cidade natal e se sentiu à vontade, como chefe de família, para convidar homens para sua casa. Como Lucas fala do batismo de sua casa e da insistência com que ela constrangeu os apóstolos a permanecerem em seu lar, sem fazer menção a algum marido, a hipótese mais provável é que ela não tinha marido. Em qualquer caso, deve ter havido outros adultos em sua casa — empregados, amigos, colegas de negócios — que foram levados pelo seu exemplo a confessar a fé juntamente com ela, no batismo.^[140]

Marshall e Jewett estão corretos. Não há a menor sugestão de que houve batismo de bebês na casa de Lídia.

Atos 16 também nos conta a história do carcereiro de Filipos e sua família. Paulo e Silas “pregaram a palavra de Deus ao carcereiro e a todos os que faziam parte da casa dele. Logo a seguir, ele e todos os membros da casa dele foram batizados” (vv. 32-33). Lucas continua dizendo que o carcereiro “manifestava grande alegria por ter crido em Deus” (v. 34). Toda a família creu, e toda a família foi batizada.^[141]

Em seu comentário sobre essa passagem, Marshall afirmou com perspicácia:

O Novo Testamento leva a sério a unidade da família e quando a salvação é oferecida ao chefe da casa, naturalmente é disponibilizada ao restante do grupo familiar... No entanto, ela lhes é oferecida nos mesmos termos: eles também têm que ouvir a Palavra (16:31), crer e ser batizados; a fé do carcereiro não era contada como a fé de cada membro de sua família.^[142]

Em Atos 18, temos o relato do batismo de Crispo, “o chefe da sinagoga” (veja 1 Coríntios 1:14). O versículo 8 afirma que ele “creu no Senhor com toda a sua casa”. O versículo continua dizendo que “muitos dos coríntios, ouvindo, creram e foram batizados”. Quem foram os sujeitos do batismo em Corinto? Foram aqueles que professaram fé em Cristo. Aqui novamente está o registro do batismo de uma casa que veio a crer.

Ao resumir a administração do batismo no livro de Atos, Brooks escreveu: “É bastante óbvio a partir de um estudo de Atos que o batismo era o rito normal para ingressar na comunhão da igreja. O que é mais importante é que o rito é concedido àqueles que tomaram uma decisão favorável pelo evangelho como uma expressão externa dessa decisão”.^[143]

Alfred Gibbs tinha a mesma opinião: “A leitura dos Atos dos Apóstolos deveria ser suficiente para convencer qualquer um de que o batismo cristão sempre seguia e nunca precedia a profissão de fé em Cristo”.^[144] Em cada ocorrência de batismo que Lucas registra, a crença, o arrependimento ou a audição da Palavra de Deus são mencionados como necessários para o rito

bem como o precedem.^[145]

Batismos de Famílias nas Epístolas

Em 1 Coríntios 1:16, Paulo menciona o batismo da casa de Estéfanos. Em 16:15, Paulo diz sobre os membros desta família “são as primícias da Acaia e eles se consagraram ao serviço dos santos”. C.K. Barrett comentou o seguinte sobre essa passagem: “Deve-se observar que em 16:15 a casa... de Estéfanos é dita ter se dedicado ao serviço dos santos. Isso dificilmente poderia ser dito de crianças e presume-se que ao usar essas palavras, Paulo está pensando em adultos”.^[146] O mesmo pode ser dito sobre essa casa sendo “as primícias da Acaia”, a terminologia indica que essas “primícias” eram pessoas convertidas. Não há motivos para alguém assumir que algum bebê foi batizado na casa de Estéfanos.

Existem outros dois batismos de famílias encontrados no Novo Testamento — 1 Pedro 3:20-21 e 1 Coríntios 10:1-2. A diferença é que esses são batismos de casas do Antigo Testamento. Mas assim como acontece com os outros batismos de famílias, eles são batismos de casas redimidas. Porém, nesses dois casos a redenção é tipológica.

O primeiro desses exemplos é Noé e sua família. Eles foram redimidos, não do pecado, mas do dilúvio. Usando as palavras de Pedro, eles foram “salvos através da água” (1 Pedro 3:20), tipificando assim a verdadeira salvação “pela ressurreição de Jesus Cristo”, expressa pelo batismo nas águas (v. 21). Observa-se nessa passagem que o batismo é descrito como uma resposta (*eperotema*) ao Deus das Escrituras por parte do sujeito do batismo nas águas (v. 21). Aquele que está sendo batizado faz um “apelo” a Deus (NASB), ou uma “promessa” a Deus (NVI), ou dá uma “resposta” (KJV, NKJV) “de boa consciência para com Deus”, comprometendo-se a tornar verdadeiro em sua vida o que o batismo nas águas simboliza.

Mesmo que haja alguma dúvida sobre como o termo *eperotema* deve ser traduzido, não há dúvida de que todas as traduções relacionam o fato de que há uma resposta ativa e espiritual do destinatário do batismo; tal resposta não é possível para um bebê (ou pelo menos não é possível ser expressa).^[147] Como raciocinou Richard Baxter, esse texto apoia fortemente o batismo daquelas pessoas que confessam sua fé. Ele escreveu: “É dito que o batismo nos salva e, portanto, aqueles que desejam ser batizados devem professar a qualificação necessária para serem salvos”.^[148] E conforme escrito por Beasley-Murray: “Devemos ser honestos o suficiente para reconhecer que 1 Pedro 3:21 é um exemplo de uma declaração batismal do Novo Testamento que não pode ser aplicada ao batismo infantil. O batismo de um bebê não é nem sua oração a Deus por uma consciência pura e nem sua promessa a Deus de mantê-la”.^[149]

Também deve ser observado em relação ao batismo de Noé e de sua família que todos os envolvidos eram adultos (homens e mulheres), e eles entraram na arca com base na promessa de Deus feita a eles como uma família. Cada um compreendia a promessa de Deus e cada um deles foi para a arca acreditando que Deus cumpriria sua promessa.

Em 1 Coríntios 10:1-2, o segundo dos batismos de famílias do Antigo Testamento, toda a nação de Israel foi tipologicamente “batizada em Moisés, na nuvem e no mar” enquanto o povo saía do Egito. Como diz Hebreus 11:29: “Pela fé, os israelitas atravessaram o mar Vermelho como por terra seca”. No Êxodo, uma nação tipologicamente redimida foi “batizada”, à medida que Israel era libertado da escravidão no Egito (Deuteronômio 7:8; Êxodo 20:1; Judas 5). Da mesma forma, em sua obra na cruz, Jesus Cristo foi batizado (Marcos 10:38) ao redimir seu povo escolhido da escravidão ao pecado no maior Êxodo (Lucas 9:31).^[150]

Além disso, se esses versículos forem interpretados literalmente, mostrando assim que os

bebês foram batizados junto com os adultos, então o versículo seguinte provaria mais do que os pedobatistas estão dispostos a admitir. Como argumentou John Tombes, se 1 Coríntios 10:2 “prova que os bebês foram batizados, o versículo seguinte [1 Coríntios 10:3] provará que eles receberam a ceia do Senhor”.^[151] Assim haveria uma defesa da comunhão infantil.^[152] Também provaria que a “multidão mista” de incrédulos (Êxodo 12:38) que saiu do Egito com os israelitas também foi batizada e que ela também participou da ceia do Senhor.

Também poderia ser argumentado que o batismo encontrado nesses versículos não tem nada a ver com os bebês. Paulo pode estar falando, não sobre bebês, mas sobre “pais”. Se esse for o caso, então os pais é que foram batizados e participaram da ceia do Senhor (figurativamente), e são eles que mais tarde apostataram, enquanto as crianças foram levadas para a terra prometida (Números 14:26-33). Tal interpretação, mesmo sendo menos provável do que a mencionada no parágrafo acima, também seria contra o batismo infantil.

Em cada um dos batismos de famílias encontrados no Novo Testamento, todos aqueles que foram batizados haviam professado sua fé em Cristo. Não é indicado se havia bebês nas famílias, nem se havia incrédulos nas famílias. A Bíblia simplesmente diz que crentes professos foram batizados. Nas palavras de Aland:

Nenhuma criança ou bebê é expressamente nomeado em conexão com as famílias no Novo Testamento, muito menos é dito que qualquer delas foi batizada. Em nenhum lugar há qualquer alusão a tal batismo — esse é um dado claro, mas que corremos o risco de esquecer ao observar a confiança segura com que se pressupõe a existência dessas crianças ou bebês na discussão sobre a fórmula de [batismo de famílias].^[153]

Sobre a questão dos batismos de famílias, Jewett escreveu:

A questão toda se resume no fato de que o assunto do batismo infantil não pode ser resolvido a partir de tais passagens. Na verdade, o uso tradicional desses versículos como textos de prova por pedobatistas complicou as coisas, por apresentar a pergunta: E quanto aos bebês? Essa é a pergunta errada a se fazer, uma vez que esses textos lidam, não com bebês, mas com a conversão e com o batismo de famílias a quem o evangelho foi proclamado. Tanto se os batistas negarem como se os pedobatistas afirmarem que havia bebês nessas casas, isso é uma espécie de impertinência teológica.

Quando lemos que Jesus curou o filho daquele homem e toda a sua casa creu (João 4:53); que Cornélio era um homem que temia a Deus com toda a sua casa (Atos 10:2); ou sobre certas pessoas rebeldes pervertendo casas inteiras com seus ensinamentos (Tito 1:11), quem vai fazer questionamentos sobre bebês? Todos nós sabemos que bebês não podem “crer no Senhor”, “temer a Deus” ou serem “pervertidos” em suas mentes por hereges. Portanto, lemos esses textos sem sequer pensar em perguntar se havia bebês nessas casas. Por que, então, insistir, quando lemos que “ele e todos os seus foram batizados” ou que “ela foi batizada e sua casa”, que essas casas foram ou não abençoadas com bebês, de acordo com nossas inclinações teológicas?^[154]

Donald Guthrie compartilha da mesma opinião. Ele escreveu que não há “nenhum motivo específico para supor que a fé foi exercida por apenas uma pessoa” dentro das famílias batizadas no Novo Testamento. Na verdade, ele prosseguiu dizendo que “é difícil ver a base para o batismo de ‘famílias’ que não exercem fé”.^[155]

Waldron concluiu adequadamente:

O resultado final é simplesmente este: os pedobatistas precisam provar tanto que essas famílias continham bebês quanto que esses bebês foram batizados. A evidência do Novo Testamento indica que os bebês ou não estavam presentes ou, se presentes, não estavam sob consideração. O Novo Testamento deixa claro que tais bebês — mesmo no improvável caso de estarem presentes — não foram batizados.^[156]

Dito de outra forma, alguém só pode encontrar o batismo infantil aqui se estiver buscando por algo que está além daquilo que é ensinado na Escritura. Aqui novamente está uma violação

do princípio fundamental de interpretação bíblica, conforme ensinado na Confissão de Fé de Westminster (1.9): “Quando houver uma questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer Escritura... esse pode ser investigado e conhecido por meio de outros textos que o expressem mais claramente”. As passagens menos claras devem ser interpretadas à luz daquelas que são mais claras. Os pedobatistas inverteram esse princípio, usando textos que estão longe de serem certos (como os textos sobre o “batismo de famílias”) — textos que não podem “provar” o batismo infantil, para reinterpretar aqueles textos da Escritura “que falam mais claramente” — textos que ensinam claramente o batismo por confissão de fé.

É digno de nota que há algo certo que pode ser estabelecido a partir das passagens de “batismos de famílias”, e isso é que, de acordo com Deuteronômio 30:6 e Jeremias 32:39-40, Deus se deleita em operar sua graça salvífica por meio de famílias. Nas passagens estudadas acima, fica abundantemente claro que às vezes o Deus da Escritura conduz famílias inteiras à fé salvífica em Jesus Cristo. Somente então essas famílias são batizadas.

Os credobatistas muitas vezes são criticados por serem excessivamente individualistas em sua visão da redenção. Afinal, como a Confissão de Fé de Westminster ensina, Deus desde toda a eternidade entrou em um Pacto de Graça com seu povo eleito corporativo (capítulo 7), que constitui a igreja de Jesus Cristo (capítulo 25) e compreende a comunhão dos santos (capítulo 26). Mas isso de forma alguma nega o fato de que a Confissão, juntamente com os reformadores antes dela, enfatizou a primazia do indivíduo em assuntos de salvação. Isso é visto nas doutrinas da eleição individual (capítulo 3), do chamado eficaz ou regeneração individual (capítulo 10), justificação individual (capítulo 11), adoção individual (capítulo 12), santificação individual (capítulo 13) e glorificação individual (capítulos 32-33).

As Escrituras ensinam que “estreita é a porta e apertado é o caminho que conduz para a vida, e são poucos os que o encontram” (Mateus 7:14). Como apontou Jewett:

Felizmente, as famílias podem passar por essa porta estreita, mas apenas em fila única. Portanto, cada cristão, como o Peregrino, de Bunyan, deve começar a jornada que leva à Cidade Celestial passando pela Porta Estreita como indivíduo.^[157]

Francis Schaeffer disse bem, quando afirmou: “O cristianismo é individual no sentido de que cada homem deve ser convertido, nascido de novo, um de cada vez. Mas não é individualista”.

O Suposto Fundamento do Novo Testamento para o Batismo Infantil

Alguns pedobatistas alegam que, embora o fundamento do batismo infantil venha do Antigo Testamento, contudo, existem várias passagens do Novo Testamento que apoiam essa doutrina. Uma delas é Atos 2:38-39, que já foi estudada. Outra é 1 Coríntios 7:14.

1 Coríntios 7:14

Este texto diz: “Porque o marido não crente é santificado (*hagiazó*) no convívio da esposa [crente], e a esposa não crente é santificada (*hagiazó*) no convívio do marido crente; se não fosse assim, os filhos de vocês seriam impuros; porém, agora, são santos (*hagios*)”. Argumenta-se que, uma vez que a criança é santa, ela deve ser batizada.

A conclusão desse argumento é problemática, pois o versículo diz que tanto o cônjuge descrente quanto as crianças são “santos” ou “santificados”. O mesmo grupo de palavras (*hagios/hagiazó*) é usado em ambas as instâncias. Portanto, se as crianças devem ser batizadas porque são santas, parece que os cônjuges descrentes também deveriam ser batizados. Como diz Carson, “é necessário mais do que uma audácia comum para dizer, diante da comissão de Jesus Cristo [Mateus 28:19-20; Marcos 16:15-16], que adultos descrentes devem ser batizados, se acontecerem de estarem na casa de um crente”.^[158]

Além disso, se esse versículo for admitido para ensinar sobre o batismo de uma criança nascida de um pai cristão, então o batismo não estaria limitado a bebês. Filhos crescidos (mesmo que fossem quebradores da aliança) deveriam ser batizados, assim como os bebês, porque o versículo não fala explicitamente de bebês como tais. Na verdade, o argumento para o batismo infantil encontrado em 1 Coríntios 7:14 vai além do que está escrito ali.

Além disso, em Romanos 11:16-17, Paulo diz que há um sentido em que se poderia dizer que os judeus incrédulos^[159] (“ramos”) de seu tempo são “santos”, porque “se a primícia é santa, também a massa o é; e se a raiz é santa, também os ramos o são”. Mas, como o apóstolo continua dizendo, “alguns destes ramos foram quebrados... da oliveira”. Por mais “santos” que possam ser em um sentido, certamente não devem ser batizados até que se arrependam e se voltem para Deus em Cristo.

Concordo com Gordon Fee quando ele diz que “uma das curiosidades do uso da Escritura na igreja tem sido o uso desse texto [1 Coríntios 7:14] para apoiar o batismo infantil”.^[160] A razão para isso é que o versículo não tem nada a ver com o batismo. O batismo nem mesmo é mencionado ali. Nas palavras de Kummel, 1 Coríntios 7:14 “não permite nenhuma conclusão sobre a prática do batismo infantil, por menor que ela seja”.^[161]

No seu comentário sobre este versículo, o pedobatista R.C.H. Lenski escreveu: “Paulo não insinua nada em relação ao batismo dessas crianças... A santidade que Paulo aqui atribui a essas crianças não tem nada a ver com esse sacramento [batismo]”.^[162] Até mesmo o pedobatista militante Joachim Jeremias afirmou que “Paulo parece, em 1 Coríntios 7:14c, não saber absolutamente nada sobre o batismo de crianças nascidas de pais cristãos”.^[163] Warfield concordou com isso, ele escreveu que 1 Coríntios 7:14 é “sem dúvida capaz de uma interpretação sob a suposição de que essa prática [do batismo infantil] não existia e dificilmente é uma base segura a respeito dela”.^[164]

O que Paulo está falando em 1 Coríntios 7? Ele está abordando a questão de saber se maridos ou esposas crentes devem se separar de seus cônjuges incrédulos. Não é verdade que os incrédulos são impuros? Os cônjuges crentes não se tornarão impuros diante de Deus se estiverem intimamente envolvidos com uma esposa ou com um marido incrédulo? Paulo responde que não. O cônjuge incrédulo é santificado na relação marital por causa do crente. Se isso não fosse verdade, escreve o apóstolo, até mesmo as crianças seriam impuras. Mas elas também são santificadas. O cônjuge cristão pode ter intimidade com o cônjuge não cristão (cf. 1 Tessalonicenses 4:3-7) e os filhos resultantes dessa intimidade também serão puros. Portanto, é impróprio para o cônjuge crente divorciar-se do cônjuge incrédulo, simplesmente porque ele ou ela é um incrédulo (vv. 12-15). A santificação que o apóstolo aborda é uma santificação matrimonial.

Como Dagg explicou, o argumento de Paulo pressupõe que nem a criança nem o cônjuge incrédulo foram batizados ou se uniram à igreja. Se tivessem sido batizados ou se juntado à igreja, não haveria dúvida quanto à sua “santidade” e essa questão seria irrelevante.^[165] Ao mesmo tempo, nascer em uma família cristã é um grande privilégio, que pode (e frequentemente é o caso) resultar em benefícios espirituais. Errol Hulse apresentou essa visão da seguinte forma:

Nascer em uma família cristã é nascer em um ambiente de bênção. Nascer ou ser adotado por uma família desse tipo significa ser santificado no sentido básico desse termo. Ser santificado simplesmente significa ser separado ou apartado. Portanto, o cônjuge não convertido em um casamento é separado. Ele é santificado apenas no sentido de que Deus leva em consideração o fato de que ele ou ela está unido em vida a um crente. Isso não significa que essa pessoa é santa no sentido de ele ser convertida. 1 Coríntios 7:14 declara expressamente o caso dos cônjuges não crentes, “eles são santos”. Porém, suas vidas são exatamente o oposto da santidade. O que é reconhecido ali é a sua posição de separação. O mesmo se aplica a todas as crianças nascidas em uma família cristã. Nascer no contexto na Nova Aliança... é realmente um privilégio. É por isso que a palavra santificado ou santo é usada em 1 Coríntios 7:14. Assim como o batismo não é justificado no caso de um cônjuge incrédulo, ele também não é justificado com relação a crianças não crentes.^[166]

Esta conclusão foi corretamente feita por Beasley-Murray:

Portanto, sou compelido à convicção de que, longe de demonstrar que as crianças filhas de cristãos na igreja primitiva eram batizadas como no caso do batismo de prosélitos, 1 Coríntios 7:14 prova de maneira bastante conclusiva que as igrejas fundadas por Paulo se afastaram da tradição judaica e não batizaram nenhuma de suas crianças.^[167]

Paulo se Dirigiu a Crianças em Suas Epístolas: Efésios 6:1-4 e Colossenses 3:20

Outras duas passagens que supostamente apoiam a posição pedobatista são Efésios 6:1-4 e Colossenses 3:20, onde crianças são abordadas nas igrejas e até mesmo chamadas de “santas” (Efésios 1:1; Colossenses 1:2).

Em primeiro lugar, não segue necessariamente que as crianças abordadas pelo apóstolo são “membros” da igreja. Como os pais piedosos são obrigados a educar seus filhos “na disciplina e na admoestação do Senhor” (Efésios 6:4), é natural que os pais garantam que seus filhos participem dos cultos de adoração, onde as epístolas apostólicas são lidas.

Em segundo lugar, parece mais provável, a partir dessas passagens, que as crianças abordadas sejam aquelas que não apenas são capazes de receber a admoestação do apóstolo para obedecer aos pais, mas também de discernir quais dos mandamentos dos pais eram ou não dados “no Senhor”. A probabilidade é que Paulo esteja falando com crianças convertidas que são, de fato, membros da igreja. Elas estão sendo abordadas da mesma forma que os “servos” nas mesmas epístolas são abordados (Efésios 6:5-8; Colossenses 3:22-25), como pessoas que fizeram uma profissão de fé, que são de fato “santos”, “fiéis irmãos em Cristo” (Colossenses 1:2) e “fiéis em Cristo Jesus” (Efésios 1:1), as quais “tendo nele também crido [em Cristo], receberam o selo do Espírito Santo da promessa” (Efésios 1:13). Em todo caso, afirmações como estas: “fiéis irmãos em Cristo” e “fiéis em Cristo Jesus” não se aplicam a bebês.

Isso é respaldado pela Grande Comissão dada pelo Senhor Jesus Cristo (Mateus 28:19-20; Marcos 16:15-16), na qual os discípulos devem ser batizados após crerem. Além disso, se essas passagens ensinam que as crianças devem ser membros da igreja e batizadas simplesmente devido ao relacionamento com seus pais, então também ensinam que os servos devem ser membros da igreja e batizados simplesmente devido ao relacionamento com seus senhores.^[168]

A Preocupação de Cristo com as Crianças

Outro grupo de passagens do Novo Testamento que supostamente apoiam o batismo infantil é encontrado em Mateus 18 e 19, Marcos 9 e 10, e Lucas 9 e 18. Aqui, os escritores dos Evangelhos nos contam sobre Jesus Cristo e sua preocupação com as crianças.

Em primeiro lugar, como Warfield apontou, em Mateus 18:1-6 (e paralelos em Marcos 9 e Lucas 9), Jesus não está falando sobre a salvação de bebês. Ele está falando sobre aqueles que “se convertem e se tornam como crianças” (v. 3), sobre a fé infantil daqueles “que creem em mim” (v. 6). Os “pequeninos” aqui são humildes crentes em Cristo.^[169]

Em segundo lugar, em Mateus 19:13-15 (e paralelos em Marcos 10 e Lucas 18), alguns pais estão trazendo crianças pequenas (Lucas 18:15 diz “bebês” [*brephe*]) a Jesus para que “ele lhes impusesse as mãos e orasse, mas os discípulos os repreendiam” (v. 13). Então “Jesus, porém, disse: — Deixem os pequeninos e não os impeçam de vir a mim, porque dos tais é o Reino dos Céus. E, tendo-lhes imposto as mãos [e de acordo com Marcos 10:16, ele os ‘abençoou’], retirou-se dali” (19:14-15).

Duas coisas são claras nesses textos. Em primeiro lugar, Jesus não está ensinando que os bebês podem participar do reino de Deus sem uma obra de regeneração, porque se esse fosse o caso ele estaria contradizendo o que disse a Nicodemos em João 3:3, onde lemos: “Jesus respondeu: — Em verdade, em verdade lhe digo que, se alguém não nascer de novo, não pode ver o Reino de Deus”. Isso é reconhecido ainda mais no fato de que Jesus ensina que as crianças “venham a mim [Cristo]” (Mateus 19:14), indicando que essas crianças são capazes de “vir” ao Senhor.

O que, então, Jesus está ensinando em Mateus 19 (e paralelos)? A mesma coisa que ele ensinou em Mateus 5:3, “bem-aventurados os pobres de espírito [os humildes], pois deles é o reino dos céus”. Ou seja, “o reino pertence àqueles que, como crianças pequenas, estão prontos para receber a salvação de Deus como um presente, algo doado inteiramente pela graça. Pois o reino de Deus é concedido por graça e nós devemos recebê-lo com humildade e gratidão”.^[170] Tasker concluiu corretamente que “essa passagem [Mateus 19:13-15] não é, de fato, uma justificativa para o batismo infantil”.^[171] Matthew Poole concordou: “Devemos ter cuidado para não fundamentar o batismo infantil no exemplo de Cristo neste texto [Mateus 19:13-15]; pois é certo que ele não batizou essas crianças”.^[172]

Em segundo lugar, Mateus 19:13-15 (e paralelos) revelam o erro do batismo infantil tão claramente quanto qualquer texto do Novo Testamento, porque, como observado, Jesus não batizou as crianças. Ele impôs as mãos sobre as crianças e as abençoou, mas não as batizou, pois Jesus mesmo não batizou ninguém (João 4:1-2). Nem o Senhor as designou para serem batizadas por seus discípulos. Além disso, posto que os discípulos administravam o batismo, como ensinado em João 4:2, se a prática deles fosse batizar crianças, assim como adultos arrependidos, por que eles teriam proibido as crianças de se aproximarem de Jesus? Até mesmo B.B. Warfield, citado anteriormente por afirmar que “ninguém supõe que Jesus e seus discípulos estavam acostumados a batizar bebês”, comentou sobre Mateus 19:13: “O que esse versículo tem a ver com o batismo infantil?”.^[173]

Alguém pode até mesmo ir tão longe quanto Watson, que pergunta:

Se, portanto, fosse sua vontade [de Jesus] que daqui para frente os bebês fossem batizados, que ocasião melhor do que essa ele teria para dizer isso? Por que ele não daria aos seus discípulos uma lição batizando esses bebês [ou fazendo com que fossem batizados] ali mesmo?^[174]

Qual foi essa “bênção” com a qual Jesus abençoou as crianças? Strack e Billerbeck documentaram que era costume, naquela época, que os líderes das sinagogas impusessem as mãos e orassem por crianças que eram trazidas até eles. É muito provável que isso seja o que Jesus estava fazendo com as criancinhas que foram trazidas até ele.^[175]

Conclusão

Como foi visto, nenhuma das passagens usadas para apoiar o batismo infantil diz algo a favor dessa prática. As Escrituras não contêm nenhum preceito ou exemplo de batismo infantil. Charles Spurgeon expressou isso da seguinte maneira:

Se pudéssemos encontrar o batismo infantil na Palavra de Deus, então nós o adotariamos... Mas buscamos cuidadosamente pela Bíblia e não conseguimos encontrá-lo, e não acreditamos que esteja lá. Nem acreditamos que os outros possam encontrar o batismo infantil nas Escrituras, a menos que primeiramente o coloquem ali.^[176]

E nas palavras de Windisch:

O ensino apostólico sobre o batismo... refere-se claramente a pessoas maduras, que têm conhecimento do bem e do mal e consciência de seu pecado e de sua culpa, a quem se pode dar mandamentos e insistir em seu dever de mudar de vida e obedecer às ordens do Senhor. Nesse cenário, o batismo infantil é uma impossibilidade.^[177]

Em outras palavras, como foi dito anteriormente, a doutrina do batismo infantil baseia-se na falácia lógica de um argumento do silêncio.

Não Apenas para Admissão Solene da Pessoa Batizada na Igreja Visível

Os teólogos de Westminster fazem uma distinção apropriada entre a igreja invisível e a igreja visível. Conforme afirmado na Confissão (25.1-2), a primeira “consiste no número total dos eleitos, que foram, são ou serão reunidos em um só corpo, sob Cristo, que é o Cabeça dele”; enquanto a igreja visível “consiste de todos aqueles no mundo que professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos”. A pessoa batizada é admitida na igreja visível.

A partir das referências bíblicas usadas pelos teólogos como base para essa afirmação sobre a igreja visível (por exemplo, Gênesis 17:7 e Romanos 11:16), é óbvio que eles estão assumindo, e corretamente, uma unidade entre as comunidades do Antigo e do Novo Testamento. A Confissão (19:3) afirma que Israel no Antigo Testamento era a “igreja em menoridade”, enquanto a comunidade do Novo Testamento é a igreja adulta (Gálatas 4:1-7, 6:16; Efésios 2:11-16). A Confissão diz o seguinte, em 7.6: “Não há... dois Pactos da Graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações”. Há somente um povo de Deus ao longo das eras.

A Aliança Melhor com Promessas Melhores

Há também uma descontinuidade entre a igreja do Antigo e a igreja do Novo Testamento. O apóstolo Paulo, por exemplo, diz que ele é ministro, não da Antiga, mas da Nova (*kainos*) Aliança (2 Coríntios 3:6). Ele também escreve que Cristo instituiu a ceia do Senhor dizendo: “Este cálice é a nova [*kainos*] aliança no meu sangue” (1 Coríntios 11:25). O autor de Hebreus também diz que os crentes atuais estão vivendo sob uma Nova (*kainos*) Aliança (8:8); a palavra *kainos* enfatiza o novo no que diz respeito à qualidade.^[178] Ela é uma “aliança melhor”, com “promessas melhores” (8:6).

Jesus também falou sobre isso quando disse: “Edificarei [*oikodomeso*; tempo futuro] a minha igreja” (Mateus 16:18). Cristo veio na “plenitude dos tempos” para edificar a comunidade da Nova Aliança. A Confissão (7:5), portanto, também está correta ao observar que “esta aliança foi administrada de forma diferente no tempo da lei [AT], e no tempo do evangelho [NT]”. Há uma diferença nos meios de administração sob as eras do Antigo e do Novo Testamento.

Os crentes estão agora vivendo sob a Nova Aliança (Lucas 22:20; 1 Coríntios 11:25), dado que a plenitude dos tempos chegou (Gálatas 4:4-5; Efésios 1:9-10). Aqui, como Einwechter explica, é apropriado dizer que a “forma da igreja visível” sob a economia do Novo Testamento “é radicalmente diferente”. Ela não se limita a uma família: não há limites geográficos; não há sistema sacrificial, não há sacerdócio, não há santuário central e não há calendário religioso

divinamente designado. A comunidade do Novo Testamento se reúne em um novo dia para o culto público, o dia do Senhor, e possui “uma nova organização externa, novos ofícios, novos sacramentos, novos lugares de culto e novas qualificações para a membresia”.^[179]

Curiosamente, a única passagem do Antigo Testamento que usa o termo “nova aliança” (Jeremias 31:31) fala não tanto da unidade entre a Antiga e a Nova, mas da descontinuidade entre essas alianças. A Antiga Aliança foi quebrada pelo povo de Deus, escreve Jeremias (v. 32), mas a Nova Aliança será diferente, ela “não será como a aliança” que Deus fez com os pais do Antigo Testamento (v. 32). Pelo contrário:

Porque esta é a aliança que farei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no seu coração as inscreverei; eu serei o Deus deles, e eles serão o meu povo. Não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: “Conheça o Senhor!”. Porque todos me conhecerão, desde o menor até o maior deles, diz o Senhor. Pois perdorei as suas iniquidades e dos seus pecados jamais me lembrarei (vv. 33-34; compare isso com Hebreus 8:8-12).

James White comentou corretamente:

Se esta Nova Aliança é, de fato, baseada em promessas melhores e possui um Mediador melhor, com um ministério melhor, que oferece um sacrifício melhor, resultando em uma esperança melhor, de modo que aqueles que estão dentro dos limites marcados por sua própria identificação como uma aliança feita no sangue de Cristo o conhecem e experimentam o perdão de seus pecados, então segue-se que questões como ser participante de uma aliança, a relação disso com a igreja visível e nossa compreensão da apostasia devem começar com essas verdades. Se abordarmos o tópico de forma reversa, começando com tradições sobre a participação na aliança, com sinais ou com uma visão específica acerca da apostasia, nós corremos o grande perigo de distorcer a exegese direta e clara do texto de Hebreus.^[180]

Ao contrário da Antiga Aliança, a Nova Aliança, sendo uma “aliança melhor” e baseada em “promessas melhores” (Hebreus 8:6), é inquebrável. A comunidade do Novo Testamento, ao contrário da Antiga, é marcada por uma vida espiritual interna, a internalização da lei. Além disso, a membresia na comunidade da Nova Aliança é restrita àqueles que fizeram uma profissão de fé em Cristo: aqueles que “conhecem o Senhor”.^[181] Nesse caso, não há respaldo bíblico para o batismo infantil. Antes o batismo infantil viola a qualificação estipulada para a Nova Aliança: conhecer o Senhor.

Pode ser objetado que Jeremias 31:31-34 (que é citado extensamente em Hebreus 8:8-12) é estritamente uma referência escatológica, descrevendo o cumprimento final da Nova Aliança com a igreja triunfante em seu estado final. Em resposta a essa objeção, são feitas as seguintes observações.

Em primeiro lugar, esse não é um texto isolado em sua profecia de conhecimento salvífico universal no tempo do Novo Testamento (mesmo antes do estado final). Isaías prometeu a vinda de tal tempo em pelo menos quatro passagens diferentes — 11:9, 52:1, 54:13 (compare isso com João 6:45) e 60:21.

Em segundo lugar, de fato, chegará o dia em que a Nova Aliança atingirá seu estado final (Apocalipse 21-22), um dia em que, como ensina a Confissão de Westminster (33:2), “os justos entrarão na vida eterna e receberão aquela plenitude de alegria e refrigério, que virá da presença do Senhor”. Mas esse dia é a consumação da era da Nova Aliança, não o início dela. A Nova Aliança já começou. Como dizem Lucas 22:20, 1 Coríntios 11:25 e 2 Coríntios 3:6, ela foi inaugurada na primeira vinda de Cristo.^[182] E quando Jesus Cristo cita Isaías 54:13 em João 6:45, ele revela que o cumprimento inicial da profecia do dia do conhecimento salvífico universal do Senhor começou durante seu ministério terreno. Isso quer dizer que, mesmo que haja um aspecto

de “ainda não” para a vinda do reino de Cristo, que ocorrerá na segunda vinda, a fase do “já” começou com a primeira vinda.^[183]

Finalmente, devido a essa verdade, a igreja militante na terra hoje prefigura a igreja triunfante aperfeiçoada no estado final. O modelo, então, deve ser derivado da igreja triunfante redimida. E a membresia na igreja atual deve ser restrita, tanto quanto possível, àqueles que “conhecem o Senhor”.^[184] Dito de outra forma, a igreja visível deve se aproximar o máximo possível da igreja invisível.

Israel como um Estado Eclesiástico

É importante lembrar aqui que Israel existia como um estado eclesiástico. A Confissão de Westminster (19.3-4) reconhece isso quando se refere a Israel tanto como “uma igreja em minoridade” quanto como “um corpo político”. Havia promessas que Deus fez a Israel como nação que eram meramente físicas e havia promessas que ele fez à verdadeira igreja que eram espirituais. Charles Hodge afirmou isso da seguinte maneira:

É importante lembrar que foram feitas duas alianças com Abraão. Por meio de uma delas, seus descendentes naturais por meio de Isaque foram constituídos uma república, uma comunidade externa e visível. Por meio da outra, seus descendentes espirituais foram constituídos uma igreja. As partes da primeira aliança eram Deus e a nação; na outra, Deus e seu verdadeiro povo. As promessas da aliança nacional eram bênçãos nacionais; as promessas da aliança espiritual (ou seja, o Pacto da Graça) eram bênçãos espirituais, reconciliação, santidade e vida eterna. As condições da primeira aliança eram circuncisão e obediência à lei; a condição da última era, é e sempre foi, fé no Messias como o descendente da mulher, o Filho de Deus, o Salvador do mundo. Não pode haver um erro maior do que confundir a aliança nacional com o Pacto da Graça, bem como a república fundada na primeira aliança com a igreja fundada na última.

Quando Cristo veio, a república foi abolida, e não houve nada para substituí-la. A igreja permaneceu. Já não havia aliança externa e nem promessas de bênçãos externas condicionadas a direitos externos e submissão. Havia uma sociedade espiritual com promessas espirituais, condicionadas à fé em Cristo. Em nenhuma passagem do Novo Testamento é prescrita qualquer outra condição de pertencimento à igreja que não seja aquela contida na resposta de Filipe ao eunuco que desejava o batismo: “É lícito, se você crê de todo o coração. Então ele disse: Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus” (Atos 8:37). Portanto, a igreja é, em sua natureza essencial, um grupo de crentes e não uma sociedade externa, a qual exige apenas uma profissão de fé externa como condição de pertencimento. Embora isso seja verdadeiro e vitalmente importante, não é menos verdade que os crentes se tornam visíveis pela profissão da verdade, pela santidade de vida, pela separação do mundo como um povo peculiar e pela organização para o culto a Cristo e para cuidado mútuo.^[185]

Hodge está correto. A aliança que Deus fez com Abraão incluía promessas físicas ou nacionais, bem como promessas espirituais. Paulo confirma isso em Romanos 9-11: um homem poderia ser israelita (*de jure*) no sentido físico sem ser no sentido espiritual. Toda a descendência física herdaria a terra de Canaã; enquanto a descendência espiritual também herdaria a Canaã celestial (Hebreus 11:13-16). Como Jesus ensinou, todos os judeus são “descendentes (físicos) de Abraão”, mas isso não os tornava “filhos (espirituais) de Abraão” (João 8:37-39). No entanto, toda criança nascida de pais judeus era membro da nação e, assim, participava do estado eclesiástico. O *status* actual era concedido a pessoas (tanto a crianças como a adultos) independentemente de seu estado espiritual.

A Igreja: Uma Nação Espiritual

No tempo do Novo Testamento, esse não é o caso. Na Nova Aliança, o aspecto nacional ou físico desaparece, enquanto o aspecto espiritual permanece. A igreja é uma nação espiritual (Mateus 21:43; 1 Pedro 2:9-10). Os membros da nação espiritual não são aqueles que simplesmente nasceram em uma família cristã, mas aqueles que nasceram de novo no reino de

Deus (João 3:3-8) e cuja cidadania está no céu (Filipenses 3:20), não na terra de Canaã. Nas palavras de Cristo, essa nação espiritual é composta por aqueles que “produzem os frutos” do reino de Deus (Mateus 21:43). Pedro diz que são aqueles que foram chamados “das trevas para a sua [de Deus] maravilhosa luz”, eles “obtiveram misericórdia” (1 Pedro 2:9-10). Como Paulo afirma em Romanos 11, os ramos que serão enxertados no novo Israel de Deus, judeus e gentios, são ramos crentes. A membresia na igreja não é por geração, como era no Israel do Antigo Testamento, mas por regeneração. O *status* pactual é conferido àqueles que fazem uma profissão viável de fé. Os bebês, é claro, são incapazes de fazer tal profissão.

Wayne Grudem abordou essa questão da seguinte maneira:

Não devemos nos surpreender com a mudança na forma de entrar na comunidade pactual no Antigo Testamento (nascimento físico) para a forma como se entra na igreja no Novo Testamento (nascimento espiritual). Existem muitas mudanças análogas entre a Antiga e Nova Aliança em outras áreas também. Enquanto os israelitas se alimentavam de maná físico no deserto, os crentes do Novo Testamento se alimentam de Jesus Cristo, o verdadeiro pão que desceu do céu (João 6:48-51). Os israelitas bebiam água física que jorrava da rocha no deserto, mas aqueles que creem em Cristo bebem da água viva, da água da vida eterna que ele dá (João 4:10-14). A Antiga Aliança tinha um templo físico ao qual Israel vinha para adorar, mas na Nova Aliança os crentes são edificadas em um templo espiritual (1 Pedro 2:5). Os crentes da Antiga Aliança ofereciam sacrifícios físicos de animais e colheitas sobre um altar, mas os crentes do Novo Testamento oferecem “sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus por meio de Jesus Cristo” (1 Pedro 2:5; cf. Hebreus 13:15-16). Os crentes da Antiga Aliança receberam de Deus a terra física de Israel que ele lhes havia prometido, mas os crentes do Novo Testamento recebem “uma pátria superior, isto é, celestial” (Hebreus 11:16). Da mesma forma, na Antiga Aliança, aqueles que eram a descendência física ou descendentes de Abraão eram membros do povo de Israel, mas no Novo Testamento, aqueles que são a “descendência” espiritual ou descendentes de Abraão pela fé são membros da igreja (Gálatas 3:29; cf. Romanos 4:11-12).

Em todos esses contrastes, vemos a verdade da distinção que Paulo enfatiza entre a Antiga Aliança e a Nova Aliança. Os elementos e ações físicos da Antiga Aliança eram “apenas uma sombra do que está por vir”, mas a verdadeira realidade, a “substância”, é encontrada na relação da Nova Aliança que temos em Cristo (Colossenses 2:17). Portanto, é consistente com essa mudança de sistemas que crianças (do sexo masculino) automaticamente seriam circuncidadas na Antiga Aliança, já que sua descendência física e presença física na comunidade de pessoas judias significava que eram membros dessa comunidade na qual a fé não era um requisito para a entrada. Mas na Nova Aliança, é apropriado que os bebês não sejam batizados e que o batismo seja dado apenas àqueles que dão evidências de uma fé salvífica genuína, porque a membresia na igreja é baseada em uma realidade espiritual interna, não em descendência física.^[186]

Há uma continuidade, mas também uma descontinuidade, entre a Antiga e a Nova Aliança. Os teólogos de Westminster, ao reconhecerem esse fato, enfatizaram a unidade em detrimento da descontinuidade. Quando afirmam que a igreja do Novo Testamento deve consistir em crentes e seus filhos (infantes), eles cometeram a falácia de ler o Antigo Testamento no Novo.^[187]

Bebês como Membros da Igreja?

O testemunho do Novo Testamento é claro. Será em vão que alguém buscará no Novo Testamento algo que apoie a membresia infantil na igreja. Os membros da Nova Aliança são descritos como “santos” (1 Coríntios 1:2), “cristãos” (Atos 11:26), “aqueles que estão sendo salvos” (1 Coríntios 1:18; 2 Coríntios 2:15), “aqueles que estão sendo santificados” (Hebreus 10:14), “filhos de Deus por meio da fé em Cristo Jesus” (Gálatas 3:26), “os eleitos de Deus” (Colossenses 3:12), “aqueles que herdarão a salvação” (Hebreus 1:14), “discípulos” (Atos 6:1-2; 16:1), “irmãos” (Atos 16:40), “aqueles que se voltaram para Deus... para servir ao Deus vivo e verdadeiro” (1 Tessalonicenses 1:9), “aqueles que eram do Caminho” (Atos 9:2), “aqueles que invocam o Senhor com um coração puro” (2 Timóteo 2:22) e “crentes” (Atos 5:14; 1 Timóteo 4:12).

Entretanto, isso de forma alguma afirma que cada membro da comunidade do Novo Testamento, a igreja visível, é verdadeiramente convertido. Pode muito bem haver um Simão, o mágico (Atos 8:9ss), um Diótrefes (3 João 9-10) ou um Demas (2 Timóteo 4:10) na igreja. Com muita frequência, esse é o caso. Mas eles são membros *de facto*, não *de jure*. O denominador comum dos membros da igreja da Nova Aliança é que eles são cristãos que professam sua fé. Em nenhum lugar do Novo Testamento é ensinado que bebês são membros da igreja visível.

Charles Hodge reconheceu isso e chegou até mesmo a afirmar que a definição de igreja deve ser adaptada para permitir a membresia infantil:

A dificuldade encontrada neste assunto [batismo infantil] é que o batismo, por sua própria natureza, envolve uma profissão de fé; essa é a maneira pela qual, segundo a ordenança de Cristo, ele deve ser confessado diante dos homens. Mas os bebês são incapazes de fazer tal confissão; portanto, não são os sujeitos apropriados para o batismo. Ou, para declarar a questão de outra forma: os sacramentos pertencem aos membros da igreja; mas a igreja é um grupo de crentes. Os bebês não podem exercer fé, portanto, não são membros da igreja e, conseqüentemente, não devem ser batizados... Para justificar o batismo de bebês, devemos formular e autenticar uma ideia de igreja tal que inclua os filhos de pais crentes. ^[188]

Para dizer o mínimo, essa é uma afirmação perturbadora vinda da pena de um teólogo tão distinto quanto Charles Hodge. Ele admitiu tacitamente que a Bíblia ensina o batismo daquelas pessoas que confessam sua fé. Ele viu claramente que, de acordo com a Escritura, o batismo de bebês, a fé e a membresia na igreja não estão ligados. No entanto, sua solução para esse problema é inaceitável. Hodge está tão impulsionado por sua pressuposição de que os bebês de pais crentes devem ser batizados que está disposto a alterar os ensinamentos da Palavra de Deus para “ajustá-los”.

Mas Também para Ser para Ela um Sinal e Selo do Pacto da Graça

O que a Confissão de Westminster declara: “Mas também para ser para ela um sinal e selo do Pacto da Graça”. O que a Confissão quer dizer com “um sinal e selo”? Como “sinais sagrados”, diz a Confissão (27.1), os sacramentos “representam Cristo e seus benefícios”, e como “selos”, eles “confirmam nosso interesse nele [em Cristo]”. O Catecismo Maior (P. 165) explica ainda que o batismo é “para ser um sinal e selo que nos une a si mesmo [a Cristo], da remissão de pecados pelo seu sangue e da regeneração pelo seu Espírito; da adoção e ressurreição para a vida eterna”.

Esta definição de sinais e selos está de acordo com o que os teólogos de Westminster ensinam sobre o batismo em 28.1, mas é uma definição que proíbe o batismo infantil. A razão disso é, como William Cunningham afirmou corretamente, que “significar e selar naturalmente sugere a ideia de que as coisas significadas e seladas não apenas existem, mas são realmente possuídas por aqueles a quem são significadas e seladas”.^[189] Do ponto de vista bíblico, simplesmente não é razoável dizer que no batismo de um bebê seu interesse em Cristo é confirmado, que ele foi enxertado em Cristo, que possui a remissão de seus pecados, que é regenerado, que é considerado um filho que foi adotado por Deus e é alguém a quem foi prometida uma ressurreição para a vida eterna.^[190]

Do Pacto da Graça

A Confissão ensina que o batismo é um sinal e selo do Pacto da Graça. O que é o Pacto da Graça? A ortodoxia reformada mantém que é aquela aliança que Deus eternamente fez com seus eleitos em Cristo (Lucas 22:29; Apocalipse 13:8) e que ele revelou imediatamente após a queda (Gênesis 3:15). A Confissão (7:2-3) afirma que:

A primeira aliança feita [por Deus] com o homem era uma Aliança de Obras, pela qual a vida eterna era prometida a Adão, e nele para a sua posteridade, sob a condição de obediência perfeita e pessoal... O homem, por sua queda, tornando-se incapaz de viver por essa aliança, o Senhor dignou-se a fazer uma segunda aliança, comumente chamada de Pacto de Graça.

O Catecismo Maior (P. 31) ensina, juntamente com a maioria da teologia reformada,^[191] que “o Pacto da Graça foi feito com Cristo como o segundo Adão e, nele, com todos os eleitos como sua descendência”.

Até aqui, está correto. Contudo, o problema surge quando, no mesmo Catecismo Maior (P. 162), os teólogos afirmam que: “um sacramento é uma ordenança sagrada instituída por Cristo em sua igreja, para significar, selar e exibir para aqueles que estão dentro do Pacto da Graça os

benefícios de sua mediação”. Aqui é onde a discrepância fica evidente. Se o batismo nas águas, como sinal, significa que alguém está no Pacto da Graça e, como selo, atesta essa mesma verdade, e se o Pacto da Graça é feito com os eleitos em Cristo, por que administrar o sacramento do batismo nas águas a um bebê, que é incapaz de fazer uma profissão de fé em Cristo e, assim, manifestar que ele é um dos eleitos?

Os Bebês são Filhos da Aliança?

Os pedobatistas frequentemente se referem aos filhos de pais crentes como “filhos da aliança”. Mas a pergunta que precisa ser feita é em qual aliança estão eles? Certamente não pode ser razoavelmente afirmado que eles estão necessariamente no Pacto da Graça, que são eleitos. Isso seria uma presunção. No entanto, é precisamente isso que alguns teólogos afirmam.

Herman Bavinck, por exemplo, escreveu: “Pois ninguém pode negar o batismo às crianças, a menos que pense que elas estão fora do Pacto da Graça... Quem administra o batismo... às crianças reconhece que elas estão no Pacto [da Graça] e compartilham de todos seus benefícios dele”.^[192] O Catecismo de Heidelberg (P. 74) também defende o batismo infantil ao ensinar que os filhos de pais crentes estão “no Pacto [da Graça] de Deus e são seu povo”. Isso é uma forma de eleição ou regeneração presumida, uma doutrina errônea que será discutida abaixo.

Alguns pedobatistas, como J.G. Vos, apresentam o argumento do “pacto” da seguinte forma: O batismo é um sinal e selo do Pacto da Graça; os filhos dos crentes estão incluídos no Pacto da Graça; portanto, as crianças têm direito ao batismo como sinal e selo do Pacto da Graça.

^[193]

A falha desse argumento não está em sua forma. A forma é válida. O erro está na segunda premissa. Não é (necessariamente) verdade que “os filhos dos crentes estão incluídos no Pacto da Graça”. Isso é reconhecível se o mesmo argumento for aplicado ao sacramento da ceia do Senhor. A ceia do Senhor, como ensina corretamente a Confissão (27.1, 4), também é um sinal e selo do Pacto da Graça. No entanto, como ensina o Catecismo Maior (P. 177), os chamados “filhos da aliança” não têm permissão para participar da ceia. A inconsistência é evidente.

Curiosamente, esse tipo de inconsistência não era seguido nos primeiros dias da igreja cristã. Quando o batismo infantil foi adotado na igreja primitiva, a pedocomunhão também era praticada.^[194] “Batismo e acesso à comunhão eram inseparáveis naqueles dias”.^[195] Aqui não há inconsistência porque os dois sacramentos estão interligados.^[196]

Alguns argumentam que as crianças estão no pacto abraâmico e elas, assim como as crianças de Israel no Antigo Testamento, devem ser consideradas “filhas da aliança”.^[197] Por esse motivo, elas devem receber o batismo da mesma forma que os bebês do sexo masculino eram circuncidados no tempo da Antiga Aliança. Robert Reymond expressou isso da seguinte maneira:

Para resumir, porque as crianças pequenas e até mesmo os bebês de colo que são filhos de pais da aliança são também filhos da aliança, então elas não devem ser excluídas da igreja como o reino de Cristo. E assim como o sinal do Pacto da Graça foi colocado nos filhos masculinos dos pais da aliança nos tempos do Antigo Testamento, o sinal da aliança, que é agora o batismo, deve ser administrado a bebês e a crianças pequenas tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino que são filhos de pais da aliança, sob a administração da mesma aliança no Novo Testamento.^[198]

Vários problemas ficam aparentes nessas declarações. Em primeiro lugar, se apenas os filhos do sexo masculino eram circuncidados sob a administração do Antigo Testamento, isso

significa que as filhas não estavam no Pacto da Graça? As meninas não eram “filhas da aliança”? Não é verdade, como alguns poderiam afirmar, que apenas os homens podem ser circuncidados. Havia uma espécie de circuncisão feita nas mulheres no Egito durante esse tempo e uma prática semelhante poderia ter prevalecido entre os judeus também, se Deus assim o tivesse ordenado. Mas ele não ordenou que isso fosse feito.^[199] Será então que apenas alguns “filhos da aliança” deveriam receber o sinal pactual na Nova Aliança, assim como apenas alguns o receberam na Antiga Aliança?

Em segundo lugar, o pacto abraâmico não é, em si mesmo (ou seja, *simpliciter*), o Pacto da Graça. De fato, ele é uma revelação, ou uma parte, ou uma administração do Pacto da Graça. Mas ele não é, em si mesmo, o Pacto da Graça. A Confissão Batista de Londres de 1689 (7.3) expressa isso da seguinte maneira:

Este pacto [da Graça] está revelado no evangelho: primeiramente na promessa feita a Adão, de salvação pelo descendente da mulher [Genesis3;15]; depois, por etapas sucessivas, até que sua plena revelação foi manifestada no Novo Testamento.

Diante disso, fica claro que o Novo Testamento é uma revelação adicional do Pacto da Graça em relação ao pacto abraâmico no Antigo Testamento.

Em terceiro lugar, com “a plena revelação” desse pacto, como Jeremias 31:31-34 deixa perfeitamente claro e mesmo havendo continuidade entre a Antiga e a Nova Aliança, há também descontinuidade. Dado isso, o argumento de Reymond se desfaz, pois ele está lendo o Antigo Testamento no Novo.

Em quarto lugar, como observado anteriormente, os filhos do sexo masculino em Israel eram circuncidados como membros por nascimento de uma nação física. A comunidade do Novo Testamento é uma nação espiritual onde o novo nascimento é necessário para que alguém entre nela. O pacto abraâmico ainda é, de fato, vinculante no tempo da Nova Aliança, como Paulo esclarece em Gálatas 3. Quando o apóstolo define os membros da Nova Aliança, no entanto, ele o faz afirmando que os únicos “filhos da aliança” que o Novo Testamento conhece são “os filhos de Abraão”, aqueles que têm a fé de Abraão (vv. 7, 9, 11, 14, 22, 24, 26 e 29).

Presumivelmente reconhecendo esses problemas, alguns teólogos pedobatistas ensinam que os filhos dos crentes estão no Pacto da Graça em um “aspecto externo” ou “esfera externa”, ao invés de um “aspecto interno” ou “fase espiritual”. Nesse sentido, eles são “filhos da aliança” e devem ser batizados.^[200] Vos explicou isso da seguinte maneira:

Existem duas fases no Pacto da Graça, (a.) uma fase legal ou externa e (b.) uma fase vital ou espiritual. Podemos pensar nessas duas fases como dois círculos, um dentro do outro — um círculo externo e um círculo interno, a esfera legal ou externa do Pacto da Graça. Mas apenas aqueles que são verdadeiramente regenerados estão no círculo interno, a esfera vital ou espiritual do Pacto da Graça. Algumas pessoas nascidas na esfera externa, no círculo externo, são pessoas não eleitas e nunca vêm a Cristo. Todo aquele que é dos eleitos virá, em algum momento de sua vida, para o círculo interno, a esfera vital ou espiritual.^[201]

O que Vos fez foi redefinir o Pacto da Graça para atender à sua pressuposição de que os bebês de pais crentes estão nesse pacto e que, portanto, devem ser batizados. A nova definição inclui os não eleitos. Isso é, sem dúvida, um oxímoro. É simplesmente irracional falar que a “graça” (salvífica) de Deus é concedida de maneira pactual para as pessoas não eleitas. Pelo contrário, deve-se afirmar que se o Pacto da Graça, conforme os teólogos de Westminster o definem corretamente, é feito com os eleitos em Cristo, então não pode haver um aspecto externo dele. Se alguém é eleito, então ele é eleito e será “internamente” regenerado pelo Espírito Santo.

^[202]

Além disso, como observado anteriormente, embora a Escritura não use a terminologia, há um sentido em que se pode falar dos filhos dos crentes que frequentam os cultos, que são ensinados pela Bíblia por seus pais e oficiais da igreja etc., como estando em uma “comunidade da aliança” (as filhas não circuncidadas sob a Antiga Aliança não faziam parte de uma “comunidade da aliança”?). Da mesma forma, os não crentes que frequentam regularmente os cultos, que ouvem a mensagem pregada etc., também estão em uma “comunidade da aliança”. No entanto, isso não diz nada sobre o batismo dessas pessoas na “comunidade da aliança”. O batismo simboliza o novo nascimento, não apenas a membresia em uma “comunidade da aliança”.

Bênçãos Expandidas e Infantes

Como já foi aludido, um argumento apresentado pelos pedobatistas contra os batistas é “o argumento das bênçãos expandidas”. Se os infantes na Antiga Aliança eram destinatários do sinal da aliança, por que os infantes sob as “bênçãos expandidas” da Nova Aliança também não deveriam receber um sinal da aliança? Isso não tornaria as crianças sob a Nova Aliança menos privilegiadas do que aquelas crianças que viveram sob a Antiga Aliança? Nas palavras de John Murray, “não podemos acreditar que a economia do Novo Testamento seja menos benéfica do que aquela do Antigo Testamento. Antes, o caso é que o Novo Testamento dá um escopo mais abrangente à bênção da aliança de Deus”.^[203]

Como já foi observado, o fato de os infantes de pais cristãos, sob a economia do Novo Testamento, não receberem o sinal pactual do batismo de forma alguma os torna inferiores àqueles infantes que viveram sob a administração do Antigo Testamento. Viver com pais piedosos que apresentarão Jesus Cristo “claramente retratado entre [eles] como crucificado” (Gálatas 3:1), em comparação com o tempo em que Cristo só podia ser visto através de tipos e sombras, é uma bênção incomparavelmente maior para eles.^[204]

Não se deve negar que os filhos não batizados de crentes têm maiores privilégios do que os filhos dos incrédulos. Na verdade, eles têm vantagens muito maiores do que as crianças que estão fora da “comunidade da aliança”. Os filhos de pais crentes são criados “na disciplina e na admoestação do Senhor” (Efésios 6:4). A Palavra de Deus é ensinada a eles regularmente (Deuteronômio 6:4-9). Esses filhos e filhas estão sendo criados de acordo com a Bíblia e ensinados a temer o Deus das Escrituras (Ezequiel 16:20). E como Deus normalmente opera salvificamente através da família, há boas razões para sermos otimistas quanto à conversão dessas crianças, ou seja, que por meio do discipulado bíblico, elas possam se tornar uma “descendência santa” (Malaquias 2:15). Deus prometeu mostrar sua “misericórdia a milhares [de gerações, veja Deuteronômio 7:9], daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos” (Êxodo 20:6). Porém, novamente, isso não diz nada com relação ao batismo dos filhos dos crentes. Beasley-Murray expressou isso da seguinte forma:

Na visão de Paulo, o filho de pais cristãos sustenta uma relação especial com Deus e com seu povo; essa é a implicação de 1 Coríntios 7:14, onde as crianças não batizadas são descritas como “santas”. Tais crianças são criadas em um ambiente de fé e oração, em casa e na igreja, e estão sob a constante instrução da Palavra de Deus. Elas são as crianças mais privilegiadas de todos os tempos, sob a sombra das asas de Deus e de seu Cristo, sendo preparadas no meio de seu povo para seu reino de graça e glória. Mesmo reconhecendo plenamente as bênçãos de tal situação, é um erro não reconhecer suas limitações. Nascer em um lar cristão é um privilégio inestimável, mas não é uma garantia de herança no reino de Deus.^[205]

Outra forma do argumento das “bênçãos expandidas” é apresentada no argumento da “família da aliança”. Na Bíblia, “todas as alianças incluíam as crianças”. Isso era verdade quanto

à aliança noética (Gênesis 9:9), à aliança abraâmica (Gênesis 17:7), à aliança mosaica (Deuteronômio 29:10-13) e à aliança davídica (Salmos 89:3-4). Isso também deveria ser verdade quanto à Nova Aliança (Atos 2:38-39).^[206] Há vários problemas com o argumento da “família da aliança”.

Em primeiro lugar, os problemas envolvidos no estudo do argumento da aliança abraâmica para o pedobatismo já foram examinados em detalhes.

Em segundo lugar, como também foi estudado nas passagens do Antigo Testamento sobre “batismo de casas” acima, Noé e sua família e Moisés e os filhos de Israel são tipologicamente “lares redimidos” e devem ser vistos como tais (ou seja, tipos).

Em terceiro lugar, é verdade que Noé e sua família foram todos incluídos na promessa do pacto de Deus (Gênesis 9:9), mas também o foram “com todos os seres vivos que estão com vocês: tanto as aves, os animais domésticos e os animais selvagens que saíram da arca como todos os animais da terra” (v. 10). Além disso, esse suposto argumento para o batismo infantil busca provar mais do que aquilo que está escrito.

Em quarto lugar, o argumento feito a partir do pacto davídico como registrado no Salmo 89:3-4 (“Tu disseste: Fiz uma aliança com o meu escolhido e jurei a Davi, meu servo: ‘Para sempre estaborecerei a sua posteridade e firmarei o seu trono de geração em geração’.”) não tem nada a ver com os infantes; ao contrário, tem a ver com a linhagem pactual dos reis davídicos da tribo de Judá que conduz até Jesus Cristo.

Sob esse escrutínio, o argumento das “bênçãos expandidas” e o argumento da “família da aliança” não se sustentam. Eles podem “tocar o coração”, mas não têm substância bíblica.

A Posição Batista Reformada Nega a Teologia Pactual?

Alguns pedobatistas afirmam que a posição batista reformada nega a teologia pactual.^[207] Isso não é de forma alguma o caso. Conforme James Renihan comenta, os batistas reformados acreditam que “a estrutura da Escritura é corretamente definida pela... teologia pactual” e “compreender esse fato é compreender a arquitetura central de toda a Bíblia”. Por essa razão, “os batistas reformados confessionais são... defensores plenos da teologia pactual”.^[208] Outrossim, a importância da necessidade de uma visão teológica acerca dos pactos de Deus nos círculos batistas reformados é evidente no capítulo 7 (“Sobre a Aliança de Deus”) da Confissão Batista de Londres de 1689.

Além disso, uma compreensão adequada da teologia pactual exige o batismo de discípulos ou daqueles que professam sua fé, pois faz justiça tanto à continuidade quanto à descontinuidade do pacto. Nas palavras de Richard Barcellos: “Um apego consistente à teologia pactual refuta efetivamente todas as formas de batismo infantil e defende, até mesmo exige, o batismo apenas de crentes dentro da estrutura pactual da Bíblia”.^[209] E como afirmou Erroll Hulse: “Os batistas reformados acreditam no Pacto da Graça com tanta consistência quanto os presbiterianos. A única diferença substancial é que enfatizamos tanto a unidade quanto a diversidade dos pactos”.^[210]

A posição batista reformada faz uma justiça maior à disciplina da “teologia bíblica” e exige essa “diferença substancial”. Apenas “uma teologia pactual batista se mantém consistente com a interpretação do Novo Testamento sobre como o Antigo Testamento é cumprido nele”. Isso evita a leitura do Antigo Testamento no Novo, ou vice-versa, tornando assim as duas eras em que o Pacto da Graça foi administrado praticamente uma e a mesma coisa.^[211]

A teologia bíblica, como Geerhardus Vos a definiu, é um estudo “do processo da

autorrevelação de Deus depositado na Bíblia”. A teologia bíblica trata dos meios progressivos e graduais pelos quais Deus se revelou e revelou sua vontade ao seu povo. Como o autor de Hebreus descreveu: “Antigamente, Deus falou, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, mas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual também fez o universo” (1:1-2). A vontade de Deus é revelada gradualmente, primeiramente a Adão, mais a Noé, mais a Abraão, mais a Moisés, mais a Davi e mais aos profetas. Finalmente, Deus, tendo falado ao seu povo “antigamente, muitas vezes e de muitas maneiras” no tempo da Antiga Aliança, com a vinda do tempo da Nova Aliança, Deus falou pela encarnação de seu Filho e na plena revelação da “dispensação da plenitude dos tempos” (Efésios 1:10).

Em outras palavras, há um aspecto progressivo no desdobramento do Pacto da Graça. Ou, como escreveu John Murray, há um “enriquecimento progressivo dos pactos sucessivos”.^[212] Conforme declarado na Confissão Batista de Londres de 1689 (7.3):

Este Pacto [da Graça] é revelado no evangelho; primeiramente a Adão na promessa de salvação pela descendência da mulher [Gênesis 3:15], e depois por etapas sucessivas, até que a sua plena revelação foi completada no Novo Testamento.

Com a “plena revelação”, que ocorreu com a vinda de Cristo, o desdobramento do Pacto atingiu seu ápice. A administração do Pacto da Graça sob a Nova Aliança, portanto, não é a mesma que era na Antiga Aliança. Murray comentou o seguinte sobre Nova Aliança:

O clímax da redenção é o clímax da administração do Pacto, e a graça soberana atinge o auge de sua manifestação e realização. No centro de todos os pactos da graça redentora estava a promessa: “Vocês serão o meu povo e eu serei o seu Deus”. Neste aspecto também, a Nova Aliança leva esse relacionamento ao mais alto nível de realização e não haverá mais expansão ou enriquecimento do que aquele que a Nova Aliança proporciona. O sangue de Cristo assegurou suas disposições; Cristo é seu o Mediador e Fiador, bem como ele mesmo é o Pacto. Nada mais definitivo é concebível.^[213]

Como foi visto, a Escritura ensina que no tempo da Nova Aliança, na “plenitude dos tempos”, quando o Pacto atingiu seu ápice, os membros da comunidade pactual devem ser aqueles que “conhecem o Senhor” (Jeremias 31:31-34). Uma teologia bíblica apropriada exige essa compreensão da teologia pactual. Portanto, apenas aqueles que fazem uma profissão viável de fé devem ser batizados e integrar a comunidade pactual na igreja de Jesus Cristo.

10

De Sua União com Cristo, da Regeneração... Deve Continuar em sua Igreja Até o Fim Do Mundo

Finalmente a Confissão diz: “De sua união com cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e da sua consagração a Deus, através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida”. De acordo com a definição confessional, o batismo é um sinal e selo da união da pessoa batizada com Jesus Cristo, de sua regeneração, da remissão de seus pecados e de sua promessa de viver em obediência a Deus.

A Bíblia ensina que aqueles que receberam o batismo “de Cristo se revestiram” (Gálatas 3:27) e “a todos nós foi dado beber de um só Espírito” (1 Coríntios 12:13), tais pessoas participaram da “lavagem da regeneração e renovação do Espírito Santo” (Tito 3:5), se comprometeram a “andar em novidade de vida” (Romanos 6:3-4), fizeram um “compromisso de uma boa consciência para com Deus” (1 Pedro 3:21) e “perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações” (Atos 2:41-42), receberam a “circuncisão feita sem mãos, pelo despojamento do corpo dos pecados da carne, pela circuncisão de Cristo” (Colossenses 2:11), “aproximaram-se de Deus com um coração verdadeiro, em plena certeza de fé, tendo seus corações aspergidos de uma consciência má e seus corpos lavados com água pura” (Hebreus 10:22-23) e foram “ressuscitadas com ele por meio da fé na obra de Deus” (Colossenses 2:12). Todas essas declarações referem-se às pessoas que receberam o batismo nas águas. E todas elas são atestações que indicam a presença de regeneração na pessoa batizada.

Guthrie escreveu:

É claro que deve ser reconhecido que, para Paulo, assim como para os outros cristãos primitivos, a conversão e o batismo eram considerados como um único evento. Não há sugestão nos escritos de Paulo de que qualquer pessoa que não tenha sido convertida tenha direito ao batismo.^[214]

Esta também foi a conclusão de F.F. Bruce:

Nos tempos apostólicos, o batismo parece ter ocorrido imediatamente após a confissão de fé em Cristo. As repetidas narrativas de batismo em Atos fornecem ampla evidência disso... A fé em Cristo e o batismo, na verdade, não eram tanto duas experiências distintas, mas partes de um todo. A fé em Cristo era um elemento essencial no batismo, pois sem ela a aplicação da água, mesmo acompanhada das palavras apropriadas, não teria sido um batismo cristão.^[215]

Nesse caso, o batismo nas águas não deve ser administrado a bebês, a menos que alguém mantenha as falsas doutrinas da regeneração batismal ou da regeneração presumida. Infelizmente, alguns adotaram tais ensinamentos. A regeneração batismal é uma doutrina católica romana,^[216] que também é mantida em alguma forma pela igreja anglicana.^[217] A ênfase desse ensino é que o sacramento do batismo nas águas transmite graça regeneradora à pessoa que é

batizada *ex opere operato* (“pela própria obra operada”). Assim, pessoas não batizadas não podem ser salvas.^[218]

O Novo Testamento Nega a Regeneração Batismal

Várias passagens do Novo Testamento negam a regeneração batismal.

Em primeiro lugar, há o ladrão não batizado que morreu na cruz ao lado de Jesus, a quem Cristo afirmou que estaria com ele no paraíso (Lucas 23:39-43).

Em segundo lugar, temos João 4:2 e 1 Coríntios 1:17. Nem Jesus nem Paulo estavam envolvidos no batismo como parte essencial de seu ministério. Isso não poderia ser verdade se o batismo nas águas fosse necessário para a salvação.

Em terceiro lugar, 1 Pedro 3:21 é uma negação direta de que o batismo nas águas, em si, seja eficaz para a salvação: “O batismo, que corresponde a isso, agora também salva vocês, não sendo a remoção das impurezas do corpo, mas o apelo por uma boa consciência para com Deus, por meio da ressurreição de Jesus Cristo”. Em seguida, há Tito 3:5, onde Paulo escreve: “[Deus] nos salvou pela lavagem da regeneração”. Se a regeneração batismal fosse verdadeira, parece que Paulo teria dito o oposto, “pela regeneração da lavagem”.^[219] Essa falsa doutrina também é negada em Atos 8, quando Simão, o mago, afasta-se da fé após seu batismo.

O luteranismo também ensina que o batismo nas águas transmite graça à pessoa batizada, mas não de modo *ex opere operato*.^[220] A fé ativa é necessária por parte do indivíduo que recebe o sacramento, exceto no caso de bebês. Lutero ensinava, que estes, como filhos de crentes, possuem uma fé inconsciente, uma fé que não requer poder de raciocínio, na qual de alguma forma a fé dos pais pode estar envolvida.^[221]

Falando francamente, tal afirmação é absurda.

Em primeiro lugar, “fé inconsciente” é um oxímoro. A fé salvífica é geralmente definida como consistindo em *notitia* (ideia, noção ou conhecimento), *assensus* (acordo, consentimento) e *fiducia* (confiança, fé).^[222] Claramente, alguém incapaz de conhecer, consentir ou confiar é incapaz de ter tal fé. Aquele que está “inconsciente” é incapaz de conhecer, consentir ou confiar. Portanto, o próprio termo “fé inconsciente” é autocontraditório. O que quer que possa ser argumentado sobre o que as crianças sabem ou não sabem, não pode ser afirmado significativamente que elas possuem “fé inconsciente”.

Em segundo lugar, de acordo com Ezequiel 18, filhos e filhas não levarão a culpa de seus pais, e nem compartilharão da justiça deles. Cada homem, mulher e criança deverá comparecer diante de Deus individualmente e responder por si mesmo.

A regeneração batismal foi ensinada nos primeiros anos do cristianismo. Na verdade, o batismo infantil era praticado na igreja pós-apostólica devido à crença de que o batismo era necessário para a salvação, pois lavava os pecados. Crisóstomo disse: “Que os bebês devem ser batizados, como universalmente recebido pela igreja católica, para tirar o pecado original”.^[223] O Concílio de Cartago do terceiro século decidiu contra o adiamento do batismo de bebês até o oitavo dia, para que “até onde nós conseguirmos, nenhuma alma, se possível, seja perdida” (se o bebê morresse antes do batismo).^[224]

Agostinho se referiu ao batismo nas águas como “o sacramento da regeneração” e afirmou que:

Não há ninguém que, no batismo, não morra para o pecado. Mas os bebês morrem apenas para o pecado original, enquanto os adultos morrem também por todos os outros pecados que, por suas vidas

ímpias, adicionaram ao pecado que contraíram no nascimento.^[225]

No Concílio de Mela, presidido por Agostinho, foi decretado o seguinte:

Além disso, aprouve aos bispos ordenar que quem negar que os bebês recém-nascidos de suas mães devem ser batizados, ou disser que o batismo é administrado para a remissão de seus próprios pecados, mas não por causa do pecado original, derivado de Adão, e a ser expiado pela pia da regeneração [batismo nas águas], seja amaldiçoado.^[226]

Peter Brown comentou que “Agostinho ainda esperava entender o rito do batismo infantil”. Então, ele apelou “não à razão, mas aos sentimentos enraizados nas massas católicas”.^[227] Os comentários de John Tombes sobre esse assunto são apropriados:

O batismo infantil começou por volta do terceiro século da igreja cristã, a partir de uma interpretação equivocada de João 3:5, que dizia que o batismo concede graça e que ele é necessário para salvar os bebês que estão prestes a perecer sem recebê-lo. Depois do tempo de Agostinho o batismo infantil se tornou comum, embora antes não tenha sido tão frequente.^[228]

O reformador pedobatista Ulrich Zwinglio reconheceu o erro da doutrina da regeneração baptismal crida na igreja primitiva e escreveu que todos os doutores na igreja “erraram desde os tempos dos apóstolos, atribuindo às águas do batismo um poder que elas não possuem”.^[229] Warfield reconheceu que a igreja primitiva acreditava que o batismo era necessário para a salvação e, portanto, desempenhava um papel importante no batismo de bebês.^[230] Essa é uma das razões pelas quais John Gill se referiu ao batismo infantil como nada mais do que “uma parte e pilar do papismo”. Além disso, Gill afirmou que quanto mais a igreja se recusa a ser governada e dirigida pelo ensino claro da Bíblia e somente da Bíblia, tanto mais ela abre suas portas para ser governada pelas “tradições dos homens”.^[231] Isso parece ser precisamente o que aconteceu na igreja primitiva.

Batismo na Igreja Primitiva

Como atestado por vários notáveis historiadores da igreja, é claro que não há traços da prática do batismo infantil na igreja primitiva até o final do segundo século. O historiador da igreja August Neander afirmou que “o batismo foi administrado inicialmente apenas a adultos, pois as pessoas estavam acostumadas a conceber o batismo e a fé como coisas que estavam estritamente conectadas”.^[232] E o historiador alemão Lange comentou que “agora deve ser admitido por cada leitor da Escritura Sagrada e da antiguidade cristã que o batismo de recém-nascidos era totalmente desconhecido no cristianismo primitivo”.^[233]

É significativo que os escritos pós-apostólicos mais antigos sobre o tema do batismo falam apenas do batismo de pessoas que confessaram sua fé. Barnabé (cerca de 120-130 d.C.), em sua Epístola, refletiu apenas sobre o batismo de crentes. Hermas, em sua obra “O Pastor” (cerca de 150 d.C.), fez do arrependimento a condição do batismo. E Justino Mártir (cerca de 150 d.C.) afirmou que “batizamos aqueles que estão convencidos e concordam com o ensino cristão”.^[234]

Então, temos a Didaquê (cerca de 90-125 d.C.), talvez o mais antigo de todos os escritos pós-apostólicos existentes, que diz: “E antes do batismo, o que batiza e o que será batizado devem jejuar. ...Além disso, você deve instruir aquele que será batizado a jejuar por um ou dois dias antes”.^[235] A Didaquê não faz referência ao batismo infantil; fala apenas sobre o batismo de discípulos.

No início do terceiro século, a Tradição Apostólica (cerca de 217 d.C.) sugere que um

candidato ao batismo deveria primeiro ser catequizado por um período de três anos.^[236] Nos escritos de Tertuliano (por volta de 200 d.C.), encontramos um oponente do batismo infantil. Embora isso indique que o batismo infantil (ou pelo menos o batismo de crianças)^[237] estava sendo praticado na época, ele também nos diz que isso não foi totalmente endossado pela igreja primitiva.

Após Tertuliano, Cipriano, bispo de Cartago, é “o primeiro pai da igreja que dá testemunho indubitável da prática do batismo infantil na igreja cristã do terceiro século”.^[238] De acordo com Kurt Aland, “por volta do ano 200, houve um movimento naquela área [Cartago e Norte da África] que desejava o batismo até mesmo de crianças, um movimento que manifestamente não era muito antigo, pois a polêmica de Tertuliano é dirigida contra algo novo”.^[239] Antes de Tertuliano e Cipriano, lemos apenas sobre o batismo de adultos.

Até durante o terceiro século, o batismo infantil claramente não é a regra em todos os lugares, pois nessas áreas onde havia garantido um lugar na igreja, o costume de batizar crianças após atingirem uma idade mais madura permanecia em vigor ao lado dele.^[240]

Os concílios do quarto século de Cartago, Neocesareia e Laodiceia mantiveram a necessidade de confissão e profissão de fé em Cristo antes do batismo. Mesmo no final do quarto século, pais da igreja como Ambrósio, Agostinho, Jerônimo, Crisóstomo, Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa, Basílio e Rufino, embora nascidos de pais cristãos, não foram batizados até mais tarde na vida. Certamente, isso atesta o fato de que o batismo infantil não foi fielmente praticado durante esse tempo. Assuntos como esses “mostram suficientemente que considerável liberdade prevaleceu nesse aspecto nos períodos Niceno [325 d.C.] e pós-Niceno”.^[241]

Como questão de registro histórico, não foi até o quinto século que o batismo infantil se tornou prática geral da igreja e, como observado, isso ocorreu devido à crença generalizada na regeneração batismal.^[242]

O teólogo e historiador holandês Venema comentou o seguinte sobre a antiguidade do batismo infantil:

Temos certeza que o pedobatismo foi praticado no segundo século; no entanto, não era o costume da igreja e nem uma prática generalizada. Muito menos era geralmente considerado necessário que bebês fossem batizados...

Tertuliano em nenhum lugar mencionou o pedobatismo entre as tradições da igreja, nem mesmo entre os costumes da igreja que eram publicamente recebidos e geralmente observados. Pelo contrário, ele claramente insinua que em sua época isso ainda era uma questão duvidosa. Em seu livro “Sobre o Batismo” (capítulo 18), ele desencoraja o batismo de bebês e prova, por certas razões, que a demora até uma idade mais madura é preferível; o que ele certamente não teria feito se fosse uma tradição e um costume público da igreja, já que ele era muito apegado às tradições; nem, se fosse uma tradição, ele teria deixado de mencioná-la...

É evidente, portanto, que nada foi determinado naquela época sobre o momento do batismo; pelo contrário, ele julgou mais seguro que pessoas solteiras adiassem seu batismo... Nada pode ser afirmado com certeza sobre o costume da igreja antes de Tertuliano; pois em escritores mais antigos, que eu saiba, não há menção indubitável de batismo infantil.^[243]

Abraham Booth concluiu:

Não pode ser comprovado com certeza que o pedobatismo foi praticado antes dos tempos de Tertuliano [cerca de 200 d.C.]. Havia pessoas em seu tempo que desejavam que seus bebês fossem batizados, especialmente quando tinham medo de morrer sem o batismo, contudo, Tertuliano se opôs a tais pessoas e, ao fazer isso, ele sugere que o pedobatismo tinha começado a prevalecer [com base na tradição – WGC]... Estas são as coisas que podem ser afirmadas com aparente certeza sobre a antiguidade do batismo infantil após os tempos dos apóstolos; no mais, elas são mantidas sem uma base

sólida.^[244]

E Martyn Lloyd-Jones observou:

Na igreja primitiva, não havia referência definitiva ao batismo infantil até o ano 175 d.C. Essa ausência, no entanto, não prova que o batismo infantil não fosse praticado antes dessa data. Uma evidência importante vem de Tertuliano, que foi uma figura proeminente na igreja primitiva, no final do segundo século. Ora, Tertuliano mudou suas opiniões sobre esse assunto e se tornou um opositor do batismo infantil. Portanto, há certamente um caso muito forte para afirmar que, no tempo de Tertuliano, não se podia estabelecer que o batismo infantil fosse ensinado e praticado pelos apóstolos, pois se fosse, um homem como Tertuliano nunca teria falado contra isso da maneira como o fez.^[245]

Jewett afirmou corretamente que:

O problema mais óbvio com o argumento histórico para o batismo infantil é o notável silêncio das testemunhas mais próximas da era apostólica. Isso, combinado com o silêncio do próprio Novo Testamento, não pode deixar de suscitar perguntas na mente inquisitiva.^[246]

Em seu livro *“A Treatise of Baptism”* [Um tratado sobre batismo], Henry Danvers traçou o testemunho positivo do batismo de crentes do primeiro século até o século XVII, revelando assim que o comentário de A.A. Hodge de que “a igreja primitiva, em continuidade ininterrupta desde os dias dos apóstolos, testemunha [sic] sua prática sobre esse assunto [a prática do batismo infantil]”^[247] é completamente infundado.^[248] Portanto, Charles Spurgeon escreveu que não estava “envergonhado da história dos batistas, pois podia rastreá-la através de todas as eras e em todos os países, desde os tempos apostólicos até os dias atuais”.^[249]

O Batismo de Prosélitos Judeus

Observa-se que alguns pedobatistas, cientes do silêncio desses testemunhos em relação ao batismo infantil, recorreram ao batismo de prosélitos judeus para apoiar sua posição, porque o batismo de prosélitos, que supostamente era praticado antes do batismo de João, envolvia crianças.^[250] Ou seja, alega-se que prosélitos judeus e seus filhos de até doze anos eram batizados. No entanto, crianças não nascidas no útero não eram batizadas depois de nascerem, pois eram consideradas “puras”, pois agora faziam parte de Israel. A dificuldade com essa visão deveria ser óbvia. Nas palavras de Malone:

Se apelarmos para qualquer parte da prática judaica, temos que lidar com a idade avançada das crianças da casa que recebem o batismo, bem como com a proibição de batizar crianças que ainda estavam no útero [ou seja, batizá-las após o nascimento]. Nenhuma dessas dificuldades oferece qualquer apoio ao batismo infantil.^[251]

Outra questão relacionada ao batismo de prosélitos diz respeito à sua historicidade. John Gill e John Owen, por exemplo, tendo pesquisado minuciosamente esse assunto, descobriram que não há evidências sólidas na literatura rabínica, em Josefo ou em Filo, para apoiar o fato de que o batismo de prosélitos era praticado mesmo antes do tempo de Cristo.^[252] Se isso for verdade, e as evidências reunidas por Gill e Owen para afirmar essa posição são extensas, então o argumento de que o batismo de prosélitos apoia o batismo infantil no tempo do Novo Testamento é totalmente refutado.

Por razões como essas listadas acima, Berkhof comentou apropriadamente que “mesmo que isso [batismo de prosélitos] tenha acontecido, ele não provaria nada no que diz respeito ao batismo cristão”.^[253]

Como a Igreja Primitiva Pôde se Afastar Tão Rapidamente do Batismo após Profissão de

Fé?

Uma pergunta apropriada aqui poderia ser: se o batismo após profissão de fé era a prática da igreja apostólica (o que realmente era o caso), como a igreja primitiva, pós-apostólica, pôde se afastar tão rapidamente da doutrina do batismo após profissão de fé? Também poderia ser perguntado por que a igreja primitiva passou a praticar a pedocomunhão e a reconhecer bispos monárquicos tão cedo quanto fez? A resposta para todas essas perguntas é: o pecado.

Como os gálatas puderam se afastar tão rapidamente do ensino de Paulo sobre justificação pela graça somente, em Cristo somente, através da fé somente (Gálatas 1:6-9; 3:1-3) ou como as igrejas de Sardes (Apocalipse 3:1-6) e Laodiceia (3:14-22) puderam se afastar tão rapidamente do ensino dos apóstolos? A Escritura claramente nos diz que essas igrejas fizeram essas coisas e que isso se deveu ao pecado.

Ao dirigir-se aos anciãos da igreja em Éfeso, Paulo ensinou que “até mesmo entre vocês se levantarão homens falando coisas perversas para arrastar os discípulos atrás de si” (Atos 20:30). Pedro alertou seus leitores acerca de que mestres “indoutos e inconstantes” e que “torcem” as Escrituras entrariam na igreja para perverter a verdadeira doutrina (2 Pedro 3:16). João advertiu a igreja “porque muitos falsos profetas têm saído mundo afora” (1 João 4:1). Admitidamente, algumas dessas falsas doutrinas são mais perigosas do que outras, mas todas elas vêm do pecado. Foi isso que aconteceu.

Herbert Bird resume o que aconteceu na igreja primitiva da seguinte forma:

É de conhecimento comum que a teologia sofreu uma grande queda com a transição da era apostólica para os primeiros dias do segundo século e, do ponto de vista evangélico, a doutrina do batismo não escapou ileso.

Uma visão supersticiosa desse sacramento entrou na igreja em uma data extremamente precoce e se expressou não apenas na noção de que o batismo era o agente eficaz para a purificação do pecado, mas também na teoria um tanto perturbadora da “imperdoabilidade” dos pecados cometidos após o único banho purificador, não repetível...

O dilema que esse desenvolvimento apresentou para a igreja daquela época é imediatamente aparente. A indispensabilidade do batismo para a salvação argumentava a favor de sua administração precoce, para que a morte prematura não ocorresse antes do bebê ser batizado. Mas a “imperdoabilidade” do pecado cometido após o batismo argumentava a favor de que o batismo fosse praticado na idade mais avançada possível.^[254]

Como Carson comentou, “assim que o batismo passou a ser visto como essencial para a salvação, o batismo infantil se tornou uma consequência naturalmente disso”.^[255]

A Forma Peculiar de Regeneração Presumida entre os Teólogos Reformados

A teologia reformada não adere nem ao ensino do papismo e nem do luteranismo. Mas há entre alguns teólogos reformados uma forma peculiar de regeneração presumida. O Catecismo de Heidelberg (P. 74) ensina que os filhos de pais crentes “estão no Pacto [da Graça] de Deus e são seu povo. Através do sangue de Cristo lhes são prometidos, da mesma forma que aos adultos, a redenção do pecado e o Espírito Santo, que opera a fé”. Além disso, a Segunda Confissão Helvética (20) de 1566 afirma:

Ser batizado em nome de Cristo é ser inscrito, iniciado e recebido no Pacto [da Graça], na família e na herança dos filhos de Deus... As crianças dos crentes devem ser batizadas, pois das crianças é o reino de Deus. Por que, então, não lhes conceder o sinal da aliança?

Como já mencionado, Herman Bavinck escreveu que “quem administra o batismo... às crianças reconhece que elas estão no Pacto [da Graça] e compartilham de todos os benefícios dele”.^[256]

Charles Hodge era da opinião de que a regeneração presumida deve ser a base para o batismo infantil. Ele escreveu: “Não vemos como esse princípio [regeneração presumida] pode ser negado em sua aplicação à igreja sem abandonar toda a nossa doutrina e entregar o terreno aos independentes e anabatistas”.^[257]

John Murray é outro que errou nesse aspecto. Ele disse:

[Existem] certos princípios que estão próximos do argumento para o batismo infantil e sem os quais a ordenança do batismo infantil seria sem sentido... Esses princípios são: (1.) que crianças pequenas, até mesmo bebês, estão entre o povo de Cristo e são membros de seu corpo; (2.) que os bebês são membros de seu reino e, portanto, foram regenerados; (3.) que pertencem à igreja, pois são recebidos como pertencentes a Cristo, isto é, recebidos na comunhão dos santos.^[258]

E há ainda o eminente B.B. Warfield. Ele escreveu que “todos os protestantes concordariam facilmente que apenas os filhos de Cristo têm o direito à ordenança do batismo”. Portanto, ele continuou dizendo que o batismo é apropriado para “aqueles para quem podemos, por qualquer motivo, justificadamente presumir que pertencem ao povo de Deus — e isso certamente inclui os crianças e os bebês filhos de crentes”.^[259]

Pierre Marcel tem a mesma opinião:

O batismo dado às crianças pequenas é o testemunho e a confirmação da sua salvação, o selo e a confirmação do Pacto da Graça que Deus contrai com eles... Devido às promessas da aliança seladas por este batismo, os pais e a igreja são fortalecidos na fé, o que os leva a considerar esse bebê como filho de Deus e um cordeiro no rebanho de Cristo... Eles sabem que essa criança presumidamente é herdeira da salvação.^[260]

O que Hodge, Murray, Warfield e Marcel reconhecem é que o Novo Testamento ensina claramente que o batismo segue a regeneração. Portanto, se alguém não adere pelo menos a alguma forma de regeneração ou eleição presumida, ele não deve batizar bebês. Eu concordo com esse princípio plenamente. A diferença, obviamente, é que, enquanto Hodge, Murray, Warfield e Marcel sustentam a doutrina da regeneração presumida, eu não o faço.

A visão de João Calvino sobre esse assunto era ainda mais estranha. Ele escreveu:

Deus declara que adota nossos bebês como seus próprios filhos antes de nascerem, quando promete que ele será nosso Deus e o Deus de nossos descendentes (Gênesis 17:7). A salvação deles está contida nessa declaração. Ninguém ousará ser tão insolente para com Deus a ponto de negar que esta promessa, por si só, é suficiente para alcançar o seu efeito.^[261]

John Gerstner analisou corretamente a visão de Calvino:

Calvino via as crianças da aliança como eleitas e regeneradas ao nascerem. No entanto, ele as exclui da comunhão porque são incapazes de “discernir o corpo do Senhor”. Calvino não desenvolveu este assunto, senão ele teria percebido a inconsistência de tal ensino com suas doutrinas reformadas.^[262]

Calvino também disse que “as crianças são batizadas tendo em vista um arrependimento e a fé futuros, e embora tais coisas ainda não tenham sido operadas nelas, a semente de ambas está escondida dentro delas pela operação secreta do Espírito”.^[263]

Com todo o respeito a esse mestre teólogo, isso é pouco mais que o semipelagianismo sendo aplicado ao caso dos filhos de pais crentes. Além disso, a Bíblia nunca vê o batismo nas águas como algo que simboliza uma obra possível ou provável de regeneração que ocorrerá no futuro. Pelo contrário, o batismo nas águas significa e sela uma obra de regeneração que já existe.

Charles Hodge declarou que:

Pecam gravemente contra as almas de seus filhos aqueles pais que negligenciam consagrá-los a Deus no sacramento do batismo. Deixe que os pequeninos tenham seus nomes escritos no livro da vida do Cordeiro, mesmo que depois escolham apagá-los.^[264]

Além disso, o Artigo 21 da Primeira Confissão Helvética (1536) ensina que o batismo nas águas é apenas para os eleitos e que as crianças de pais cristãos devem ser batizadas porque se presume que elas são eleitas.^[265]

Todos esses ensinam pelo menos alguma forma de regeneração ou eleição presumidas, ambas as doutrinas são perigosamente equivocadas. Cunningham expressou isso de maneira correta:

Acreditamos que a noção de justificação e regeneração sacramental [presumida], mais ou menos distintamente desenvolvida, sempre foi e ainda é uma das ilusões mais bem-sucedidas que Satanás emprega para arruinar as almas dos homens e que não há nada de maior importância prática do que extirpar essa noção da mente das pessoas e protegê-las contra sua influência destrutiva.

Isso só pode ser feito inculcando nas pessoas as visões corretas acerca do princípio sacramental ou a doutrina geral dos sacramentos e então aplicando-a plenamente tanto ao batismo quanto à ceia do Senhor. Especialmente destacando as grandes verdades de que os sacramentos são destinados aos crentes, que podem ser recebidos legal e proveitosamente apenas quando a fé já foi produzida, que eles implicam ou supõem a existência prévia das grandes bênçãos fundamentais da remissão de pecados e da regeneração.

Ao mesmo tempo deve ser ensinado que os sacramentos não fornecem, enquanto considerados em si mesmos como atos externos ou resultados providenciais, qualquer prova ou evidência da posse dessas bênçãos ou da existência da fé, com a qual os sacramentos estão invariavelmente conectados. Essas visões vão ao cerne da questão e, se aplicadas plena e fielmente, evitariam o terrível prejuízo, que não pode, receamos, ser alcançado de outra forma.^[266]

A Bíblia Nega a Regeneração e a Eleição Presumidas

A Bíblia nega abertamente as doutrinas da regeneração presumida e da eleição presumida. Davi escreveu: “Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu a minha mãe” (Salmos 51:5). Segundo Paulo, antes da conversão, os cristãos “estavam mortos em delitos e pecados... e por natureza eram, filhos da ira” (Efésios 2:1, 3). E o Catecismo Maior (P. 25, 27) ensina que, devido à queda, toda a humanidade nasce neste mundo “totalmente indisposta, incapacitada e contrária a tudo o que é espiritualmente bom, e totalmente inclinada a todo mal, e isso continuamente”. Todas as pessoas nascem “por natureza, filhos da ira, escravos de Satanás e justamente sujeitas a todas as punições neste mundo e no que está por vir”.

Além disso, a Bíblia fornece muitos exemplos de pais crentes que geraram filhos réprobos, opondo-se assim a qualquer forma de regeneração ou eleição presumidas. Adão e Eva, era crentes, mas tiveram como filhos Caim e Abel. Ambos os filhos foram ensinados sobre a necessidade de sacrifício, mas enquanto Abel era eleito, Caim não o era (Gênesis 4:1-15). Noé era um homem que “achou graça aos olhos do Senhor” e “andava com Deus” (Gênesis 6:8-9). Noé teve três filhos: Sem, Cam e Jafé (6:10), pelo menos um dos quais era réprobo — Cam (9:20-27).

O primogênito de Abraão foi Ismael (Gênesis 16:15-16). Abraão amava e orava por seu filho (Gênesis 17:18) e o circuncidou (17:23). Mas Ismael era incrédulo; ele não era o filho da promessa (17:20-21; Gálatas 4:21-31). Isaque e Rebeca tiveram dois filhos — Jacó e Esaú — ambos foram circuncidados e criados em um lar da aliança (Gênesis 25-27). Mas o próprio Deus disse sobre eles: “Amei Jacó, porém odiei Esaú” (Romanos 9:13).

Arão, irmão de Moisés, foi o primeiro sumo sacerdote de Israel, ele e seus filhos foram consagrados para o ministério sob a direção de Deus (Levítico 8–9), não obstante, dois de seus

filhos circuncidados, Nadabe e Abiú, foram “devorados” pelo “fogo que saiu do Senhor” quando “ofereceram fogo profano” diante dele (Levítico 10:1-2).

Samuel é um dos homens mais piedosos que encontramos na Escritura (1 Samuel 1-7). No entanto, seus filhos circuncidados, Joel e Abias, “não andaram nos caminhos dele [Samuel]; desviaram-se após o lucro desonesto, aceitaram subornos e perverteram a justiça” (1 Samuel 8:2-3). O sacerdote Eli é outro exemplo de um pai crente cujos dois filhos circuncidados, Hofni e Finéias, eram ímpios (1 Samuel 2:22). Então, há o rei Davi, que era “um homem segundo o coração de Deus” (1 Samuel 13:14), porém, tanto Absalão (2 Samuel 13-18) quanto Adonias (1 Reis 1-2) eram réprobos.

No início de seu Evangelho, João deixa claro que tanto a regeneração presumida quanto a eleição presumida são doutrinas falsas. Não são aqueles que nascem do sangue, mas aqueles que nascem de Deus que são membros do reino de Cristo (João 1:12-13). Em Romanos 9, o argumento do apóstolo Paulo para estabelecer o fato de que todos os descendentes judeus não são membros do verdadeiro Israel “pressupõe a impossibilidade de considerar os filhos de pais crentes como filhos cristãos”.^[267]

Como visto, a Bíblia está repleta de exemplos de crentes (homens e mulheres), vivendo em aliança com Deus, que criaram filhos réprobos. As doutrinas da regeneração e da eleição presumidas são estranhas à Palavra de Deus. Presumir que uma criança está no Pacto da Graça simplesmente porque um ou ambos os pais estão nesse pacto é presumir sobre a graça de Deus. Isso é um insulto à sua soberania divina e um erro grave.

Se o Batismo Infantil é Correto, Então Por Que a Comunhão Infantil Não Seria?

Entretanto, há outro problema para aqueles que adotam uma forma de regeneração presumida, um problema que já foi aludido anteriormente. Se for presumido que os filhos de pais crentes são regenerados ou eleitos, por que eles deveriam ser impedidos de participar da ceia do Senhor? Como observado em Êxodo 12 acima, sob a economia da Antiga Aliança, as crianças israelitas participavam da refeição da Páscoa (que prefigurava a ordenança do Novo Testamento da ceia do Senhor).

Por que, então, para qualquer pessoa, adulto ou criança, que é considerada estar dentro do Pacto da Graça no tempo da Nova Aliança, deveria ser negada a ceia, que, conforme a Confissão de Westminster (27:1) ensina, é para aqueles que estão dentro do Pacto? Novamente, os Padrões parecem ser contraditórios porque no Catecismo Maior (P. 177) diz: “a ceia do Senhor deve ser administrada... somente àqueles que têm idade e habilidade para se examinarem”, excluindo assim as crianças pequenas. Jewett abordou essa anomalia quando disse: “Tendo abraçado seus filhos na aliança ao lhes dar o batismo, os pedobatistas então os excluem dessa mesma aliança ao recusar-lhes a participação na refeição da aliança”.^[268]

Membros Comungantes e Não Comungantes

Alguns pedobatistas tentam lidar com esse problema recorrendo a Êxodo 12:26-27, versículos que, alegadamente, ensinam que as crianças israelitas não podiam participar da refeição da Páscoa até que fossem capazes de perguntar: “O que significa este culto?”. Em outras palavras, as crianças deveriam ter entendimento da Páscoa antes de participar dela.^[269] “O problema com isso”, como apontou Waldron, “é que os pedobatistas exigem muito mais de seus filhos, pois geralmente requerem uma confissão pessoal de fé antes que seus filhos possam participar da ceia do Senhor”.^[270] A mera compreensão do significado da Páscoa ou da ceia do

Senhor é bastante diferente do autoexame exigido por Paulo em 1 Coríntios 11:27-31.

Esse problema se manifesta nas igrejas pedobatistas de outra maneira. Frequentemente, há uma distinção entre membros da igreja que são “comungantes” e os “não comungantes”. Geralmente, há um momento em que os membros “não comungantes” se apresentarão diante dos oficiais da igreja (a “sessão”) para sua “confirmação”. Nesse momento, uma profissão de fé deve ser feita, após a qual os “que fazem sua profissão de fé” têm permissão para participar da ceia do Senhor e tornam-se membros “comungantes”. A confirmação é necessária para completar o batismo infantil.

Como A.A. Hodge escreveu: “Na medida em que mal entendemos ou ignoramos essa bela ordenança da confirmação, abandonamos à misericórdia de nossos irmãos batistas todo o fundamento racional do batismo infantil”.^[271] A dificuldade é que a Bíblia em lugar algum fala desse tipo de associação de membros na igreja, nem menciona um tempo de “confirmação”. Como Tim Gallant escreveu: “É notável que o Novo Testamento não mostre conhecimento de uma classe de membros da igreja que foram batizados, mas que não são comungantes”.^[272] Essas são maneiras humanas de lidar com uma visão falha da membresia da igreja, agravada pelo batismo infantil.

Somos Muitos Duros com os Filhos de Crentes?

Considerado muitas vezes como pessoas excessivamente rigorosos com os filhos dos crentes, os batistas são frequentemente criticados por considerá-los tão indignos quanto aqueles que estão fora da igreja. Afinal, argumentam os críticos, “nossos filhos devem ser considerados como ‘ímpios’ e ‘indignos’, incapazes de participar na adoração de Deus?”. Greg Nichols respondeu a essa afirmação da seguinte maneira:

Então, será que nós não nos importamos com as almas de nossos filhos? Não desejamos que eles sejam salvos? Claro que nos importamos. Além disso, temos até uma boa esperança de que eles serão salvos. Deus normalmente, ordinariamente, usa o treinamento dos pais para a salvação dos filhos. Mas não temos “certeza” de que nossos filhos serão salvos. A salvação deles não é uma certeza. Não, por mais doloroso que seja... a salvação de nossos amados filhos ainda está nas mãos e na vontade do Deus soberano, que endurece a quem quer e tem misericórdia de quem quer. Deus ainda é soberano, mesmo quanto a este assunto da salvação de nossos filhos.

Devemos aprender a dizer, mesmo sobre esse assunto que toca as profundezas de nosso ser: “não a minha, mas a tua vontade seja feita”. Abraão disse: “Ah, se ao menos Ismael pudesse viver diante de ti” [Gênesis 17:18]. Esse também é o desejo de nosso coração por nossos filhos. Eu só posso falar pessoalmente agora... Eu amo meus filhos. Sempre os amarei. Anseio e oro para que eles sejam salvos. Oro com eles, os ensinos na fé cristã, os guio e moldo na criação cristã da melhor maneira possível. Deus normalmente usa isso. Suplico que ele faça isso no caso deles, sim, especialmente em nosso tempo, suplico que ele os salve enquanto são jovens, antes de prejudicarem suas vidas com os estragos do pecado.

Entretanto, irmãos, eu não posso exigir isso de Deus. Ele não tem obrigação para comigo de salvar os meus filhos. Preciso submeter minha vontade ao seu amor soberano e eletivo. Até que manifestem, como qualquer outro pecador, os frutos da conversão, devemos enfrentar o fato de que não temos fundamentos bíblicos para afirmar que nossos filhos são eleitos.^[273]

Os batistas reformados possuem uma visão acerca de seus filhos que é de natureza pactual. Eles acreditam que os filhos de pais crentes têm um *status* dentro da igreja visível, não como membros da igreja, mas como membros de suas respectivas famílias. A família é a principal instituição “pactual” que Deus ordenou (Gênesis 1:26-28; 2:24; Efésios 5:22-6:4), e as famílias vão juntas à igreja, ouvem a Palavra pregada e assim por diante. Dessa forma, os filhos de pais crentes estão relacionados pactualmente com a igreja por meio de suas famílias. Eles não devem ser considerados “estranhos” em sua relação com a igreja, mas na posição privilegiada de estar

associados à igreja por meio de sua família. Então, é somente quando fazem uma profissão crível de fé em Cristo que essas crianças devem ser batizadas e ingressar na igreja.^[274]

Ao mesmo tempo, curiosamente, ser rigoroso demais com os filhos dos crentes é precisamente o que os pedobatistas implicam quando negam o acesso dos (assim chamados) “filhos da aliança” à ceia do Senhor. A Confissão (29.8) diz que:

Todas as pessoas ignorantes e ímpias, como tais são incapazes de desfrutar de comunhão com ele [Cristo]... são também indignos da mesa do Senhor e não podem, sem cometerem grande pecado contra Cristo, enquanto elas permanecem assim, participar desses santos mistérios ou ser admitidos a eles.

Aqui, os teólogos de Westminster deixaram claro que os “ignorantes e ímpios” é que são “inaptos” para vir à ceia. E é precisamente isso que os pedobatistas parecem estar afirmando (implicitamente) sobre os “filhos da aliança”, quando os proíbem de participar do pão e do vinho na comunhão com Cristo.

Sobre este tema, Charles Spurgeon escreveu:

Fico surpreso que um bebê inconsciente^[275] seja feito participante de uma ordenança [batismo] que, segundo o ensino claro das Escrituras, exige a confiança consciente e completa de coração da parte daquele que a recebe. Pouquíssimas pessoas, se houver alguma, seriam capazes de argumentar que os bebês deveriam receber a ceia do Senhor. Mas não há mais respaldo bíblico para trazê-los para participarem de uma ordenança do que para trazê-los para participarem da outra.^[276]

Como o Catecismo de Heidelberg, Bavinck, Murray, Hodge, Warfield, Marcel e Calvino podem fazer as afirmações que fazem sobre a descendência dos pais cristãos é, de fato, algo paradoxal. Em lugar algum da Bíblia Deus faz promessas aos eleitos quanto à salvação de seus filhos naturais. Pelo contrário, a promessa é para aqueles que nascem “não do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus” (João 1:13).

Este Sacramento, Pela Própria Designação de Cristo, Deve Continuar em Sua Igreja Até o Fim do Mundo

A parte final da definição de batismo encontrada na Confissão (28.1) não requer muitos comentários. Credobatistas e pedobatistas concordam neste ponto: o batismo é um sacramento que Cristo instituiu e, por sua própria designação, deve ser continuado até que ele venha novamente para inaugurar o reino da glória.

Como visto acima, no entanto, o tipo de batismo que Cristo ordenou é o batismo de discípulos ou batismo das pessoas que confessam sua fé. Esse é um batismo que vem em seguida à comissão: “fazei discípulos de todas as nações” (Mateus 28:19). Esse é um batismo intimamente associado à fé salvífica. Quando alguém crê na promessa do evangelho, ele se torna discípulo de Cristo. Então, tal pessoa deve ser batizada e ensinada a obedecer a tudo o que Cristo lhes ordenou (Mateus 28:20). Como afirmou Hodge:

Ao batismo, pode ser atribuído adequadamente tudo o que as Escrituras atribuem à fé. O batismo lava o pecado (Atos 22:16); une-nos a Cristo e nos faz filhos de Deus (Gálatas 3:26-27); nele somos sepultados com Cristo (Romanos 6:3); ele é (de acordo com uma interpretação de Tito 3:5) a lavagem da regeneração. No entanto, tudo isso é dito com a suposição de que ele é o que pretende ser, um ato de fé.^[277]

No entanto, isso, é claro, exclui o batismo infantil. Não temos o direito de batizar pessoas a menos que tenhamos razão bíblica para acreditar que elas chegaram à fé salvífica em Jesus Cristo.

Conclusão

A Confissão de Westminster (28.1) forneceu uma definição muito apropriada do sacramento do batismo nas águas. Essa é uma definição apoiada pelo ensino claro da Palavra de Deus. Outras seções da Confissão, assim como os Catecismos, confirmam o que é declarado nesta definição. Mas há uma inconsistência entre o que é ensinado em 28.1 e o que está contido em 28.4 (que os bebês devem receber o mesmo batismo que seus pais crentes).

Os teólogos não podem ter o melhor dos dois mundos. Se 28.1 está correto em sua definição (e está), então o batismo infantil não tem lugar na igreja de Jesus Cristo. “Desde os tempos mais antigos, o batismo infantil tem sido uma prática em busca de uma teologia; e em muitos lugares, ainda é assim hoje”.^[278] Pode-se afirmar, com Jim Savastio, “que não há um único vestígio de evidência nas páginas do Antigo ou do Novo Testamento para apoiar a ideia de que os filhos dos crentes devem ser batizados. Cada mandamento bíblico e cada exemplo bíblico, bem como cada declaração doutrinária sobre a natureza do batismo, provam que ele é apenas para os crentes”.^[279]

Karl Barth escreveu:

Do ponto de vista de uma doutrina do batismo, o batismo infantil dificilmente pode ser preservado sem artifícios e sofismas exegéticos e práticos — a prova do contrário ainda precisa ser fornecida! Uma pessoa pode preservar o batismo infantil apenas se estiver resolvido a fazer isso com base em razões que... estão fora das passagens bíblicas sobre o batismo e fora da própria razão.^[280]

John Gill resumiu adequadamente a posição adotada neste livro:

Não há precedente para o batismo de bebês na Palavra de Deus. Entre o vasto número de pessoas que foram ao batismo de João a partir de todos os lugares, não lemos sobre nenhum bebê que tenha sido trazido para esse propósito ou que tenha sido batizado por ele. E embora mais pessoas tenham sido batizadas por Cristo do que por João, isto é, pelos apóstolos de Cristo, sob sua ordem, contudo, não há menção de nenhum bebê batizado por eles; e embora três mil pessoas tenham sido batizadas de uma vez, não havia nenhum bebê entre elas. E em todos os relatos de batismo nos Atos dos Apóstolos em diferentes partes do mundo, não é dada um único exemplo de batismo infantil.

De fato, há menção de famílias ou casas batizadas, e os pedobatistas tentam se aproveitar disso; mas eles devem ter certeza de que havia bebês nessas famílias e que eles foram batizados, ou então terão um fundamento muito frágil para sua prática de batizar bebês; já que não possuem bebês entre seus membros, como podem ter certeza de que havia crianças nas famílias que as Escrituras mencionam? Cabe a eles provar que havia bebês nelas e que esses bebês foram batizados ou então a alegação desses eventos não serve para nada... Não havendo, portanto, preceito nem precedente na Palavra de Deus para o batismo infantil, pode ser justamente condenado como algo não bíblico e sem fundamento.^[281]

Soli Deo Gloria!



A editora *O Estandarte de Cristo* nasceu em 2013 com o propósito de publicar traduções de autores bíblicos fiéis, para a glória de Deus. Fizemos as primeiras publicações no dia 2 de dezembro de 2013 (publicação de 4 eBooks). De lá para cá já são mais de 10 anos e centenas de traduções de autores bíblicos fiéis, sobre diversos temas da fé cristã.

Somos uma editora de fé cristã batista reformada e confessional. Estamos firmemente comprometidos com as verdades bíblicas fielmente expostas na Confissão de Fé Batista de 1689.

OEstandarteDeCristo.com

[1] Benjamin B. Warfield, *Selected Shorter Writings*, editado por John E. Meeter (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1973), II:660.

[2] Citado na contracapa da Confissão de Fé de Westminster (Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1994). Todas as citações dos Padrões de Westminster, que incluem a Confissão de Fé de Westminster e os Catecismos Maior e Menor, são provenientes desta publicação. O inglês foi modernizado. Observa-se que, quando este autor afirma concordar com o que Warfield e Baxter disseram sobre os Padrões de Westminster, o mesmo poderia ser dito (com certas nuances aqui e ali) sobre a confissão de fé dos congregacionais, a Declaração Savoy (1658) e a Confissão Batista de Londres de 1689, pois cerca de 90% das doutrinas ensinadas por essas três confissões estão em concordância entre si. Veja Errol Hulse, *The Testimony of Baptism* (Sussex: Carey Publications, 1982), 57.

[3] Novamente, uma declaração semelhante poderia ser feita (com certas nuances) em relação à Declaração Savoy e à Confissão Batista de Londres de 1689. Abordaremos isso mais adiante.

[4] John Murray, *Christian Baptism* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1980), 69.

[5] Citado em T.E. Watson, *Should Babies Be Baptized?* (London: Grace Trust, 1962, 1995), 41.

[6] Peter Toon, *Born Again: A Biblical and Theological Study of Regeneration* (Grand Rapids: Baker, 1987), 65.

[7] Louis Berkhof, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1939, 1941), 623, 634.

[8] Fred A. Malone, *A String of Pearls Unstrung: A Theological Journey Into Believers' Baptism* (Cape Coral, FL: Founders Press, 1998), 45-46.

[9] Henry Danvers, *A Treatise on Baptism* (Harrisonburg, VA: Sprinkle Publications, 2004), 89-90.

[10] Discutiremos isso mais detalhadamente abaixo.

[11] Jonathan Edwards praticou o batismo infantil ao longo de sua vida ministerial; no entanto, é evidente que ele lutou com as implicações do pedobatismo. Em uma de suas *Miscelâneas*, após uma discussão bastante extensa sobre o tema do batismo infantil, ele escreveu: “essas coisas sobre o batismo são duvidosas”. Veja *The Works of Jonathan Edwards*, Volume 18, editado por Ava Chamberlain, *The “Miscellanies”* 501-832 (New Haven, CT: Yale University Press, 2000), *Miscellany* 595. Josh Moody destaca que durante a Controvérsia da Comunhão, na qual Edwards esteve totalmente envolvido com a igreja congregacional que

pastoreava em Northampton, ele ensinou corretamente à sua congregação que, segundo a Escritura, a igreja do Novo Testamento deve ser um corpo composto por cristãos genuínos. A inconsistência aqui, diz Moody, é que, embora Edwards estivesse correto em sua compreensão acerca da visão bíblica da igreja, tal visão “poderia ser logicamente expressa apenas dentro de um contexto batista”. Veja Moody, *The God-Centered Life* (Vancouver: Regent College Publishing, 2006, 2007), 149.

[12] F.M. Iams, *Behind the Scenes* (Nappanee, IN: The Baptist Bookshelf, 1994), 26.

[13] Berkhof, *Systematic Theology*, 639.

[14] Citado em Michael T. Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes* (Auburn, MA: B & R Press, 2001), 129.

[15] J.M. Pendleton, *Three Reasons Why I am a Baptist* (Nashville: Baptist Publishing House, 1856; reimpresso por Stacy Printing Company, Buffalo, IA, 1989), 75.

[16] Benjamin B. Warfield, “The Polemics of Infant Baptism”, *Studies in Theology* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1988), 406.

[17] Martyn Lloyd-Jones, *Romans: An Exposition of Chapter 6: The New Man* (Grand Rapids: Zondervan, Ministry Resources Library, 1972), 31.

[18] Citado em Alfred P. Gibbs, *Christian Baptism* (Kansas City: Walterick Publishers, 1966), 42-43.

[19] Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*, 66, 71.

[20] Nota de tradução: No original, Crampton cita o “The Shorter Catechism: A Baptist Version (Q. 102)”.

[21] Talvez seja melhor referir-se ao batismo dos “que confessam a fé” em vez de ao batismo de crentes ou discípulos, porque nem todos que confessam Cristo como Salvador e Senhor e são batizados são verdadeiros crentes e discípulos (veja Atos 8:9-24). Isso, no entanto, está de acordo com o que Jesus ensinou em Marcos 16:15-16, que o batismo é para aqueles que “creem”, ou seja, que confessam sua fé em Jesus Cristo.

[22] Oscar S. Brooks, *The Drama of Decision: Baptism in the New Testament* (Peabody, MA: Hendrickson Publishers, 1987), 62-63.

[23] Parece que os parágrafos 1 e 6 do capítulo 28 (“a eficácia do batismo não está vinculada àquele momento em que é administrado”) da Confissão de Fé de Westminster não são coerentes entre si, pois 28:1 indicaria certamente que “a eficácia do batismo” estaria “vinculada àquele momento em que é administrado”. Esses erros são corrigidos pela Confissão Batista de Londres de 1689 (29.2), onde, ao falar dos sujeitos da ordenança do batismo de água, ela afirma: “Aqueles que realmente professam o arrependimento para com Deus, fé em e obediência ao nosso Senhor Jesus Cristo são os únicos sujeitos apropriados dessa ordenança”.

[24] Paul K. Jewett, “Baptism (Baptist View)”, *Encyclopedia of Christianity*, editado por Edwin H. Palmer (Wilmington, DE: National Foundation For Christian Education, 1964), 521.

[25] William Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1866), 249ff.

[26] Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation*, 262ff.

[27] Cunningham, *The Reformation and the Theology of the Reformation*, 246.

[28] James Bannerman, *The Church of Christ*, (Edmonton, Alberta: Still Water Revival Books, 1869, 1991), II:108-109.

[29] Neville Clark, “The Theology of Baptism”, *Christian Baptism*, editado por A. Gilmore (London: Lutterworth Press, 1959), 320.

[30] *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*, editado por Joyce M. Hawkins and Robert Allen (Oxford: Clarendon Press, 1991), 1272.

[31] No final das contas, é claro que não podemos saber quem é ou quem não é um crente genuíno. Tudo o que podemos fazer é confiar em uma profissão de fé credível, conforme Romanos 10:9-10. Alguns pedobatistas enfatizam esse ponto de “incerteza” muito fortemente. Mas isso levanta a seguinte questão: O problema não é determinar se o pecador que confessa sua fé é com certeza um cristão. Pelo contrário, como afirmado, isso tem a ver com uma profissão crível.

[32] Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation*, 262.

[33] Berkhof, *Systematic Theology*, 656. Em suas *Antiquities* (11:4:8), Flávio Josefo registrou que homens, mulheres e crianças participavam da festa da Páscoa; *The Works of Josephus* (Peabody, MA: Hendrickson Publishers, 1987), traduzido por William Whiston; veja também Emil G. Hirsch, “Passover”, *Jewish Encyclopedia* IX (Nova York: Funk and Wagnalls, 1905).

[34] Norman L. Geisler, editor, *What Augustine Says* (Grand Rapids: Baker, 1982), 39.

[35] Paulo ensina isso em 2 Coríntios 3. Isso também é evidente em Lucas 9:28-36, no relato da transfiguração de Jesus.

Aqui vemos que Cristo (representando a revelação do Novo Testamento) encontrou-se com Moisés e Elias (representando respectivamente a lei e os profetas, ou seja, a revelação do Antigo Testamento). Então nos é dito que Cristo supera tanto Moisés quanto Elias. Veja também a Confissão de Fé de Westminster (7.5-6).

[36] Warfield, *Studies in Theology*, 399.

[37] John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*, John T. McNeill, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster, 1960), IV:16:6.

[38] *Westminster Confession of Faith*, 382-383.

[39] A.A. Hodge é alguém que errou ao extremo nesse ponto quando disse que “a circuncisão significava e obrigava exatamente ao que o batismo faz” e que “o batismo ocupou exatamente o lugar da circuncisão”; *The Confession of Faith* (Edimburgo: Banner of Truth Trust, 1958, 1983), 347.

[40] Embora no tempo do Novo Testamento a circuncisão tenha perdido seu significado teológico e pactual, isso não significa que os judeus não pudessem mais circuncidar seus filhos homens. De fato, em Atos 21:17-25, mesmo após a conversão, os judeus foram encorajados por Paulo e por Tiago fazerem isso. Por outro lado, Paulo não ensinou aos cristãos gentios que adotassem a circuncisão. O que o apóstolo se opôs veementemente foi ao aspecto legalista da circuncisão.

[41] É extraordinário que um teólogo da estatura de B.B. Warfield afirme que o Concílio de Jerusalém concluiu que a circuncisão não era mais necessária porque o batismo havia ocupado seu lugar (*Studies in Theology*, 404-405). John Frame chega a uma conclusão um tanto semelhante (*The Doctrine of the Christian Life* [Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 2008], 209). Como observado, em todo o debate registrado em Atos 15, nenhuma palavra sobre batismo é mencionada.

[42] Greg Welty, *A Critical Evaluation of Infant Baptism* (Fullerton, CA: Reformed Baptist Publications, s. d.), 11. Curiosamente, os judeus messiânicos (ou “completos”) hoje continuam a prática da circuncisão infantil, mas aderem ao batismo das pessoas que confessam sua fé (Einwechter, *Lectures on Baptism and the Covenant*, 66).

[43] A circuncisão no Antigo Testamento não era para Abraão e todos os seus “filhos”, era para Abraão e para seus filhos homens apenas (veja Gênesis 17).

[44] A analogia entre a circuncisão e o batismo feita por Paulo em Colossenses 2:11-12 será discutida abaixo.

[45] William O. Einwechter, *Ethics & God's Law: An Introduction to Theonomy* (Mill Hall, PA: Preston/Speed Publications, 1995), 43.

[46] Esse assunto gerou uma questão teológica no Sul pré-Guerra Civil sobre o batismo de escravos. Houve opiniões mistas sobre o assunto e ele nunca foi realmente resolvido quanto a definir se isso era ou não uma aplicação adequada no tempo da Nova Aliança.

[47] Gênesis 14:14 diz que Abraão tinha “¹⁴ trezentos e dezoito homens dos mais capazes, nascidos em sua casa”.

[48] Paul K. Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace* (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), 98.

[49] William O. Einwechter, *Lectures on Baptism and the Covenant* (Boerne, TX: unpublished manuscript, 2004), 31.

[50] O “pacto intermediário” adotado pelas congregações da Nova Inglaterra no século XVII, tentou sem sucesso lidar com esse problema. Os bebês de pais não convertidos que, no entanto, levavam vidas morais, eram batizados se os avós fossem crentes. Mais tarde, a necessidade de avós convertidos foi abandonada; qualquer criança poderia ser batizada se viesse de uma família da igreja que fosse pelo menos moralmente correta. Como era de se esperar, uma grande laxidão se instalou e o fervor espiritual dentro da igreja tornou-se praticamente nulo. O “pacto intermediário”, como reconhecido por quase todos, foi um fracasso abismal. Veja M.A. Noll, “Halfway Covenant”, *Evangelical Dictionary of Theology*, editado por Walter A. Elwell (Grand Rapids: Baker, 1984), 492.

[51] Mais sobre isso será estudado abaixo.

[52] John Owen, *An Exposition of the Epistle to the Hebrews* (Edinburgh: The Banner of Truth Trust, 1991), VI:118.

[53] William Shirreff, *Lectures on Baptism* (Paris, AR: The Baptist Standard Bearer, 1987), 129.

[54] A citação de Ezequiel 44:9 assume, com os teólogos de Westminster, que o templo glorioso de Ezequiel 40-48 tem a ver com a igreja de Deus no tempo do Novo Testamento. Veja *Westminster Confession of Faith*, 395ff. Veja também Matthew Henry, *Commentary on the Whole Bible* (Old Tappan, NJ: Fleming H. Revell, s. d.), IV:980; e Jonathan Edwards, *The Works of Jonathan Edwards*, Volume 20, editado por Amy Plantinga Pauw, *The “Miscellanies”* 833-1152 (New Haven, CT: Yale University Press, 2002), *Miscellany* 1104.

[55] Seria algo presunçoso assumir que os bebês de crentes são necessari-

amente aqueles pelos quais Cristo morreu. Se esses bebês mais tarde chegarem ao conhecimento salvador de Cristo, então devem ser batizados. As falsas doutrinas da regeneração batismal, regeneração presumida e eleição presumida serão discutidas abaixo.

[56] Nesse sentido, como Calvino apontou, todas as pessoas que são salvas, tanto no Antigo quanto no Novo Pacto (os eleitos), são salvas sob o Novo Pacto; isto é, Cristo é o único Salvador de todos os eleitos (Hebreus 10:5-18; 12:10) (Institutas II:11:10).

[57] A frase em latim “de jure” (“por lei” ou “por direito”) é usada para se referir àqueles que têm um “direito legal” de serem membros da comunidade do Novo Pacto, em oposição àqueles que são apenas “de facto” (“de fato”) membros.

[58] Mais será dito sobre a distinção entre a igreja visível e a igreja invisível abaixo.

[59] A promessa da terra de Canaã está tão intrinsecamente ligada ao pacto abraâmico que no Pentateuco sozinho, de Gênesis 17 (onde Deus deu a Abraão o sinal do pacto da circuncisão) até o final de Deuteronômio (quando Israel está nas planícies de Moabe, prestes a entrar na terra de Canaã), a “terra” é mencionada mais de 650 vezes. Além disso, o livro de Josué, que trata da entrada da descendência de Abraão na terra, se refere à terra como “herança” de Israel mais de 30 vezes. Veja Keith A. Mathison, *From Age to Age: The Unfolding of Biblical Eschatology* (Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 2009), 72, 83.

[60] Somente quando não havia herdeiros masculinos as mulheres ganhavam uma herança em Canaã (Números 27:1-11).

[61] O fato de que a circuncisão estava inexoravelmente relacionada à terra de Canaã é ainda mais apoiado pelo fato de que a geração que vagou no deserto não recebeu o sinal do pacto até entrar na terra prometida (Josué 5:2-9). Além disso, não há indicação de que aqueles convertidos em Nínive foram obrigados a se submeter à circuncisão, pois eles não estavam na terra de Canaã (Jonas 3). Havia muitas pessoas convertidas na era do Antigo Testamento que não estavam na terra de Canaã e, portanto, nunca receberam o sinal da circuncisão, por exemplo: Melquisedeque (que era maior do que Abraão [Hebreus 7]), Sem (que ainda estava vivo quando Abraão estava na terra de Canaã), Ló (que pelo que sabemos não foi circuncidado), e mais tarde Naamã em 2 Reis 5. Para mais sobre isso, veja Jonathan Edwards, *Seleções dos Escritos Inéditos de Jonathan Edwards da América*, editado por Alexander B. Grosart (Ligonier, PA: Soli Deo Gloria Publications, 1992), 103. Aqui, Jonathan Edwards argumentou fortemente que Josué 5:2-9 ensina que “a circuncisão era originalmente um selo da promessa da terra de Canaã”. Veja também James B. Jordan, *A Lei do Pacto* (Tyler, TX: Institute for Christian Economics, 1984), que es-

creveu que há uma “conexão entre o rito da circuncisão” e Israel na terra prometida (255).

[62] Robert E. Fugate, *Some Continuities and Discontinuities between the Older and Newer Testament* (Omaha; Thy Word is Truth Publishers, 2001), 24.

[63] Em seu contexto apropriado, Romanos 4 trata da “imputação”, em que Paulo usa Abraão e Davi como exemplos do Antigo Testamento. O trecho não tem nada a ver com a descendência física de Abraão; trata-se da sua descendência espiritual.

[64] G.R.Beasley-Murray escreve: “Assim, o ‘selo do Espírito’ não é nem o batismo em água, nem um batismo do Espírito divorciado do rito do batismo... o ‘selo do Espírito’ é um sinônimo para a posse do Espírito garantida no batismo”; *Batismo no Novo Testamento* (Grand Rapids: Eerdmans, 1962), 174-175.

[65] É importante observar que Deuteronômio 30:1-6 é uma clara referência à era do Novo Testamento. Fala de um coração circuncidado para Israel depois que a nação sofreu no exílio e retornou para casa.

[66] Donald Guthrie, *New Testament Theology* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1981), 756.

[67] George Eldon Ladd, *A Theology of the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1974, 1986), 548.

[68] Gregory G. Nichols, *Outline of Sunday School Studies on Infant Baptism* (Montville, NJ: unpublished, 1983, 1984), 7.

[69] Samuel E. Waldron, *A Modern Exposition of the 1689 Baptist Confession of Faith* (Darlington, England: Evangelical Press, 1989, 2005), 351.

[70] Leonhard Goppelt, *Typos: The Typological Interpretation of the Old Testament in the New*, 144-145, Citado em Einwechter, *Lectures on Baptism and the Covenant*, 23.

[71] Jonathan Edwards, *The Works of Jonathan Edwards*, Vols. 1 & 2 (Carlisle: Banner of Truth Trust, 1974 [1834]), 1:463. Para um ensinamento semelhante de João Calvino, consulte suas Institutas (IV:11:1-14)

[72] Lucas 9:31 “literalmente” diz que Moisés e Elias, os representantes do Antigo Testamento da lei e dos profetas, estavam falando com Cristo sobre a sua “partida” [êxodo] que Ele estava prestes a “cumprir” {pleroo}.

[73] Waldron, *A Modern Exposition of the 1689 Baptist Confession of Faith*, 167.

[74] John Calvin, *Commentaries*, Vols. 1-22 (Grand Rapids: Baker, 1981), *Commentary* on Psalm 103:17.

[75] John Calvin, *Selected Works of John Calvin: Tracts and Letters*, editado por Henry Beveridge and Jules Bonnet (Grand Rapids: Baker, 1983), III:109.

[76] Citado em Lewis Bevens Schenck, *The Presbyterian Doctrine of Children in the Covenant* (Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 1940), 18.

[77] Charles Hodge, “The Church Membership of Infants”, *Princeton Review* (XXX, 1958), 353-354.

[78] Murray, *Christian Baptism*, 59.

[79] Veja Philip Schaff, editor, *The Creeds of Christendom* (Grand Rapids: Baker, 1983), Volume III.

[80] Deus promete certas bênçãos às crianças em famílias cristãs em pas-

sagens como Deuteronômio 30:6; Jeremias 32:39-40; e 1 Coríntios 7:14, que serão abordadas abaixo.

[81] Calvin, *Selected Works*, III:109.

[82] Citado em Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*, 83.

[83] Einwechter, Palestras sobre Batismo e a Aliança, 59. O fato de ser batizado depende de o arrependimento já ter ocorrido é fortalecido pela diferença entre a forma verbal ativa da segunda pessoa do plural usada com “arrependei-vos” (ou seja, todos “vocês” [plural] são chamados a se arrepender) e a forma verbal passiva da terceira pessoa do singular usada com “seja batizado” (apenas “ele” [singular] que se arrepende deve ser batizado).

[84] É muito concebível que, quando Pedro diz que “a promessa é para vós [os judeus] e para vossos filhos” (Atos 2:39), ele esteja se referindo a Mateus 27:25, onde lemos que os judeus, ao clamar pela crucificação de Jesus Cristo, invocaram uma maldição sobre si mesmos e sobre seus filhos: “O sangue dele [de Cristo] caia sobre nós e sobre nossos filhos”. Em Atos 2:39, Pedro está dizendo aos judeus que Deus ainda está pronto para perdoar aqueles que crucificaram Seu Filho e seus filhos se eles se arrependerem e se voltarem para Cristo em fé (como é manifestado no batismo). Então, eles receberão o Espírito Santo. Veja John Tombes, citado em Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*, 83. Também é possível, como Martyn Lloyd-Jones acreditava, que a promessa “para vossos filhos” em Atos 2:39 se refira, não à descendência física imediata dos judeus presentes, mas às gerações judaicas que seguiriam ao longo dos séculos; Martyn Lloyd-Jones, *The Church and the Last Things* (Wheaton, IL: Crossway Books, 1998), 40.

[85] Samuel E. Waldron, *Biblical Baptism: A Reformed Defense of Believer’s Baptism* (Grand Rapids: Truth for Eternity Ministries, 1998), 54.

[86] J.L. Dagg, *Manual of Church Order* (Harrisonburg, VA: Gano Books, 1990), 177. Negar a importância da cláusula limitante na declaração de Pedro, conforme o pedobatismo, virtualmente garantiria a salvação de todas as crianças de crentes.

[87] I. Howard Marshall, *Tyndale New Testament Commentaries: Acts* (Leicester, England: InterVarsity Press; Grand Rapids: Eerdmans, 1980), 81-82.

[88] Albert Barnes, *Barnes’ Notes*, editado por Robert Frew (Grand Rapids: Baker, n.d.), comentário em Atos 2:39.

[89] Digo “crença professada” porque, como mencionado anteriormente, não podemos ter certeza da conversão de uma pessoa. Hebreus 8 diz que a comunidade do Novo Testamento (a igreja visível) deve consistir em crentes. E embora possa haver não-crentes dentro dessa comunidade, como vimos, eles são membros de facto, não de jure.

[90] Charles H. Spurgeon, “Consecration to God, Illustrated by Abraham’s Circumcision”, *The Metropolitan Tabernacle Pulpit* (London: Passmore and Alabaster, 1856-1908), Lord’s Day morning, December 13, 1868; Citado em David Kingdon, *Children of Abraham* (Sussex, England: Carey Publications, 1073, 1975), 60-61.

[91] Einwechter, *Lectures on Baptism and the Covenant*, 75.

[92] William Hendriksen, *New Testament Commentary: Exposition of the Gospel According to John* (Grand Rapids: Baker, 1953, 1979), I:81.

[93] A argumentação foi feita por defensores do batismo infantil de que a Bíblia não nos apresenta nenhum exemplo de alguém que tenha nascido de pais crentes e, ao crescer, tenha sido batizado. Isso, segundo eles, seria um argumento contra o batismo baseado na confissão de fé. No entanto, isso não é um argumento contra o batismo baseado na fé. O fato de a grande comissão em Mateus 28:19-20 e Marcos 16:15-16 ordenar o batismo dos crentes nos assegura que as crianças que cresceram em lares cristãos e fizeram uma profissão crível de fé em Cristo seriam (ou deveriam ser) batizadas. Além disso, se a circuncisão e o batismo forem a mesma coisa, como argumentam os defensores do batismo infantil, então todo judeu crente e batizado (como os apóstolos) é um exemplo de uma criança que cresceu e recebeu o sacramento do batismo do Novo Testamento.

[94] Karl Barth, *The Teaching of the Church Regarding Baptism*, traduzido por Ernest A. Payne (London: SCM Press, 1948), 42. Observa-se que quando os comentários perspicazes de Barth sobre o batismo são citados ou mencionados neste texto, isso de forma alguma sugere que o autor endossa a teologia neo-ortodoxa do Dr. Barth.

[95] Charles Hodge, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977), III:541

[96] Charles Hodge, *The Geneva Series of Commentaries: Romans* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1983), 194.

[97] Existem defensores do batismo infantil que, como resposta a esse argumento do silêncio, afirmam que a Escritura é silenciosa em relação às mulheres participarem da Ceia do Senhor; no entanto, pela inferência, nos é ensinado que elas devem participar (Robert L. Reymond, por exemplo, observa com aprovação que este é o argumento de David C. Jones [Uma Nova Teologia Sistemática da Fé Cristã {Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1998}, 936]). Este argumento não tem fundamento. Em 1 Coríntios 11:23-27, o apóstolo Paulo instrui os membros da igreja em geral sobre a participação na Ceia. Que havia

mulheres entre eles é expressamente ensinado em 1 Coríntios 14:34-35. Além disso, em 1 Coríntios 11:28, quando Paulo exorta os coríntios a se examinarem (“mas examine-se o homem a si mesmo, e assim coma deste pão e beba deste cálice”), ele usa o termo grego *anthropos* para “homem”, que é uma palavra genérica, aplicável tanto a homens quanto a mulheres. Não há tal “inferência” na Escritura em relação ao batismo de crianças. Se houvesse, não haveria discordância sobre o assunto, assim como não há discordância entre batistas e defensores do batismo infantil em relação às mulheres participarem da Ceia do Senhor. Outros defensores do batismo infantil, concordando que não há exemplo específico de um bebê sendo batizado no Novo Testamento, argumentam que também não há exemplo de uma criança criada em uma família cristã que seja posteriormente batizada (Gregg Strawbridge, “As Polêmicas do Anabatismo Desde a Reforma”, O Caso Para o Batismo Infantil Covenantal, editado por Gregg Strawbridge [Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 2003], 269). Em primeiro lugar, a ausência de menção explícita dessas crianças crescendo em um lar cristão e sendo posteriormente batizadas é um *non sequitur*, pois o ônus da prova aqui recai sobre o defensor do batismo infantil para mostrar exemplos de bebês sendo batizados. Em segundo lugar, há quase nenhum exemplo no Novo Testamento de crianças crescendo em famílias crentes, então a ausência mencionada acima não é de forma alguma incomum. Veja Curt Daniel, “O Batismo do Crente” (Springfield, IL: Reformed Bible Church, s.d.), 10. E em terceiro lugar, não há necessidade de um exemplo de uma criança que cresceu e professou fé em Cristo ser batizada, porque nos é dito em Atos 2:38-41 que todas as pessoas que se arrependem e professam fé em Cristo (“você e seus filhos”) devem ser batizadas.

[98] Philip Mauro, *Concerning Household Baptism*, Citado em Gibbs, *Christian Baptism*, 147.

[99] Pierre Charles Marcel, por exemplo, comentou que “o silêncio do Novo Testamento sobre o batismo de bebês milita a favor, e não contra, essa prática”; A Doutrina Bíblica do Batismo Infantil (Londres: James Clarke, 1953), 191. Veja David Kingdon, “O Argumento do Silêncio na Apologética Reformada do Batismo Infantil”, *Reforma Hoje*, Nº 3, Outono de 1970, 6-9.

[100] R. C. Sproul, *Essential Truths of the Christian Faith* (Wheaton, IL: Tyndale House, 1992), 228.

[101] Fred A. Malone, *The Baptism of Disciples Alone* (Cape Coral, FL: Founders Press, 2003), 163.

[102] Mathison, *From Age to Age: The Unfolding of Biblical Eschatology*, 347.

[103] Ralph Earle, *The NIV Study Bible*, editado por Kenneth Barker (Grand Rapids: Zondervan, 1985), note on Matthew 3:11.

[104] Josephus, *Antiquities* 18:5:2. Comentando esta parte das Antiquidades de Josefo, Mantey escreveu que no ensino de João Batista havia uma “necessidade de arrependimento genuíno como pré-requisito para o batismo”; Julius Robert Mantey, “New Testament Backgrounds”, *The Biblical Expositor* (Philadelphia: A. J. Holman Company, 1960), editado por Carl F. H. Henry, III:7.

[105] John Piper, “I Baptize You with Water” (DesiringGod.org, sermon on May 4, 1997), 3.

[106] Daniel, “Believer’s Baptism”, 2.

[107] Citado em Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 24.

[108] Josephus, *Antiquities* 18.5.2.

[109] Kingdon, *Children of Abraham*, 36.

[110] Calvin, *Institutes* IV:15:7-8; 16:27. Calvino acreditava que o batismo de João Batista e o batismo de Cristo e de seus apóstolos eram basicamente a mesma coisa. John Murray, por outro lado, negou que o batismo de João seja identificado com o batismo instituído por Cristo (*Christian Baptism*, 1).

[111] Toon, *Born Again*, 23.

[112] A Bíblia também deixa claro que Paulo não se tornou um “discípulo” até depois de sua conversão (Atos 9:26). Fred Malone escreveu: “Cada uso da palavra discípulo no Novo Testamento se refere a um seguidor consciente e disposto de um mestre” (*The Baptism of Disciples Alone*, 159).

[113] Arthur W. Pink, *Exposition of the Gospel of John* (Grand Rapids: Zondervan, 1975), 157.

[114] Warfield, *Studies in Theology*, 399.

[115] Kingdon, *Children of Abraham*, 35.

[116] John Gill, *An Exposition of the New Testament* (Paris, AR: The Baptist Standard Bearer, 1989), 1:376.

[117] R. L. Dabney, *Lectures in Systematic Theology* (Grand Rapids: Baker, 1985), 788.

[118] K. H. Rengstorff, *Theological Dictionary of the New Testament*, editado por Gerhard Kittel, traduzido por Geoffrey W. Bromiley (Grand Rapids: Eerdmans, 1967), IV:441.

[119] Fred A. Malone, “The Subjects of Baptism”, *Reformed Baptist Theological Review*, editado por Richard C. Barcellos, Volume II, No. 1 (January 2005), 67.

[120] Calvin, *Commentary on Matthew* 28:19.

- [121] Calvin, *Institutes* IV:16:28.
- [122] William Hendriksen, *New Testament Commentary: Exposition of the Gospel According to Matthew* (Grand Rapids: Baker, 1973), 1000.
- [123] Citado em John Gill, *A Complete Body of Doctrinal and Practical Divinity* (Paris, AR: The Baptist Standard Bearer, 1989), 901-902.
- [124] Pendleton, *Three Reasons Why I am a Baptist*, 31.
- [125] Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 29, 34.
- [126] Citado em Henry Danvers, *A Treatise on Baptism*, 2. Richard Baxter era inicialmente um crente no batismo de adultos e, mais tarde, tornou-se defensor do batismo infantil.
- [127] Alexander Carson, *Baptism: Its Mode and Subjects* (Grand Rapids: Kregel, 1853, 1981), 169.
- [128] R.C.H. Lenski, *The Interpretation of St. Matthew's Gospel* (Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1943), 1173.
- [129] Charles Spurgeon, *Baptism* (Pasadena, TX: Pilgrim Publications, n.d.), 643.
- [130] Daniel, "Believer's Baptism", 5. Bill Einwechter apontou para uma inconsistência no pensamento pedobatista: enquanto dizem que a Grande Comissão e o padrão de batismo em Atos ocorrem em um contexto missionário, argumentam que o batismo missionário de casas em Atos prova o batismo infantil.
- [131] Malone, *A String of Pearls Unstrung: A Theological Journey into Believers' Baptism*, 29.
- [132] Em Atos 8:12 (assim como em Atos 5:14, que nos diz quem "creu" em Cristo e foi adicionado à igreja), as palavras usadas por Paulo são "aner" (homens) e "gune" (mulheres); ambos os termos referem-se a adultos. Veja A. Oepke, *Theological Dictionary of the New Testament*, I:360-363, 776-789; and *The New International Dictionary of New Testament Theology*, general editor Colin Brown (Grand Rapids: Zondervan, 1971), II:562; III:1055, 1058.
- [133] Shirreff, *Lectures on Baptism*, 174.
- [134] Bruce M. Metzger, *A Textual Commentary on the Greek New Testament* (New York: United Bible Societies, 1971, 1975), 359-360.
- [135] Waldron, *Biblical Baptism*, 47. Waldron observa que referências à confissão do eunuco etíope são encontradas já na segunda metade do segundo século com Ireneu.
- [136] Carson, *Baptism: Its Mode and Subjects*, 180.
- [137] O argumento de Calvino de que não houve um segundo batismo de água (ou seja, um "rebatismo") realizado por Paulo em Atos 19, mas um "batismo do Espírito Santo... mediante a imposição de mãos", é engenhoso, mas longe de ser persuasivo (Institutas IV:15:18). O texto de Atos 19:1-7 pode levantar dúvidas sobre a afirmação da Confissão de Westminster (28:7) de que "o sacramento do batismo deve ser administrado apenas uma vez a qualquer pessoa", porque os discípulos mencionados claramente foram "rebatizados". Quando a igreja determina que uma forma de batismo de água foi realizada incorretamente, o erro deve ser corrigido, e a pessoa que foi erroneamente batizada deve ser rebatizada.
- [138] Gibbs, *Christian Baptism*, 142.
- [139] Marshall, *Tyndale New Testament Commentaries: Acts*, 268.
- [140] Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 49.
- [141] Alguns pedobatistas afirmam que Atos 16:33-34 afirma que toda a casa foi batizada, mas que apenas o carcereiro creu; ou seja, o particípio "tendo crido" é singular. No entanto, como Kistemaker apontou, o advérbio "panoikey", traduzido como "com toda a sua casa", "concorda tanto com o verbo regozijou quanto com o particípio perfeito crido". Em outras palavras, todos creram, todos se alegraram e todos foram batizados (Simon J. Kistemaker, *Comentário do Novo Testamento: Exposição dos Atos dos Apóstolos* [Grand Rapids: Baker, 1990], 603). "O foco deste episódio", escreveu Oscar Brooks, "está na resposta à proclamação, e não na inclusão por decisão dos pais dos bebês de uma casa" (O Drama da Decisão, 62). É digno de nota que a NASB, NIV, KJV, NKJV e a Berkley Version traduzem o texto da mesma forma, ou seja, que toda a casa creu. Também é a opinião de João Calvino que Deus "trouxe toda a sua [do carcereiro] família a um consentimento piedoso" (Comentário sobre Atos 16:33-34).
- [142] Marshall, *Tyndale New Testament Commentaries: Acts*, 273.
- [143] Brooks, *The Drama of Decision*, 55.
- [144] Gibbs, *Christian Baptism*, 52.
- [145] Marlin Jeschke, *Believers Baptism For Children of the Church* (Scottsdale, PA: Herald Press, 1983), 55.
- [146] Citado em Geoffrey B. Wilson, *1 Corinthians* (Carlisle, PA: Banner of Truth Trust, 1978), 23-24.

- [147] Wayne Grudem, *Systematic Theology: An Introduction to Biblical Doctrine* (Grand Rapids: Zondervan, 1994), 974.
- [148] Citado em Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 62.
- [149] Beasley-Murray, *Baptism in the New Testament*, 362. Na página 349, Beasley-Murray observa que “no Livro de Oração Anglicano, o padrinho [do bebê] é abordado pelo que batiza e faz profissão de arrependimento, fé e promessa de obediência futura ao comando de Deus em nome da criança”. Isso é um triste comentário sobre a visão anglicana do batismo.
- [150] A palavra que Lucas usa em 9:31 é o grego “exodos”, traduzido como “partida” na NASV e como “falecimento” na NKJV.
- [151] Citado em Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*, 100.
- [152] É adequado distinguir entre “comunhão de crianças” e “comunhão de bebês”. Teólogos batistas reformados não negam que a Ceia do Senhor possa ser administrada a “crianças”, assumindo, é claro, que essas crianças tenham feito uma profissão de fé credível em Jesus Cristo - algo que os bebês não são capazes de fazer.
- [153] Kurt Aland, *Did the Early Church Baptize Infants?*, traduzido por G.R.Beasley-Murray (Eugene, OR: Wipf and Stock, 1961), 94.
- [154] Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 51.
- [155] Guthrie, *New Testament Theology*, 738.
- [156] Waldron, *Biblical Baptism*, 55.
- [157] Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 226.
- [158] Carson, *Baptism: Its Mode and Subjects*, 193. Vários pedobatistas já afirmaram para mim que batizariam os cônjuges incrédulos nessa situação. Embora eu discordo totalmente de sua teologia nesse ponto, eu aplaudo sua consistência.
- [159] Poderia ser argumentado que essas pessoas judias “santas” são a semente eleita de Israel. Mesmo que esse seja o caso, elas certamente ainda não estão convertidas e, portanto, não devem ser batizadas; Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*, 84.
- [160] G.D. Fee, *The New International Commentary on the New Testament: The First Epistle to the Corinthians* (Grand Rapids: Eerdmans, 1987), 301n.
- [161] Citado em Aland, *Did the Early Church Baptize Infants?*, 80.
- [162] R.C.H. Lenski, *The Interpretation of I and II Corinthians* (Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1937, 1963), 293.
- [163] Citado em Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 130.
- [164] Warfield, *Studies in Theology*, 398.
- [165] Dagg, *Manual of Church Order*, 156.
- [166] Hulse, *The Testimony of Baptism*, 121-122.
- [167] Beasley-Murray, *Baptism in the New Testament*, 332.
- [168] Shirreff, *Lectures on Baptism*, 39.
- [169] B.B. Warfield, *Selected Shorter Writings*, editado por John E. Meeter (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1970), I:238-239.
- [170] Toon, *Born Again*, 38.
- [171] R. V. G. Tasker, *Tyndale New Testament Commentaries: Matthew* (Leicester, England: InterVarsity Press; Grand Rapids: Eerdmans, 1961), 185.
- [172] Matthew Poole, *A Commentary on the Whole Bible*, Vols. I-III (McLean, VA: MacDonald Publishing Company, n.d.), III:90.
- [173] Citado em Walter Chantry, *Baptism and Covenant Theology* (Fullerton, CA: Reformed Baptist Publications, n.d.), 1.
- [174] Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 27.
- [175] H. L. Strack and P. Billerbeck, como citado em Hulse, *The Testimony of Baptism*, 119.
- [176] Citado em Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, v.
- [177] H. Windisch, como citado em S. I. Buse, “Baptism in Other New Testament Writings”, *Christian Baptism*, 181.

[178] W. E. Vine, *Expository Dictionary of New Testament Words*, four volumes in one (Grand Rapids: Zondervan, 1952, 1982), III:109; Alan Conner, *Covenant Children: Physical or Spiritual?* (Owensboro, KY: RBAP, 2007), 36-37.

[179] Einwechter, *Lectures on Baptism and the Covenant*, 30-31.

[180] James R. White, “The Newness of the New Covenant: Better Covenant, Better Mediator, Better Sacrifice, Better Ministry, Better Hope, Better Promises”, *Reformed Baptist Theological Review*, editado por Richard C. Barcellos, Volume I No. 2 (July 2004), 144.

[181] Chantry, *Baptism and Covenant Theology*, 6.

[182] O fato de que a Nova Aliança já foi inaugurada é ensinado no próprio trecho de Hebreus 8. No versículo 6, o autor usa o perfeito passivo (nenomothetetai) de nomotheteomai (“promulgar” ou “estabelecer”) para assegurar que a “melhor aliança, que foi estabelecida em promessas melhores”, já chegou e tem resultados eficazes contínuos.

[183] Para mais sobre esse conceito dos aspectos “já” e “ainda não” do reino de Deus, veja Herman Ridderbos, *The Coming of the Kingdom* (Grand Rapids: Eerdmans, 1975).

[184] Waldron, *Biblical Baptism*, 67-80.

[185] Charles Hodge, *Church Polity* (New York: Scribner, 1878), 66-67. Sem intenção, o pedobatista Hodge negou implicitamente o batismo infantil quando disse corretamente que a igreja deve consistir de crentes e que a fé é a única condição para se tornar membro da igreja de Cristo. Isso será estudado abaixo.

[186] Grudem, *Systematic Theology*, 977.

[187] Observa-se aqui que o autor atual não nega que há um sentido em que se pode dizer que os bebês de pais crentes estão em uma “comunidade de aliança”, já que frequentam os serviços de adoração com seus pais, são ensinados pela Bíblia por seus pais e oficiais da igreja, etc. Na verdade, o mesmo pode ser dito de não-crentes que frequentam regularmente os serviços, são ensinados nas Escrituras, etc., sejam eles cônjuges de membros crentes ou não. Mas esses não devem ser considerados membros genuínos da igreja. Esse é o ponto enfatizado aqui.

[188] Hodge, *Systematic Theology*, III:546-547.

[189] Cunningham, *The Reformers and the Theology of the Reformation*, 278.

[190] Infelizmente, alguns pedobatistas reformados, ou seja, alguns daqueles que aderem à teologia da Visão Federal, estão fazendo reivindicações semelhantes em relação às “crianças da aliança”; veja Steve Wilkins and Duane Garner, editors, *The Federal Vision* (Monroe, LA: Athanasius Press, 2004).

[191] Foi, por exemplo, a crença dos redatores da Declaração de Savoy (1658) e da Confissão Batista de Londres de 1689. Foi também a visão de Calvino. Em seu Comentário sobre Isaías 24:5, ele escreveu que a aliança da graça “é limitada a esses ‘contratos’ pelos quais o Senhor, que adotou Seu povo, prometeu que seria o Deus deles... A parte principal da palavra [aliança] consiste em promessas, pelas quais Ele nos adota e nos recebe como Seu próprio povo”.

[192] Citado em *PCA Digest Position Papers 1973-1993, Part V*, editado por Paul R. Gilchrist (Atlanta: Presbyterian Church in America, 1993), 506.

[193] J. G. Vos, *Blue Banner of Faith and Life* (Beaver Falls, PA), 1959 January-March issue, 37.

[194] Tim Gallant, *Feed My Lambs* (Canada: Pactum Reformanda Publishing, 2002), 118-120.

[195] Kenneth Stevenson, *The First Rites: Worship in the Early Church* (Collegeville, MN: Liturgical Press, 1989), 39.

[196] Agostinho ensinou que alguém não poderia possuir vida espiritual sem participar dos sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor. Bebês batizados, então, deveriam participar da Ceia assim que possível. Veja Philip Schaff, editor, *The Nicene and Post-Nicene Fathers* (Grand Rapids: Eerdmans, 1983), VII:168-174.

[197] Herman Hoeksema, *Reformed Dogmatics* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1966, 1973), 695ff.

[198] Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith*, 945.

[199] Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 98-99.

[200] James Henry Thornwell, *Collected Writings*, Vols. I-IV (Richmond,

VA: Presbyterian Committee of Publication, 1886), IV:333-348; Robert L. Dabney, *Lectures in Systematic Theology* (Grand Rapids: Baker, 1985), 777-799; and J. G. Vos, *Blue Banner of Faith*, 1959 January-March issue, 36.

[201] Vos, *Blue Banner of Faith*, 1959 January-March issue, 36.

[202] Como já mencionado, isso não quer dizer que há membros da igreja

visível (que é uma manifestação exterior da igreja invisível) que não são verdadeiramente membros da igreja invisível. Pode haver muitos membros assim. Eles são membros da igreja visível de fato, não de jure.

[203] Murray, *Christian Baptism*, 50.

[204] Malone, *A String of Pearls Unstrung: A Theological Journey Into Believers' Baptism*, 49-51.

[205] Beasley-Murray, *Baptism in the New Testament*, 343. A questão do estado salvífico de crianças que morrem na infância está além do escopo deste livro, mas acredito que a Confissão de Westminster (10:3) está correta quando diz que são “infantes eleitos, morrendo na infância, [que] são regenerados e salvos por Cristo através do Espírito”. É um erro afirmar que todos os bebês que morrem na infância são salvos. São os infantes eleitos que são salvos; enquanto os infantes não eleitos não são. Esta é a clara implicação da Confissão sobre este assunto. Às vezes, é afirmado que 2 Samuel 12:23, onde Davi, que acaba de perder seu filho bebê (veja os versículos 15-22), diz: “Eu irei a ele, mas ele não voltará para mim”, ensina que os pais cristãos podem ter a certeza de que seus filhos que morrem na infância são salvos. Isso provavelmente é ler muito no texto. Como apontado por Sam Waldron, passagens paralelas no Antigo Testamento (por exemplo, Jó 7:8-10; Eclesiastes 3:20) sugerem que o que está sendo dito é que assim como o bebê foi para o túmulo em sua morte, assim também Davi irá; Waldron, *Uma Exposição Moderna da Confissão Batista de 1689*, 150. Acredito que os pais cristãos, que estiveram orando por sua descendência infantil mesmo antes do nascimento do bebê, têm boas razões para serem otimistas sobre o estado salvífico de seu filho perdido, mas não há garantia.

[206] Kenneth G. Talbot, *Confirming Our Faith* (Draper, VA: Apologetics Group Media, 2009), 89-93.

[207] See, for example, Herman Hanko, *We and Our Children: The Reformed Doctrine of Infant Baptism* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1981). O livro de Hanko é, na minha opinião, uma tentativa fracassada de responder ao ensino batista reformado do livro *Children of Abraham*, por David Kingdon.

[208] Ronald D. Miller, James M. Renihan, and Francisco Orozco, editors, *Covenant Theology: From Adam to Christ* (Palmdale, CA: Reformed Baptist Academic Press, 2005), 1-2.

[209] Richard C. Barcellos, *Paedism or Credoism?* (Fullerton, CA: Reformed Baptist Publications, n.d.), 2.

[210] Hulse, *The Testimony of Baptism*, 5.

[211] Malone, *The Baptism of Disciples Alone*, 51.

[212] John Murray, “Covenant”, in *The New Bible Dictionary*, editado por J. D. Douglas (Grand Rapids: Eerdmans, 1962, 1977), 267.

[213] Murray, “Covenant”, 267-268.

[214] Guthrie, *New Testament Theology*, 756.

[215] F.F. Bruce, *Tyndale New Testament Commentaries: Romans* (Leicester, England: InterVarsity Press; Grand Rapids: Eerdmans, 1985), 129.

[216] Veja *Catechism of the Catholic Church* (New York: Doubleday, 1995), paragraphs 1213-1274. Roman Catholics have even baptized the unborn fetus of a dying mother; Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 97n.

[217] O Livro de Oração Comum Anglicano afirma que os bebês pelo batismo “recebem remissão dos pecados pela regeneração espiritual”; Toon, *Born Again*, 95.

[218] Loraine Boettner, *Roman Catholicism* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1962), 188-190; Erickson, *Christian Theology*, 1090-1092.

[219] Gordon H. Clark, *The Pastoral Epistles* (Jefferson, MD: The Trinity Foundation, 1983), 233-236.

[220] Tanto a Confissão de Augsburg quanto os Artigos de Visitação da Saxônia inferem que o batismo é necessário para a salvação. Veja Schaff, *The Creeds of Christendom*, III:13, 183-184.

[221] Ewald M. Plass, editor, *What Luther Says: An Anthology* (St. Louis: Concordia, 1959), I:52-55.

[222] Sproul, *Essential Truths of the Christian Faith*, 187-188.

[223] Citado em Danvers, *A Treatise on Baptism*, 132.

[224] Pendleton, *Three Reasons Why I am a Baptist*, 67-68.

[225] St. Augustine, *Faith, Hope, and Charity*, traduzido por Louis A. Arand, (New York: Newman Press, n.d.), 111, 50.

[226] Citado em Pendleton, *Três Razões Pelas Quais Sou Batista*, 71. O fato de que essa maldição foi expressa indica que havia, nessa época da história da igreja, aqueles que negavam que os bebês deveriam ser batizados.

[227] Peter Brown, *Augustine of Hippo* (Berkeley, CA: University of California Press, 1967), 280.

[228] Citado em Renihan, *Antipaedobaptism in the Thought of John Tombes*, 260.

- [229] Citado em Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 80.
- [230] Warfield, *Studies in Theology*, 402.
- [231] Veja John Gill, *Infant Baptism: A Part and Pillar of Popery* (Paris, AR: Baptist Standard Bearer, 1987). O Bispo Católico Romano Hughes reconheceu que a doutrina do batismo infantil deve se basear na tradição da igreja, pois não tem fundamento na Bíblia. Sobre a adoção protestante do batismo infantil, ele escreveu: “O primeiro princípio do protestantismo é que nada seja praticado que não seja autorizado por exemplo bíblico. Mas não parece, a partir da Escritura, que sequer um bebê foi batizado. Portanto, os protestantes devem rejeitar, com base em seu próprio princípio, o batismo infantil como um uso não escriturístico” (Citado em Gibbs, *Christian Baptism*, 69).
- [232] Citado em Dagg, *Manual of Church Order*, 200-201.
- [233] Citado em Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 74.
- [234] Citado em Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 40, 71, and Aland, *Did the Early Church Baptize Infants?*, 54. Veja also Hendrick F. Stander and Johannes P. Louw, *Baptism in the Early Church* (Leeds, England: Carey Publications, 2004), 31-42, 46-50.
- [235] Citado em *The Apostolic Fathers*, traduzido por J. B. Lightfoot and J. R. Hammer; edited and revised by M. W. Holmes (Grand Rapids: Baker, 1989), 153.
- [236] Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 22-25. Há uma referência em A Tradição Apostólica a “pequeninos” que são batizados, mas está tão fora de contexto na obra que alguns estudiosos opinam que é uma interpolação posterior; veja Stander and Louw, *Baptism in the Early Church*, 73-80.
- [237] Stander and Louw observam que a referência ao batismo durante o tempo de Tertuliano não se referia necessariamente ao batismo infantil, mas ao batismo de crianças. Portanto, poderia ser que essas crianças já tivessem feito uma profissão de fé (*Baptism in the Early Church*, 18-20).
- [238] Stander and Louw, *Baptism in the Early Church*, 105.
- [239] Aland, *Did the Early Church Baptize Infants?*, 69. Deve-se observar aqui, como afirmado por Aland, que Tertuliano permitia o batismo infantil quando o bebê estava em perigo de morrer na infância (61-62). De fato, há várias inscrições de túmulos do cristianismo primitivo que atestam que crianças muito jovens e até bebês foram batizados quando a morte parecia iminente; Stander and Louw, *Baptism and the Early Church*, 91-95.
- [240] Aland, *Did the Early Church Baptize Infants?*, 100.
- [241] Philip Schaff, *History of the Christian Church* (Grand Rapids: Eerdmans, 1910, 1987), II:258.
- [242] A. W. Argyle, “Baptism in the Early Christian Centuries”, *Christian Baptism*, 187-222; Jeschke, *Believers Baptism For Children of the Church*, 82-83; Danvers, *A Treatise on Baptism*, 102.
- [243] Citado em Watson, *Should Babies Be Baptized?*, 121.
- [244] Abraham Booth, *Paedobaptism Examined*, Vols. I-III (Choteau, MT: Gospel Mission Press, 1980), I:370ff.
- [245] Lloyd-Jones, *The Church and the Last Things*, 36.
- [246] Jewett, *Infant Baptism and Covenant Theology*, 69.
- [247] Hodge, *The Confession of Faith*, 348. João Calvino fez um comentário semelhante (mas equivocado) quando afirmou que “não há escritor, por mais antigo que seja, que não considere sua [do batismo infantil] origem na época apostólica como uma certeza” (Institutas IV:16:8).
- [248] Veja James M. Renihan, “Henry Danver’s *A Treatise of Baptism*: A Study of Seventeenth Century Baptist Historiography” (*Baptist Review of Theology* 7, No. 1-2, Spring/Fall 1997), 27-47.
- [249] Citado em Malone, *The Baptism of Disciples Alone*, 220.
- [250] Oscar Cullmann e Joachim Jeremias são dois que adotam essa visão; see Beasley-Murray, *Baptism in the New Testament*, 329ff.; see also Berkhof, *Systematic Theology*, 622-623. This was not Berkhof’s belief, but he did write about it.
- [251] Malone, *A String of Pearls Unstrung*, 53.
- [252] Gill, *A Complete Body of Doctrinal and Practical Divinity*, 995-1023; John Owen, *Biblical Theology* (Pittsburgh: Soli Deo Gloria, 1994), 579.
- [253] Berkhof, *Systematic Theology*, 635.
- [254] Herbert S. Bird, “Professor Jewett on Baptism”, *Westminster Theological Journal* (XXXI), 153-154.
- [255] Carson, *Baptism: Its Mode and Subjects*, 189.

[256] PCA Digest Position Papers 1973-1993, Part V, 506.

[257] Citado em Kingdon, *Children of Abraham*, 64.

[258] John Murray, *Christian Baptism*, 62.

[259] Warfield, *Studies in Theology*, 389-390.

[260] Marcel, *The Biblical Doctrine of Infant Baptism*, 213, 225.

[261] Calvin, *Institutes* IV:15:20.

[262] John Gerstner, *The Rational Biblical Theology of Jonathan Edwards*, Vols. I-III (Powhatan: Berea Publications; Orlando: Ligonier Ministries, 1992), II:116.

[263] Calvin, *Institutes* IV:16:20.

[264] Hodge, *Systematic Theology*, III:588. . A declaração de Hodge aqui,

ou seja, que os filhos dos crentes podem ter seus nomes escritos no livro da vida em seu batismo e que mais tarde podem “optar por apagá-los”, beira o incrível. Isso é arminianismo, não calvinismo, e Hodge era certamente um calvinista.

[265] Schaff, *Creeds of Christendom*, III:224; Citado em Hoeksema, *Reformed Dogmatics*, 669. Hoeksema discorda daqueles que defendem a regeneração presumida e a eleição presumida. Ele está apenas comentando sobre o que a Primeira Confissão Helvética ensina.

[266] William Cunningham, *British and Foreign Evangelical Review*, 1860, 939; como citado em Hulse, *The Testimony of Baptism*, 101.

[267] Kingdon, *Children of Abraham*, 81.

[268] Citado em Kingdon, *Children of Abraham*, 71.

[269] Calvin, *Institutes* IV:16:30.

Waldron, *A Modern Exposition*.

[270] Waldron, *A Modern Exposition of the 1689 Baptist Confession of Faith*, 352-353.

[271] Citado em Jewett, *Infant Baptism and the Covenant of Grace*, 190.

[272] Gallant, *Feed My Lambs*, 170.

[273] Greg G. Nichols, *The Covenants* (Grand Rapids, MI: Reformed Baptist Church of Grand Rapids, n.d.), 46.

[274] Einwechter, *Lectures on Baptism and the Covenant*, 35-37.

[275] Por “inconsciente”, Spurgeon quer dizer que o bebê não está consciente do que está acontecendo em seu batismo.

[276] Charles H. Spurgeon, *Spurgeon at His Best*, editado por Tom Carter (Grand Rapids: Baker, 1988), 21.

[277] Hodge, *Systematic Theology*, III:589.

[278] Clark, “The Theology of Baptism”, 320.

[279] Jim Savastio, *What is a Reformed Baptist Church?* (Avinger, TX: Simpson Publishing Company, 2003), 6.

[280] Barth, *The Teaching of the Church Regarding Baptism*, 49.

[281] Gill, *A Body of Doctrinal and Practical Divinity*, 902.